

Os que «comem» e os que «cheiram»

A boçalidade do ex-candidato do PS de Penalva do Castelo e as outras concepções que são difundidas sobre as supostas vantagens da dependência do Poder não são mais do que uma parte da crescente instrumentalização do Poder para efeitos eleitorais por parte do PS.



■ Luís de Sá Pág. 20

A propósito dos círculos uninominais

A criação de círculos uninominais para a Assembleia da República, longe de servir os tão proclamados propósitos de aproximação entre eleitos e eleitores, visa impor a bipolarização artificial da representação política e limitar drasticamente o alcance prático do sistema de representação proporcional.

■ António Filipe Pág. 21

Livro Verde da Segurança Social (II)

As grandes questões cuja resolução garantiria, a nosso ver, a sustentabilidade financeira futura da Segurança Social, ou foram ignoradas ou não mereceram o tratamento que a sua importância exigia por parte da Comissão nomeada pelo Governo.

■ Eugénio Rosa Pág. 23

INTERNACIONAL

China - os caminhos do futuro

Jiang Zemin, Presidente chinês e secretário-geral do Partido Comunista da China (PCC), anunciou sexta-feira uma profunda reorganização do sector público chinês.

Pág. 13



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Setembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1242 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalho no distrito de Viseu

Propaganda do Governo não resolve problemas

A pré-campanha para as eleições autárquicas já está na rua. Os novos cartazes começam a ser colocados, garantindo que a CDU é fundamental para «fazer o que é preciso». Isso mesmo defendeu o secretário-geral do PCP por terras de Viseu, apelando às populações para deixarem os preconceitos e olharem para aqueles que cumprem o que prometem.

Pág. 5

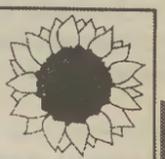
AUTARQUIAS 97



CDU

para fazer o que é preciso.

PCP-PEV



Conselho das Comunidades Emigração fez a crítica e exige resposta séria

Entrevista com Cristina Semblano, Davide Quintans, Ildefonso Garcia e João Armando. Págs. 14 e 19



Nota da Comissão Política

Em conferência de imprensa, anteontem, a Comissão Política do PCP denunciou os escandalosos aumentos das tarifas telefónicas, as tentativas do Governo para manter os baixos salários dos portugueses e as ameaças que pesam sobre o acesso de Portugal aos Fundos de Coesão.

Pág. 32

EDITORIAL

O que é preciso fazer



Carlos Carvalhas no distrito de Viseu

RESUMO

10
Quarta-feira

A TAP e a Swissair iniciam uma cooperação estratégica ■ O DN denuncia centenas de clínicos que receberam dinheiro, créditos de viagens e outras ofertas de laboratórios farmacêuticos ■ Um forte temporal assola os Açores, provocando uma morte e inundações ■ A Indonésia rejeita o apelo de Mandela e diz que a libertação de Xanana Gusmão só se justificaria no âmbito de uma solução global que reconhecesse a integração do território.

11
Quinta-feira

A CGTP-IN considera-se discriminada na Comissão de Acompanhamento da Concertação Estratégica ■ O acordo entre a administração da TAP e os pilotos é suspenso ■ A ONU anuncia que Portugal apresentou um protesto junto às autoridades de Camberra devido a um acordo Austrália-Indonésia que delimita a zona económica exclusiva do mar de Timor, com carácter «permanente» ■ Os escocezes, decidem em referendo, a criação de um parlamento em Edimburgo com poderes para aumentar ou diminuir impostos ■ Nove pessoas são assassinadas na Argélia por grupos armados islâmicos ■ Os croatas da Bósnia mantêm a ameaça de boicotar as eleições municipais ■ O primeiro-ministro japonês, Ryutaro Hashimoto, forma um novo governo.

12
Sexta-feira

A CCP abandona os trabalhos da Comissão de Acompanhamento do Acordo de Concertação Estratégica ■ Deflagra um incêndio na zona histórica do Porto, no Bairro da Sé ■ Madeleine Albright, secretária de Estado dos EUA, anuncia que a Autoridade Palestiniana e Israel vão retomar os contactos a alto nível para o relançamento do processo de paz ■ Um milhar de zapatistas chega à Cidade do México, manifestando-se em seguida junto ao palácio nacional ■ No Chile, as forças policiais entram em confronto com milhares de pessoas durante uma manifestação organizada pelas forças de esquerda que homenageou Salvador Allende e o seu governo derrubado por Pinochet ■ Inicia-se o XV Congresso do PC da China.

13
Sábado

Jorge Sampaio termina a sua viagem oficial ao Brasil ■ A Alemanha propõe a retirada dos fundos de coesão a um conjunto de países da UE, onde se inclui Portugal ■ Na Bósnia, iniciam-se as eleições municipais ■ O exército israelita lança um novo ataque no sul do Líbano, matando seis militares ■ Na Índia, realiza-se o funeral de madre Teresa de Calcutá.

14
Domingo

Carlos Carvalhas participa em diversas iniciativas de apresentação de candidatos no distrito de Viseu ■ A presidência em exercício da União Europeia promete apoiar Portugal na candidatura aos próximos fundos comunitários para 2000/2006 ■ Sete civis foram mortos e mais de vinte foram feridos numa série de atentados em várias regiões da Argélia ■ Inicia-se, em Libreville, um encontro sobre a crise no Congo, reunindo as duas facções em confronto ■ Cem pessoas morrem na Índia, na sequência do descarrilamento de um comboio.

15
Segunda-feira

O primeiro-ministro português, António Guterres, visita a Roménia ■ Os Estados-membros da União Europeia iniciam o debate da Agenda 2000 ■ Realizam-se eleições legislativas na Noruega ■ Iniciam-se as conversações multipartidárias sobre o futuro da Irlanda do Norte, em Belfast.

16
Terça-feira

Apesar vencer as eleições legislativas de ontem na Noruega, o Partido Trabalhista sofre recuo que leva o primeiro-ministro a demitir-se ■ Filha de Che Guevara inicia visita a Portugal ■ Na reabertura da Conferência Diplomática de Oslo, os EUA pedem adiamento de 24 horas para reflectir sobre tratado para banir as minas antipessoais ■ Um novo atentado à bomba na Irlanda do Norte - cuja autoria é rejeitada pelo IRA - vem prejudicar negociações em curso ■ Abre ao público o maior centro comercial da península Ibérica, o Colombo ■ Após 23 anos, reabre a linha de eléctricos que liga a Praia das Maças ao Banzão.

Esta semana, a CDU começa a colocar os seus novos cartazes para as eleições autárquicas de Dezembro. Distinguem-se dos anteriores subordinados a lema «CDU é obra», não só pela inovação da linha gráfica, mas especialmente pela palavra de ordem: «CDU! Para fazer o que é preciso».

Nos princípios de Setembro, já tinham sido apresentados os novos temas musicais da CDU, «Marcha Municipal» e «Malhão Novo», ambos de autoria de Vitorino e ambos interpretados por Luísa Basto, o segundo também com interpretação do autor. Não se trata de substituir a Carvalhesa, que continuará como principal referência musical da Coligação Democrática Unitária. O objectivo foi, segundo os seus dirigentes, enriquecer, dinamizar e alegrar a campanha da CDU com novos referenciais musicais de boa cepa popular.

Entretanto, prosseguiu a Campanha de Fundos de apoio à Campanha Eleitoral da CDU, que segundo os números divulgados durante o comício da Festa do «Avante!» já tinha ultrapassado, na altura, os 125 mil contos.

Projecta-se um grande comício em Lisboa para finais de Outubro, têm data marcada numerosas iniciativas de apresentação de candidatos e de informação e esclarecimento das populações.

Todos estes factos mostram que as forças integrantes da Coligação Democrática Unitária, o PCP e os seus aliados - o PEV, a ID e os independentes - preparam com grande atenção as traves mestras estruturantes da pré-campanha e da campanha. Estamos, no entanto, no momento crucial de accionar os motores para o arranque.

É então fundamental definir o que é preciso fazer desde já para o êxito da campanha e para que, amanhã, depois das eleições, possa a CDU fazer o que é preciso, como só ela sabe, com trabalho, honestidade e competência, em benefício das populações e do País.

A visita que Carlos Carvalhas efectuou no passado domingo, dia 14, à freguesia de Avões e aos concelhos de Tarouca e Armamar, no distrito de Viseu, constitui uma clara manifestação da atenção que o PCP e os seus aliados dedicam aos problemas do interior do País e a importância que atribuem à intervenção da CDU e ao reforço das suas posições nos concelhos e freguesias aí situados.

O Secretário-Geral do PCP desmascarou com abundantes exemplos as promessas eleitorais não cumpridas pelo PS e apelou às populações para que «deixem os preconceitos de lado e olhem para as questões concretas, para aqueles que resolvem os problemas com as populações, que cumprem o que prometem e que se podem reivindicar dos atributos do trabalho, honestidade e competência».

A CDU tem naturalmente as suas prioridades eleitorais, mas para a Coligação Democrática Unitária todos os concelhos e freguesias do País são importantes e a todos deseja dar o contributo da sua experiência de gestão e do seu projecto humanista apontado ao futuro.

Arranca daqui a decisão da apresentação de listas da CDU em todos os concelhos do País, com excepção de Lisboa onde as forças que a integram participam na coligação «Mais Lisboa», e no maior número possível de freguesias.

Sabe-se que são grandes os avanços já registados pela Coligação Democrática Unitária no cumprimento desta deci-

são, mas entrou-se agora no período decisivo para o maior ou menor êxito do objectivo, uma vez que as listas têm que ser legalmente apresentadas entre 25 de Setembro e 20 de Outubro.

A elaboração, conclusão e apresentação oficial e pública das listas da CDU concorrentes aos órgãos municipais e de freguesia é assim a mais urgente de todas as tarefas.

Quanto mais esta tarefa for realizada com amplo espírito unitário, envolvimento de novas pessoas, novas simpatias e partilhada com as populações, tanto mais adiantada ficará a campanha eleitoral, mais facilitada a elaboração e divulgação dos programas, que é a outra exigência política que se apresenta logo a seguir, e mais reforçada a capacidade de mobilização para todos os trabalhos de contacto, esclarecimento e apelo ao voto que a campanha eleitoral compreende.

A franqueza na prestação de contas, a valorização da obra realizada nas situações de maioria e do trabalho desenvolvido nas situações de minoria, a par da concretização para cada autarquia das linhas de força da CDU para o próximo mandato são ideias políticas essenciais que têm que estar presentes em todas as tarefas práticas que o trabalho eleitoral exige.

A actividade preparatória da campanha eleitoral é inseparável, para os comunistas e os seus aliados, como tanta vezes têm sublinhado, da tomada de posição sobre todos os grandes problemas que afectam o País e das lutas dos trabalhadores e de todo o povo.

Nas circunstâncias presentes, a pré-campanha eleitoral autárquica da CDU não pode deixar de ser activamente solidária com a luta pelas 40 horas dos trabalhadores têxteis, nomeadamente do Vale do Ave, que realizam no próximo sábado, em Guimarães, uma vigília de protesto, ao completarem 34 semanas de luta ininterrupta.

A solidariedade entre a campanha autárquica da CDU e a luta dos trabalhadores vai com certeza exprimir-se também com as novas acções que se preparam nos meios sindicais contra as restrições ao aumento de salários que o Governo pretende impor à Função Pública e depois, conjuntamente com o grande patronato, fazer valer na contratação colectiva.

A Comissão Política do PCP, em conferência de imprensa conduzida por Luísa Araújo, na passada terça-feira, tomou posição sobre três questões da maior importância para os portugueses: as tarifas telefónicas que «significam afinal novos agravamentos das contas telefónicas da maioria da população»; as posições de membros do Governo sobre a política de rendimentos e preços, responsabilizando o Governo por agravar «a injustiça social na distribuição de rendimento»; as ameaças que pesam no acesso de Portugal ao Fundo de Coesão, acusando o primeiro-ministro de se mostrar «um incondicional da moeda única», sem ter curado da defesa dos interesses nacionais.

É, pois, preciso que a luta se desenvolva em torno destas e de todas as grandes questões laborais e sociais e ainda de importantes questões institucionais, como a regionalização e os planos de revisão antidemocrática da legislação eleitoral. Tudo isto, a par, é claro, da intensificação da pré-campanha e da campanha autárquicas da CDU.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Caps Rota — Lisboa — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

| PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) | EXTRA-EUROPA |
|---|--|
| 50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00 | 50 números: 46 100\$00 |
| EUROPA | GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU |
| 50 números: 28 600\$00 | 50 números: 33 850\$00 |

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Telef. _____
Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Como elas se fazem

Não há muitos anos, um «slogan» publicitário do semanário da Duque de Palmela rezava assim: «Acredite, se ler no Expresso». É certo que este «slogan» - que, como se poderá perceber, transpirava humildade e era o supra-sumo da elegância face à concorrência - foi oportunamente à vida.

Mas tudo indica que foi absorvido como «cultura de empresa» e ainda hoje continua a fazer as suas felizes vítimas.

É disso perfeita demonstração o texto assinado por José António Lima, publicado no último «Expresso» sob o título «A encruzilhada do PCP».

Nem vale a pena perder tempo a explicar que a lista de «derrotas» (revisão constitucional, etc.) e marginalizações que J.A.L. atribui ao PCP derivam de critérios onde não cabem nem a coerência, nem as convicções, nem a vergonha na cara e onde só cabe o triste enfeudamento ao partido dominante e à dominante política de direita.

Mas pode anotar-se que J.A.L. só se pode permitir desvalorizar as lutas sociais e o descontentamento contra a política governamental exactamente porque não as viu noticiadas com um mínimo de fidelidade no seu jornal.

O mesmo se aplica aos dislates que debitou a respeito do PCP. Com efeito, J.A.L. vem sentenciar que «a alteração do sistema eleitoral, com a criação de círculos uninominais, também mereceu a condenação à nascerça do PCP - com argumentos que revelam incompetência e falta de estudo dos «dossiers» e que «o PCP acordou tarde para o problema» que está em causa, a saber «uma tendência bipolarizadora acentuada pelo novo sistema eleitoral, que acabará por afectar as votações do PCP à esquerda e do PP à direita».

Pois é, a devoção ao «slogan» arrogante só podia dar nisto. O «Expresso» nunca reparou que o PCP não tinha nenhuma obrigação de se pôr a conjecturar os precisos contornos de um sistema eleitoral que o PS sempre propositadamente escondeu da opinião pública até obter o cheque em branco da alteração da Constituição. O «Expresso» nunca publicou as passagens de antigos comunicados do PCP onde o perigo de afectação da proporcionalidade muitas vezes foi acompanhada da referência a que isso poderia ocorrer «de forma directa ou reflexa» ou «de forma brutal ou

sofisticada». O «Expresso» também não ligou nenhuma ao esclarecedor comunicado da Comissão Política de 26 de Agosto, ou seja, dois dias antes da apresentação do anteprojecto do Governo. O «Expresso» não publicou uma linha do discurso de Carlos Carvalhas na Festa do «Avante!», dois dias depois de o Governo divulgar os «dossiers».

Resumindo, no «Expresso» silenciaram-nos e depois vêm dizer que estamos calados ou acordamos tarde.

Verdade seja dita que toda a regra tem a excepção. De facto, J.A.L. nunca leu no «Expresso», nem em parte nenhuma, discursos de dirigentes comunistas contra a regionalização e isso não o impediu de escrever que esses discursos «não param de crescer contra o referendo e a própria regionalização».

Decididamente, J.A. Lima nunca terá problemas de encruzilhadas. É que, para ele, as páginas do «Expresso» são a única realidade que conta e as paredes da Redacção o seu vasto horizonte do País e do mundo.

■ Vítor Dias

Falo do Distrito de Braga...

... e, naturalmente, da região do Vale do Ave, onde milhares de trabalhadores lutam e lutam e lutam pelos seus direitos. Poderia falar de outros distritos e de outras regiões onde igualmente se luta - pelas 40 horas semanais, pela contratação colectiva, contra as privatizações, por melhores salários, pelo emprego, pelos direiros - com a coragem a que obriga a empobrecida democracia em que vivemos. Poderia falar de outras lutas e de outras coragens contra outras injustiças e discriminações. Mas - repito - falo de Braga, do Vale do Ave. Por duas razões essenciais: porque se me afigura que a luta pela aplicação da Lei 21/96 tem vindo a assumir, ali, notáveis expressões de determinação, perseverança e confiança; e porque de lá chega, agora, um apelo à minha (à nossa) solidariedade.

Tem 34 semanas de vida esta luta concreta pela aplicação da lei das 40 horas semanais. São 34 semanas de firmeza, de coragem, de lucidez exemplares. São trinta e quatro semanas de demonstração de uma forte consciência social e de cidadania por parte de milhares de trabalhadores: fazendo greves e vendo os seus baixíssimos salários ainda mais reduzidos pelo corte das horas de greve - e, apesar disso, continuando a lutar; defendendo o cumprimento da lei contra a recusa de muitos patrões a aplicá-la e, por isso, ameaçados e perseguidos - e, mesmo assim, continuando a lutar; vendo os seus direitos espezinhados e violados todos os dias pela política de direita - e, apesar disso e mesmo assim, continuando a lutar; sabendo e sofrendo na pele as dificuldades, os perigos, as consequências que recaem sobre quem não desiste de lutar pelos seus direitos, sabendo e confirmando que a luta nem sempre conduz de imediato à vitória mas que sem luta nunca se ganhará nada - e, por isso mesmo, continuando a lutar.

A experiência desta longa e heróica luta proporciona importantes motivos de reflexão: quer para aqueles pensadores do pensamento alugado que há muito decretaram a morte da luta de massas, da luta social; quer para os que, possivelmente cansados de lutar, se acomodaram ao decreto divulgado pelos criados dos donos do Mundo. Mas a luta continua. Dizem-no milhares e milhares de trabalhadores de Norte a Sul do País, dizem-no de forma frontal e concludente os trabalhadores do distrito de Braga. Sabe-o o Governo do engenheiro Guterres, governo do grande patronato que procura esconder essa condição com um fogo cerrado de parlapié democrático/dialogante.

No próximo sábado, os trabalhadores em luta vão levar a efeito uma Vigília de Protesto, em Guimarães, no Largo do Toural, das 9 às 12 horas. Vigília de Protesto contra a não aplicação da lei, contra a violação de direitos. Vigília de Luta pela continuação da luta e para a qual a União dos Sindicatos de Braga pede solidariedade. Aqui está, pois, a minha solidariedade. Total. E a minha homenagem aos trabalhadores em luta. E o meu desejo de que a Vigília de Protesto constitua não só um novo passo na continuação da luta no distrito como também um incentivo e um estímulo à intensificação da luta em todo o País. 34 semanas de luta forte e determinada não chegaram para alcançar o objectivo traçado. Mas espalharam sementes, abriram caminhos, desenharam perspectivas, fortaleceram confianças e vontades, evidenciaram a certeza de que as 40 horas semanais serão conquistadas. Mesmo que, para isso, seja necessário prosseguir a luta por mais 34 semanas...

■ José Casanova



Foto: Jorge Caria

Começo - Do ano lectivo, do futuro a construir

NUCLEAR De novo

“O governo dos Estados Unidos está empenhado num gigantesco programa secreto para a construção duma nova geração de armas nucleares.” Assim começa o artigo com que um jornal britânico (The Guardian Weekly, 24.8.97) descreve o conteúdo dum “documento interno do governo dos EUA” que foi obtido por um físico norte-americano que “em tempos trabalhou no laboratório nuclear secreto de Los Alamos” e enviado para o jornal. “O programa prevê um crescimento [de despesas] de 4 mil milhões de dólares por ano, comparado com um crescimento análogo de 3,7 mil milhões de dólares durante a guerra fria.” O Guardian refere ainda que o relatório prevê “o desenvolvimento de novos tipos avançados de armas nucleares”, “a par da modernização e desenvolvimento de outros já existentes”. E cita como exemplo os desenvolvimentos previstos para os mísseis Trident, “a espinha dorsal” do arsenal nuclear britânico, que equivalem à criação “de um novo Trident II”.

Esta notícia preocupante surge em simultâneo com outros sinais de que se assiste a uma nova corrida armamentista e militarista por parte do imperialismo. No mesmo número do jornal britânico pode ler-se que “o mercado armamentista mundial cresceu no ano passado pela primeira vez... após ter-se retraído desde o fim da guerra fria”. No ano passado “venderam-se no mundo armas no valor de 31.8 mil milhões de dólares”. Aos EUA coube 35.5% dessas vendas, seguidos pelo Reino Unido, França e Rússia (por essa ordem). O jornal prevê que estas vendas “terão provavelmente um novo surto no próximo ano, após o anúncio pelo governo Clinton de que serão levantadas restrições actualmente existentes à venda de sistemas armamentistas avançados aos países latino-americanos”. E, acrescentamos nós, pelos chorudos negócios que previsivelmente serão feitos com a “reconversão” do equipamento militar exigida aos países do Leste Europeu que irão aderir à NATO, a fim de os “compatibilizar” com os dos actuais países-membros. E com a futura adesão dos actuais países neutrais da Europa, que está já a ser activamente promovida nas capitais sueca, austríaca e finlandesa, como nos dá conta o Financial Times de 14.8.97 (no seu artigo “a NATO à conquista dos neutrais”). Que tudo isto seja feito à revelia e contra a vontade dos povos pouco importa nestes tempos “unipolares”. Diz o Financial Times: “A resistência de vastos sectores do público é contrabalançada pela nova abertura da elite política, sugerindo que a mudança dar-se-á gradualmente, em particular com a definição dum conceito de política externa e de defesa comum da União Europeia.” Tradução para português: vai tudo para a NATO, quer queiram quer não; talvez sejam precisos vários referendos até a coisa ir ao sítio (à dinamarquesa); e se for osso duro de mais nem referendo haverá, como não vai haver na República Checa (onde a maioria da população se opõe à adesão), e como não houve após a “reunificação” alemã, quando a maioria dos alemães defendia a neutralidade do novo Estado reunificado. Vai ser mais uma “directiva de Bruxelas, não há nada a fazer”.

Não restam dúvidas que as despesas militares são improdutivas, inflacionárias, geradoras de défices orçamentais, esbanjadoras do dinheiro dos contribuintes - além de serem mortais. É também o Financial Times (18.8.97) que nos dá conta do mais recente estudo nesse sentido, dum Prémio Nobel da Economia da Universidade da Pensilvânia que, tendo estudado a redução de despesas militares dos anos pós-guerra fria conclui que “os dados sugerem que uma menor despesa militar resulta, com o tempo, em maiores investimentos e consumo e produz um benefício global para a economia”. Mas sendo assim, é inevitável a pergunta: porquê? Porquê o novo surto armamentista e nuclear? Dantes diziam-nos ser “um mal necessário”, para “defender o Ocidente” do “Império do Mal”, dos “SS-20” e tudo o mais. E agora? Nem as desculpas esfarrapadas sobre o tráfico de drogas, o terrorismo ou o fundamentalismo poderão alguma vez explicar gastos maciços em armas nucleares.

Sobra a explicação sempre dada pelo movimento operário e comunista: o militarismo faz parte da essência do imperialismo. São as armas que em última análise impõem a vontade do imperialismo, isto é, defendem e multiplicam os seus lucros. O “inimigo” é qualquer manifestação de independência de nações, de povos, de classes, em relação ao sistema de dominação imperial. Já era assim antes de haver URSS e campo socialista. Assim continua a ser.

■ Jorge Cadima

SEMANA

19 mil alunos
fora do Superior

Terminou a primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, registando-se mais de 19 mil alunos que não conseguiram entrar nos cursos a que se candidataram. Verificou-se igualmente a diminição do número de



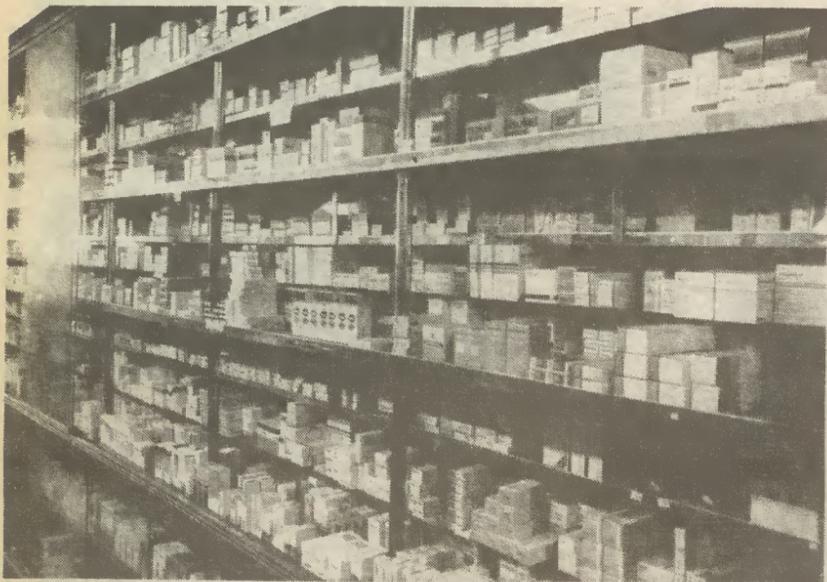
candidatos em relação ao ano passado, bem como a percentagem dos que não conseguiram entrar. Para a segunda fase há ainda disponíveis mais de quatro mil vagas, que irão ser disputadas por estes mais de 19 mil candidatos que não conseguiram acesso na primeira fase. Todavia, as notas de acesso registaram uma subida significativa, o que irá dificultar ainda mais o ingresso aos aspirantes ao ensino superior público.

Aumento nos telefones



A Portugal Telecom (PT) anuncia aumentos nas tarifas telefónicas para 1988 que, nas chamadas locais dos grandes centros urbanos como Lisboa e Porto, podem chegar aos 40% de agravamento. Na proposta entregue ao Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), as áreas geográficas das ligações telefónicas serão definidas deste modo: as «locais» são as que se fazem num raio de 10 quilómetros, as «regionais» entre 10 e 50 quilómetros e as «interurbanas» as que excedem os 50 quilómetros de distância. As chamadas «locais» - que constituem a maioria das ligações feitas pelos utilizadores - irão sofrer um aumento de cerca de 40%, enquanto, em «compensação», a PT anuncia diminuição nos preços para as ligações regionais (menos 6,4%), interurbanas (menos 11,9%) e internacionais (menos 15,3%). Neste quadro, resulta uma evidência: a maioria esmagadora dos utentes do telefone no nosso país - que, naturalmente, efectuam chamadas locais - vai sofrer um aumento brutal nas suas contas mensais. Entretanto, e na mesma ocasião, a Portugal Telecom informou que fechou o primeiro semestre deste ano com resultados líquidos positivos de 33,2 milhões de contos, relativos a um total de facturação de 261,2 milhões de contos.

área comercial da Península Ibérica e das maiores da Europa, vai albergar 421 lojas, tem 6800 lugares para estacionamento e os seus promotores esperam uma afluência de 20 milhões de pessoas/ano, o dobro da população total do nosso País. A construção deste projecto descomunal na freguesia lisboeta de Benfica foi aprovada pela gestão camarária de Krus Abecasis e, posteriormente, foi embargado pela gestão da Coligação Por Lisboa, que apenas pôde impor alterações ao projecto, nomeadamente exigindo a diminuição das volumetrias.

Negócio com o Iraque
de medicamentos portugueses

Segundo apurou o *Diário de Notícias*, os laboratórios portugueses Atral/Cipan estão a negociar a exportação de medicamentos para o Iraque no valor de 300 milhões de dólares (cerca de 55 milhões de contos, a preços actuais), pre-

vendo-se que a primeira *tranche* do negócio - 20 milhões de dólares (3,7 milhões de contos) - seja realizada ainda este ano. Segundo o presidente da Atral/Cipan, Sebastião Alves, o negócio será intermediado por «um dos

maiores *dealers* mundiais de petróleo em *spot*», com o qual o laboratório português está em negociações há cerca de 10 meses. A concretizar-se, este negócio poderá vir a ser o maior a realizar este ano por uma empresa portuguesa e,

segundo o *DN*, «a concretização global do investimento fará com que a Atral/Cipan venha a ser o maior laboratório farmacêutico nacional, com todas as vantagens, em termos financeiros, que daí advêm».

Metropolitano do Porto
três vezes mais caro

O Metropolitano do Porto vai custar três vezes mais do que a opção inicialmente prevista pelos técnicos porque o presidente da

Câmara, Fernando Gomes, preferiu a opção subterrânea ao projecto de superfície recomendado pelos consultores. O projecto actual vai implicar investimentos superiores a 160 milhões de contos, quando poderia custar apenas entre 40 e 60 milhões de contos caso a sociedade Metro do Porto, presidida por Fernando Gomes, aceitasse as sugestões dos consultores técnicos - CESUR (Centro de Sistemas Urbanos e Regionais), Semaly, Planum e Hidrotécnica Portuguesa -, que defendiam a inserção, o mais



possível, de troços à superfície, muito mais baratos que os lanços subterrâneos cuja construção, no solo granítico do Porto, se agrava com uma série de problemas de difícil resolu-

ção técnica. Segundo o *Diário de Notícias* - que contactou Fernando Nunes da Silva, o professor do Instituto Superior Técnico que liderou o grupo de consultores do Metro do Porto -, as empresas de construção especializadas em túneis terão pressionado a decisão da sociedade do Metro do Porto, presidida por Fernando Gomes, em optar por esta versão assente maioritariamente em vias subterrâneas, o que, segundo o professor Nunes da Silva, agrava brutalmente os custos do projecto. Além disso, a construção de túneis implicará a instalação de diversos estaleiros, o que tornará a cidade do Porto num caos. O professor Nunes da Silva considera que o

presidente da Câmara do Porto ainda pode (e deve) renegociar a construção de mais linhas à superfície depois das eleições autárquicas, de modo a minorar o descalabro.

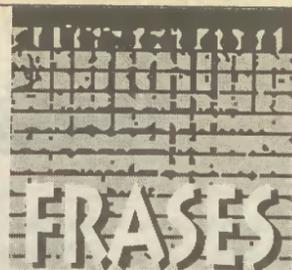
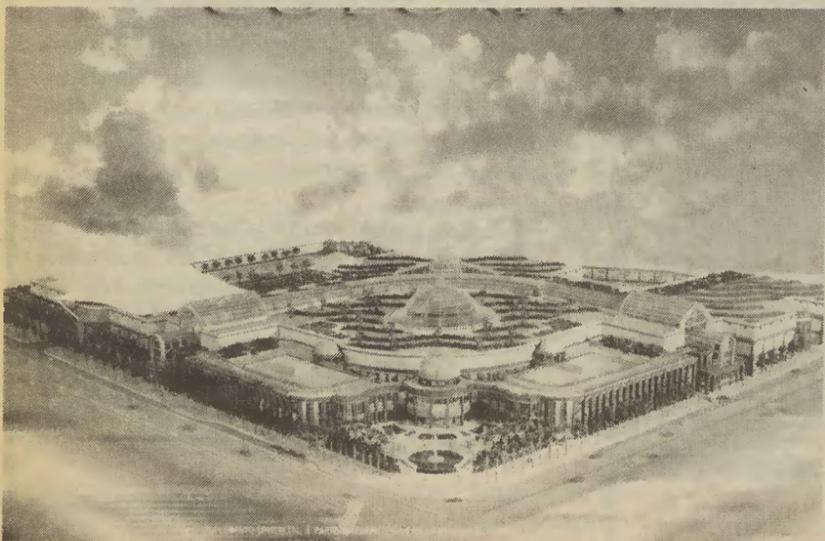
«Colombo» inaugura... mas não está pronto

O Centro Comercial Colombo (CCC), em Lisboa, um projecto megalómano liderado pelo grupo económico de Belmiro de Azevedo, é inaugurado com pompa e

circunstância, embora não esteja concluído, facto reconhecido pelo próprio Belmiro de Azevedo ao afirmar que o Centro não está nas «condições que desejaríamos»,

afirmando que «dentro de duas semanas» tudo estará pronto e não explicando que, sendo assim, por que não se protelou a inauguração para daqui a 15 dias. A inaugura-

ção foi feita sem a conclusão de numerosas infra-estruturas, nomeadamente de acessos, e com muitas lojas sem possibilidade de abrir. O CCC é considerado a maior



“O desemprego afinal está a crescer, contrariando os números apresentados pelo Governo”

(«Diário de Notícias», 15.09.97)

“Discretamente, a coisa soube-se a meio da semana: num gesto de profunda coerência, a SIC decidiu suspender o programa de Francisco José Viegas, Escrita em Dia”

(Nogueira Gil, «Público», 12.09.97)

“Regressados de férias, os responsáveis da SIC logo atentaram no dislate - uma hora inteira a falar de livros?, impossível - e cortaram o mal pela raiz. A partir da agora, quem quiser ouvir falar de livros que bata a outra porta”

(Idem, *ibidem*)

“A estratégia de uma empresa não muda todos os dias, todos os meses ou todos os anos. Efectivamente, quem pensa que precisa de mudar a sua estratégia frequentemente, revela claramente que não tem nenhuma”

(Michel Robert, consultor de empresas, «Semanário Económico», 12.09.97)

“Qualquer organização, incluindo um país, pode beneficiar da utilização do nosso processo de raciocínio estratégico. Todas as organizações devem estabelecer por si próprias o que querem ser, no que se querem tornar, no futuro, ou alguém o fará no seu lugar”

(Idem, *ibidem*)

“Não me importava de ter bordéis em Cascais para controlar o aumento da sida”

(José Luís Judas, «Tal & Qual», 12.09.97)

“É preferível haver casas devidamente registadas que permitam o controlo sanitário, em vez de dar pseudoliberalidades às prostitutas”

(Idem, *ibidem*)

“[os bordéis] não vão resolver os problemas de saúde e a prova é que nos países onde há prostíbulos legais também há um maior número de doentes de sida”

(Isabel do Carmo, *ibidem*)

“A prostituição está ligada à exclusão social. Por isso, o combate deve ser feito à erradicação das formas de pobreza e exclusão, porque não se pode pôr as prostitutas na cadeia”

(Odete Santos, *ibidem*)

“Portugal recebe 150 milhões de contos por ano dos fundos europeus e esses milhões são clandestinos no Ministério da Agricultura, que se recusa a publicar em «Diário da República» o destino do dinheiro”

(António Campos, «Tal & Qual», 12.09.97)

“90 por cento desse dinheiro vai para os bolsos de 10 por cento. São 150 milhões sacados por meia dúzia, enquanto o mundo rural está abandonado e as empresas familiares destruídas”

(Idem, *ibidem*)

“É um caso de polícia! A PJ já sabe que, no Ministério, se falsificou a própria assinatura do primeiro-ministro, para permitir que algumas empresas ganhassem concursos. Vai haver surpresas quando essa investigação estiver concluída”

(Idem, *ibidem*)

Carlos Carvalho no distrito de Viseu

Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, visitou no sábado passado, a freguesia de Avões, no concelho de Lamego, e os concelhos de Tarouca e Armamar, dando com esta deslocação mais um impulso à pré-campanha eleitoral da CDU para as autárquicas.

A visita do Secretário-geral do PCP iniciou-se, da parte da manhã, em Avões, freguesia há muito gerida pela CDU. Inúmeros populares aguardavam a chegada de Carlos Carvalho, a quem saudaram com calorosas manifestações de apoio, integrando-se, depois, no mini-comício que ali se realizou. Luís Mendonça, presidente da Junta de Avões e primeiro orador, sintetizou o muito trabalho da CDU ao longo dos anos, através do qual foi possível resolver muitos dos problemas das populações e dotar a freguesia com equipamentos sociais e desportivos pouco vulgares nas freguesias do interior.

Ainda antes do almoço, no centro da Vila de Tarouca, com a participação de muitos candidatos e activistas locais da CDU, Carlos Carvalho assistiu à inauguração da sede concelhia da candidatura.

Daqui partiu para um concorrido almoço-convívio, onde a presença de jovens fez Natalino Ferreira, primeiro orador nesta ocasião, referir «os jovens mais antigos» que «com o seu exemplo de luta, impelem os mais novos a prosseguir os nobres ideais da CDU em prol do desenvolvimento e do progresso das populações e do País».

Natalino Ferreira, independente, primeiro candidato da lista da CDU à Câmara Municipal de Tarouca - onde a CDU tem dois vereadores eleitos, num total de cinco -, denunciou



Em Salzedas, Carlos Carvalho teve ocasião de verificar o estado de abandono em que se encontra o Convento



Avões e Mondim da Beira são freguesias de maioria CDU, onde é notório o bom trabalho dos seus autarcas

Promessas e palavras não resolvem os problemas

a gestão do PSD, caracterizada pela inércia, incompetência e mesmo algumas irregularidades graves e apelou ao voto na CDU «única via» para resolver os gritantes problemas do concelho.

Depois do almoço, a visita de Carlos Carvalho prosseguiu para as Freguesias tarouquenses de Mondim da Beira, S. João de Tarouca e Salzedas, com realização de mini-comícios onde o cabeça de lista da CDU em Tarouca voltou a usar da palavra.

Designadamente em Mondim da Beira, mais uma freguesia de maioria CDU que, no passado, foi sede de concelho, Natalino Ferreira acusou «alguns elementos mal intencionados» de procurar lançar a confusão sobre as posições da CDU sobre saneamento básico e de mistificar a luta desenvolvida contra a instalação ilegal, pela Câmara Municipal, de uma ETAR em terrenos de reserva agrícola e ecológica, «em cima» das habitações de vários moradores da freguesia.

O encontro de Carlos Carvalho e dos candidatos da CDU com a população de S. João de Tarouca realizou-se junto do magnífico mosteiro cisterciense, tendo sido feita uma visita ao interior da Igreja, cujo mau estado de conservação era patente, apesar das medidas prometidas e esquecidas por António Guterres, respectivamente enquanto candidato e enquanto primeiro-ministro.

Em Salzedas, a caravana da CDU era esperada por muitos moradores junto ao Convento, monumento valioso e também em completo estado de abandono. Na breve visita que, acompanhado pelo Pároco da freguesia, fez ao interior do convento, Carlos Carvalho teve oportunidade de deixar no livro de honra uma mensagem.

No concelho de Armamar, local a seguir visitado, eram também muitos os apoiantes da CDU que aguardavam a chegada da comitiva que trazia Carlos Carvalho. Numa festa, animada pelo grupo musical «os Rouxinóis», Afonso Bernardo, actual presidente da Junta de Freguesia de Armamar, de maioria CDU, vivamente aplaudido, anunciou que o programa da Junta havia já sido largamente ultrapassado. António Lareiro, primeiro candidato da CDU à Câmara Municipal de Armamar, por seu turno, apelou ao voto na CDU e desmascarou a ideia de que é positivo para a resolução dos problemas das autarquias estas terem a «mesma cor» do governo, lembrando que «amizades de doze anos do presidente da Câmara de Armamar com o governo PSD não adiantaram para coisa nenhuma».

Eram quase 20 horas quando o Secretário-geral do PCP, depois de visitar as modernas instalações da Junta de Armamar, deixou terras do Norte do distrito de Viseu, terminando assim uma magnífica jornada de dinamização e de contacto com as populações.

Dados do Governo são «dados virtuais»

Nas breves intervenções que proferiu, nos locais que visitou, Carlos Carvalho, entre outras questões, abordou o problema da desertificação e do envelhecimento da população que «continua a intensificar-se».

«Muitas promessas foram feitas pelo PS em campanha eleitoral, mas passados dois anos não se vêem medidas em relação à localização de indústrias, nem em relação à valorização e defesa do «mundo rural», nem em relação ao desenvolvimento geral do interior», afirmou Carlos Carvalho. E ironizando - «ficaram as promessas e as muitas palavras» - concluiu: «É que as mesmas políticas têm consequências idênticas sejam elas praticadas por um governo PS ou por um governo PSD...»

Referindo «as acções de marketing e a propaganda» em que o Governo se multiplica, o Secretário-geral do PCP denunciou essa actuação que «pode iludir alguns portugueses, mas não dá resposta aos problemas que se vão agravando».

«Na verdade», prosseguiu Carlos Carvalho, «o governo esconde que uma grande parte dos dados macroeconómicos que propaga como positivos são dados virtuais e que, por isso, os portugueses não sentem esses ditos bons resultados na vida quotidiana».

O governo esconde que os dados da inflação e do défice orçamental, por exemplo, em boa parte são construídos com alterações nos critérios contabilísticos o que, como é óbvio, não beneficia em nada o comum dos mortais.

O governo esconde os verdadeiros dados do desemprego. Aliás para ficarmos a saber qual a verdadeira taxa de desemprego temos de esperar por uma visita ao estrangeiro do Primeiro-Ministro que costuma dizer lá fora o que esconde cá dentro...»

Em Tarouca, e a propósito das eleições autárquicas que se aproximam, Carlos Carvalho fez questão de referir que «a população de Tarouca só terá a ganhar com um município da CDU».

«Deixem os preconceitos de lado e olhem para as questões concretas, para aqueles que resolvem os problemas com as populações, que cumprem o que prometem e que se podem reivindicar dos atributos do trabalho, honestidade e competência», alertou. Por fim, sublinhando «o grande prestígio que a CDU granjeou, justamente, nas autarquias», Carvalho afirmou: «Muitos de vós conhecem esse trabalho, mesmo nalgumas freguesias aqui no distrito de Viseu.»

CDU tem novo cartaz

«CDU - Para fazer o que é preciso» é o slogan dos novos cartazes da Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV, que esta semana começam a ser colocados.

O «Avante!» apresenta em primeira mão o «fac-símile» dos novos cartazes.



PS e PSD fogem ao debate em Mogadouro

O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Mogadouro acusou os candidatos das restantes forças políticas de não estarem interessados em debater os problemas do concelho e da região. Esta "falta de comparência", como lhe chama Francisco Madruga, em nota aos órgãos de comunicação social, é por si explicada "pela eventual falta de ideias" dos seus concorrentes. Esta atitude, salienta, já conduziu a que por exemplo os emigrantes "não tivessem tido a possibilidade de participar com a sua opinião para o levantamento dos principais anseios dos mogadourenses não residentes".

Depois de tecer duras críticas às candidaturas do PS e do PSD, a quem acusou de na sua prática de gestão estarem mais preocupados em arranjar "tachos para os boys", o candidato da CDU reitera o seu empenho em "trabalhar e lutar pelo que é fundamental para o concelho: o Hospital e o IC30".

PDM de Ílhavo carece de mais debate público

A propósito da forma como está a decorrer o período de inquérito público sobre o Plano Director Municipal (PDM) de Ílhavo, a Coordenadora Concelhia da CDU acusou a Câmara Municipal de estar a "limitar a participação da população" numa matéria essencial para o "seu futuro colectivo". Na base desta posição, de acordo com um comunicado emitido no passado dia 12, está o facto de o executivo municipal ter-se limitado a "cumprir o mínimo do que a lei obriga", ou seja, a expor os "complicados dossiers e mapas do PDM nos edifícios dos paços do concelho e das juntas de freguesia. Enquanto "documento orientador do desenvolvimento do concelho e por isso norteador da qualidade de vida dos munícipes", o PDM, no entender da Coordenadora da CDU, "dever ter a mais alargada participação", pelo que, observa, "impõe-se que a "Câmara tome medidas práticas que alertem, mobilizem e esclareçam a população para o que significa e o que contém o PDM para o concelho de Ílhavo".

CDU de Ponte de Sôr dialoga com trabalhadores da autarquia

O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Ponte de Sôr, Jorge Rebeca, tem desenvolvido contactos nas diferentes localidades de residência com os trabalhadores da autarquia. Segundo uma nota da Comissão Coordenadora da CDU de Ponte de Sôr, estes encontros têm proporcionado "momentos agradáveis de convívio", para além do debate interessado sobre a organização dos serviços camarários e do papel dos trabalhadores municipais na concretização dos planos de actividade da autarquia. A candidatura da CDU à presidência da Câmara tem sublinhado a importância que atribui a uma gestão autárquica com a participação dos trabalhadores, no mais pleno respeito dos seus direitos e deveres, em que releva a a atenção por parte do executivo municipal à criação das melhores condições de trabalho e à realização de programas de valorização e formação profissional.

PS empobrece debate em Coimbra

O cancelamento do debate público entre os candidatos à presidência da Câmara Municipal de Coimbra, por indisponibilidade do candidato do PS, Manuel Machado, foi considerado pela CDU uma "fuga ao confronto democrático de opiniões", que, do seu ponto de vista, representa um "empobrecimento das eleições para o Poder Local".

Esta postura do PS, segundo uma nota pública da coordenadora da CDU, não constitui propriamente uma novidade na sua prática de gestão, tendo estado sempre presente durante os últimos quatro anos de mandato à frente da Câmara.

"Seria extremamente grave e absurdo que a indisponibilidade de um único candidato viesse a impedir a realização de iniciativas como a que estava em preparação", sublinha a Coordenadora da CDU de Coimbra, antes de lançar um apelo a "todas as forças associativas" para que durante os três meses que nos separam das eleições promovam iniciativas de debate público sobre a realidade e os problemas do concelho.

Crime urbanístico em Leiria

"Um absurdo crime urbanístico", assim classifica o cabeça de lista da CDU à Câmara de Leiria, Sérgio Silva, a eventual instalação de um hipermercado em terrenos da ex-prisão-escola.

Expressando o seu veemente protesto por tal facto, recentemente admitido em notícias vindas a público, Sérgio Silva considera que a "simples negociação dessa hipótese pela Câmara Municipal de Leiria e pelo Ministério da Justiça é, desde logo, condenável", uma vez que, adianta, esses terrenos "são imprescindíveis ao reequilíbrio urbano e fundamentais para a instalação de alguns equipamentos públicos".

"Tenho que denunciar o comportamento do PS que, com o silêncio dos vereadores e da comissão política concelhia e com a intervenção do Ministério da Justiça nas negociações, está de novo a contribuir para a degradação da cidade de Leiria", conclui Sérgio Silva.

Em Sintra A CDU trabalhou e deixou trabalhar

O cabeça de lista da CDU à Câmara de Sintra, Lino Paulo, desmontou todas as alegações com que o PS e a sua candidata procuram justificar a "má prestação autárquica" que caracterizou o seu mandato. Refutada foi nomeadamente a invocação de Edite Estrela segundo a qual foi por culpa da oposição que não foram honrados os compromissos eleitorais.

"A CDU trabalhou, deixou trabalhar e procurou, institucionalmente, que o trabalho da maioria PS fosse o melhor possível", esclareceu Lino Paulo,

em conferência de imprensa, no decorrer da qual deu variados exemplos que testemunham as diferenças entre a gestão de "festas e charme" que

pautou o mandato socialista e a realidade do trabalho desenvolvido pelos eleitos CDU.

Desde logo citado foi o trabalho empenhado dos vereadores da CDU nos pelouros que lhes foram distribuídos, bem como nos Serviços Municipalizados ou empresas de capital municipal, por todos reconhecido e referenciado, como foram os casos do Programa Especial de Realojamento (PER), da gestão e construção de mercados municipais, da actividade na SANEST, ou da acção ao nível

do desenvolvimento empresarial do concelho.

"Planos de actividade, orçamentos, contas de gerência, lançamento de concurso para obras, projectos ou estudos sempre foram aprovados a tempo e horas com os votos da CDU", recordou Lino de Paulo, antes de fazer notar que "mesmo quando a opinião da CDU era muito crítica relativamente a estes documentos, fundamentais para a gestão municipal, os mesmos mereceram aprovação, "ficando explicitadas as críticas da CDU e a afirmação de que "nunca seria por obstrução" da CDU que o PS deixaria de fazer o que havia prometido aos eleitores".

Realçado no decorrer da conferência de imprensa foi ainda o contínuo trabalho dos eleitos da Coligação Democrática Unitária no sentido de procurar melhorar as propostas e o trabalho da Presidente da Câmara e do PS. "Assim aconteceu - lembrou Lino Paulo - com a implantação da nova estrutura de funcionamento da Câmara, com o carro eléctrico, com a travagem de aprovações urbanísticas lesivas do ambiente e da qualidade urbana ou com o Plano Director Municipal".

Neste último capítulo, sublinhou, foi a "intensa actividade da CDU que impediu que a actual presidente levasse por diante uma proposta de destruição do concelho e de protecção dos grandes interesses especulativos ligados a alguma promoção imobiliária".

No distrito de Lisboa

CDU lança revista

A CDU do distrito de Lisboa acaba de lançar uma revista dedicada às próximas eleições autárquicas. São 80 páginas de excelente apresentação gráfica ao longo das quais são dadas a conhecer as principais linhas de acção e o trabalho que distinguem a gestão das autarquias geridas pela CDU. O leitor poderá encontrar, nomeadamente, testemunhos e exemplos concretos de como falar da CDU é falar de obra realizada, trabalho patenteado aos mais variados níveis da intervenção municipal: ambiente urbano, saneamento, equipamentos, rede viária e acessibilidades, habitação, desenvolvimento, cultura e património, educação e infância, juventude, desporto, descentralização e modernização administrativa.

Como é salientado no editorial da revista, "o trabalho da CDU e do PCP nas autarquias não teme em geral comparações", pela razão simples de que "nas autarquias a CDU é melhor", "pelas provas dadas, pelo trabalho realizado, pelo seu projecto", "no presente e para o futuro".



CDU acusa

PS na Marinha Grande falta à verdade

O Executivo da Coordenadora da Marinha Grande da CDU acusou o actual presidente da Câmara Municipal de proferir "acusações falsas e mentirosas" e de adoptar práticas em que "o rigor, a verdade e o respeito pelas instituições estão ausentes". Em causa estão afirmações públicas daquele autarca em comício político-eleitoral no decorrer da "inauguração encapotada" do Largo da República.

Pronunciando-se sobre o que considera ter sido este "vergonhos acto", em que foi instrumentalizado um clube desportivo, com "manifesta falta de escrúpulos" numa

sessão política-espectáculo "que custou à Câmara mais de um milhar de contos", a CDU esclarece que nunca se opôs às obras de embelezamento do referido Largo, mas sim, sublinha, "à sua descaracterização", bem como à diminuição dos lugares de estacionamento.

"Foi o PS, e não a CDU, que prometeu o fim das obras da Dinis Pereira e Pires de Campos (até à fábrica de vidros) para 20 de Maio. Foi o PS e não a CDU que as iniciou sem autorização do Tribunal de Contas e posteriormente abriu novos concursos (ilegais) para obras já adjudicadas e iniciadas.

Agora as obras não prosseguem, porque, segundo se diz, a Câmara não paga aos empreiteiros", refere a Coordenadora da CDU em comunicado dirigido à população da Vieira.

Lembrado é ainda o facto de ter sido a CDU a incrementar o Plano de Pormenor concluído em 1994 que prevê a variante do parque industrial, bem como o de ter sido a CDU e não o PS quem "mais se bateu no anterior e no actual mandato pelo alargamento da estrada Vieira-Marinha Grande", pela construção do molhe no areal da praia e pela despoluição do rio Lis.

Praia de Esmoriz perde bandeira azul

Depois de um primeiro aviso de não atribuição da bandeira azul à praia da Cortegaça no início do Verão, a CDU de Ovar considera que, apesar dos aspectos polémicos que às vezes envolvem estas classificações, a perda também deste galardão pela praia de Esmoriz assume particular gravidade.

A CDU tem alertado insistentemente para situações de ruptura no concelho como as da Ria, da Barrinha de Esmoriz, rios e águas poluídas, recolha e tratamento deficitário dos lixos e dos esgotos. Neste momento, a retirada da bandeira azul a Esmoriz vem trazer ao de cima essas lacunas em matéria de ambiente e os altos índices de poluição detectados. Por outro lado, diz a CDU, serve para revelar o carácter eleitoralista do Presidente da Câmara que, para iludir

a opinião pública, ameaça agora com o recurso aos tribunais. Entretanto, em vez de encararem o facto de forma realista, identificarem as causas e conjugarem esforços para resolver o problema, os presidentes dos executivos da Junta de Esmoriz e da Câmara de Ovar acusam-se mutuamente, acabando por confessar, «mesmo sem o quererem», a falência das suas gestões também no que respeita ao ambiente.

Daí que, para a CDU, este momento deva ser aproveitado para reflectir e para reivindicar junto das entidades intervenientes a concretização de obras há muito prometidas, como a recuperação da Barrinha de Esmoriz e a conclusão da rede de saneamento em todo o concelho.

CDU

PCP

Candidatos CDU

O nosso jornal - que na semana passada dedicou inteiramente a sua edição à Festa do «Avante!» - retoma esta semana a divulgação das iniciativas que a CDU tem levado a efeito por todo o país para apresentação pública dos seus candidatos aos órgãos municipais.

CASTELO DE VIDE

O Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Castelo de Vide é **José António Raposo**, empregado bancário, de 55 anos, natural de Castelo de Vide.

Eleito membro efectivo da Assembleia Municipal de Coruche em 1979, foi eleito, em 1982, vereador a tempo inteiro com o Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres.

Tendo concluído em 1985 o Curso de Agentes de Desenvolvimento Sócio-Cultural, foi co-autor do Diagnóstico Sócio-Económico e Cultural do Distrito de Santarém, tendo sido, durante a sua verificação, fundada a Casa da Criança do concelho de Coruche.

Em 1989 foi eleito membro efectivo da Assembleia Municipal de Sesimbra.

É desde os anos 60 dirigente sindical; foi membro fundador e dirigente da Associação de Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do concelho de Coruche. Actualmente faz parte do Conselho Directivo da Associação de Amizade Portugal-Juri Gagarini (ex-Associação Amizade Portugal-URSS) e é sócio de numerosas Associações e Colectividades em Lisboa, Coruche, Sesimbra e Castelo de Vide.

MURTOSA



Fernando Pinho

Igualmente divulgado junto da comunicação social, no passado dia 3 de Setembro, foram os candidatos da CDU aos órgãos autárquicos de Murtosa.

À presidência da Câmara Municipal o candidato é **Fernando António da Silva Pinho**, de 35 anos, técnico de telecomunicações, residente em Murtosa. Presidente da Coordenadora Regional 4 (Aveiro-Beira Alta) do SINTTAV é ainda membro da Comissão Executiva da Direcção Distrital da União dos Sindicatos de Aveiro.

À presidência da Assembleia Municipal, o candidato da CDU é **José Hermínio Silva Tavares**, de 42 anos, técnico de máquinas, residente em Bunheira/Murtosa.

PAMPILHOSA DA SERRA

A CDU do concelho de Pampilhosa da Serra já procedeu também à apresentação pública dos seus candidatos aos órgãos municipais.

José Maria Gonçalves Isidoro, candidato à presidência da Câmara Municipal, natural de Dornelas do Zêzere, tem 41 anos e é operário. **Arsénio Bento Gaspar Gonçalves**, residente em Dornelas do Zêzere, tem 45 anos e é mecânico.

Quando da apresentação das suas candidaturas, foram igualmente divulgadas as principais preocupações que as norteiam. O combate ao desemprego e à consequente desertificação que está a aumentar no concelho; a qualidade da água, o seu abastecimento e o saneamento básico; o combate à poluição das águas do rio, designadamente através da construção de ETARs; o tratamento dos lixos; a Cultura, o Desporto, a recuperação dos Ranchos Folclóricos desaparecidos do concelho, são algumas das prioridades do programa eleitoral da CDU em Pampilhosa da Serra.

VILA DO PORTO

Também a Comissão Eleitoral da CDU de Vila Porto divulgou recentemente os seus candidatos à presidência dos órgãos municipais.

O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Vila do Porto é **António Henrique Paiva Valente**, independente, de 46 anos de idade, locutor da Estação Emissora do Clube Asas do Atlântico e seu sócio e activista de longa data.

À presidência da Assembleia Municipal, pela CDU candidata-se **Ana Maria Nogueira Santos Loura**, de 44 anos, engenheira técnica de Electrotecnia. Pertence aos corpos gerentes da Associação de Pais da Escola Secundária Dr. Bento Rodrigues, sendo ainda membro da Associação Maré de Agosto, Lyons Club de Vila Porto e Associação Ambientalista Quercus.

VIMIOSO

Em conferência de imprensa, realizada no sábado passado, a Coligação Democrática Eleitoral apresentou, na sede do PCP, em Bragança, as suas candidaturas à Câmara e Assembleia Municipal de Vimioso.

O candidato da CDU à Câmara Municipal é **Leandro Marques Dinis Junior** (Leandro Vale), de 57 anos, actor, dramaturgo, jornalista, realizador radiofónico.

CDU
para fazer o que é preciso.
PCP-PEV



Leandro Vale

Director Artístico de Teatro em Movimento, realizador radiofónico na R.B.A. e colaborador/cronista de vários jornais a nível regional, foi director do Clube de Bragança durante 4 anos. Foi candidato à Junta de Freguesia de Santa Maria em 1993. É membro da Sociedade Portuguesa de Autores e da União Internacional de Marionetistas e membro fundador do Centro Português de Teatro e do Instituto de Teatro Paulo Quintela.

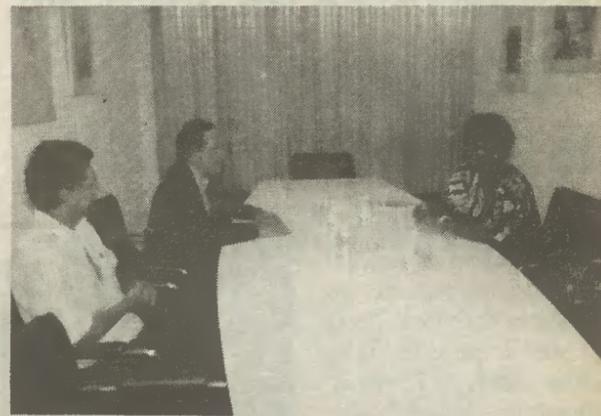
À presidência da Assembleia Municipal, a candidata da CDU é **Maria Helena Pereira Gonçalves**, de 47 anos, professora, natural de Izeda, Bragança. Membro da direcção da Associação do Nordeste Transmontano, foi durante 20 anos delegada escolar.

Cabeceiras de Basto Coordenadora da CDU pede mais respeito

«Haja respeito pelo dinheiro dos munícipes», é como começa a *carta aberta* dirigida pela Comissão Coordenadora da CDU de Cabeceiras de Basto ao Presidente da Câmara, a propósito do «monumento à ruralidade» inaugurado no Campo Seco, com o qual a edilidade gastou 15 mil contos.

«Enquanto isto», diz a CDU, «nada se faz para apoiar os produtores do vinho na criação de uma Adega Cooperativa, nada se faz para apoiar os produtores de carne na construção de um Matadouro na Zona de Basto, duas condições fundamentais para a promoção, valorização e escoamento dos produtos locais».

Lamenta, assim, a CDU que a Câmara continue a gastar dinheiro público em questões secundárias quando a exigir resolução existem questões tão prementes como o abastecimento de água ao domicílio, a rede e tratamento dos esgotos domésticos, a recolha e tratamento do lixo, o fomento do associativismo ou a recuperação do património.



PCP recebe FRELIMO

Uma delegação do PCP, integrando o Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Domingos Lopes, membro do Comité Central, recebeu, na passada terça-feira, Amélia Matos Sumbana, membro do Bureau Político da Frelimo e responsável pelas Relações Internacionais.

Homenagem a Mário Canotilho

A Comissão Concelhia de Pinhel do PCP e a Direcção da Organização Regional da Guarda promovem, no próximo **sábado**, dia 20, uma homenagem pública «ao cidadão, ao advogado, ao lutador antifascista e ao democrata de convicções profundas» que foi Mário Canotilho, na qual participará Álvaro Cunhal.

Uma concentração no Jardim junto ao Pelourinho, às 15.30 horas, dá início à homenagem a Mário Canotilho, a qual prossegue com a romagem à Campa do cemitério de Pinhel, onde será descerrada uma lápide assinalando a passagem do 10º aniversário da sua morte. Às 16.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pinhel, realiza-se uma Sessão Solene Evocativa, presidida pelo dr. João Gomes e com a intervenção de várias outras personalidades amigas do homenageado. A Álvaro Cunhal caberá a intervenção de encerramento.

Da Comissão de Honra desta homenagem fazem parte, para além da ordem dos Advogados, Adalberto Videira Domingos, Funcionário da EPAC; Alberto Vilaça, advogado; António J. Avelãs Nunes, professor universitário e director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Ema Conceição Avelãs, funcionária dos C.T.T.; Fernando Lopes, Conservador do Registo Civil e Governador Civil da Guarda; Francisco Alípio Fernandes, funcionário público, membro da Assembleia Municipal de Pinhel; Jaime Galheiro, advogado e dramaturgo; José Gonçalves da Costa, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal; José Nascimento dos Santos, notário; José Rui Lourenço, solicitador; Lousã Henriques, médico e Raimundo Mascas Dias Fernandes, comerciante.

Em nota à comunicação social, o PCP refere, «a testemunhar o grande apreço, amizade e admiração por este pinhalense devotado às causas nobres da solidariedade e da justiça social», a adesão à iniciativa de «homens e mulheres de todos os credos políticos e de todas as partes do País».

Vila Nova de Ourém Urge «lufada de ar fresco»

Numa iniciativa com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política, a CDU fez, no sábado passado, a apresentação pública dos cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal de Vila Nova de Ourém, respectivamente Alfredo Costa e Sérgio Ribeiro, tendo-se-lhe seguido um convívio na quinta do mandatário desta coligação, Galamba de Oliveira.

Na sessão, que teve a presença de mais de 50 pessoas, entre as quais o escritor José Saramago, Sérgio Ribeiro, numa breve intervenção, sublinhou a importância e a necessidade para os ourenses da eleição de candidatos da CDU e apresentou Alfredo Costa como um candidato de futuro.

Por sua vez, Alfredo Costa, considerando ser «urgente dar uma lufada de ar fresco» no concelho, «dar um abanão no conformismo, romper amarras, auxiliar a mudança», salientou a importância «da predominância de jovens nas listas da CDU, jovens que têm contribuído com trabalho, ideias e alegria, o que nos dá confiança no futuro».

Por fim, José Casanova, da Comissão Política, abordou o contexto em que vão decorrer as eleições autárquicas e, denunciando o abuso do poder com fins eleitoralistas por parte do Governo PS, manifestou a grande confiança do PCP num bom resultado eleitoral para a CDU.

Comunistas da Telecom discutem futuro do sector

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, vai participar no 1º Encontro Nacional dos Comunistas do Grupo da Portugal Telecom que se realiza no próximo sábado, dia 20, promovido pela Coordenadora Nacional do PCP para as Comunicações e Telecomunicações.

Trata-se de uma reunião que se reveste, segundo os seus organizadores, de uma grande importância, na medida que nele irão ser discutidas questões tão importantes «como os problemas e os direitos dos trabalhadores, os serviços de telecomunicações e os interesses nacionais, face à 3ª fase da privatização».

As Telecomunicações, sector estratégico que intervém em praticamente toda a actividade produtiva, e especialmente «apetecido» por todos os grupos económicos, tem merecido do Governo uma política virada para a sua



privatização e total liberalização. O Encontro irá, assim, abordar precisamente «o contributo dos comunistas para o fortalecimento da acção e organização dos trabalhadores e as medidas para o reforço da organização e intervenção do PCP nas empresas do Grupo PT». Para tanto, está a mobilizar e a contar com a participação de um grande número de militantes.

CAMARADAS FALECIDOS

Jerónimo de Castro

Faleceu no dia 14 de Setembro, com 59 anos de idade, o camarada Jerónimo Francisco Lopes Pereira Castro. Foi funcionário do Partido durante vários anos, tendo sido membro do Comité Central e da DORL, onde desempenhou tarefas no Comité Local de Lisboa e nos concelhos de Oeiras e Amadora.

Foi delegado sindical dos trabalhadores da Junta de Freguesia da Pontinha. O camarada era colaborador do Departamento de Propaganda do Partido e era candidato pela CDU às próximas eleições autárquicas na freguesia da Branda.

António das Neves Rua Araújo (Tó Araújo)

No dia 10 de Setembro, faleceu de forma trágica, na explosão ocorrida na oficina de pirotecnia em Valpaços, distrito de Vila Real, o camarada António Neves Rua Araújo, Tó Araújo como todos o conheciam.

Com uma vida exemplar, respeitado e admirado pelos valpaçenses, o camarada será sempre recordado como um homem altruísta e um lutador pelos seus ideais.

José Gonçalves Martins

No dia 1 de Setembro faleceu no Couço o camarada José Gonçalves Martins, de 74 anos de idade. O camarada, enquanto a saúde lhe permitiu, exerceu actividade no Partido e foi colaborador do MURPI.

Maria Emília Paiva Costa

Faleceu, no passado mês de Agosto, com 62 anos de idade, a camarada Maria Emília Paiva Costa. Foi funcionária da Junta de Freguesia de São Paulo (Lisboa), freguesia onde assegurou múltiplas tarefas do Partido.

Amadeu Rodrigues

Faleceu no passado mês de Agosto, com 86 anos de idade, o camarada Amadeu Rodrigues. Foi um destacado militante do Partido na freguesia de São Paulo (Lisboa), onde entre muitas outras tarefas assegurava a venda do «Avante!». Foi eleito do Partido na Assembleia de Freguesia de S. Paulo.

Armando da Fonseca Ferreira

Após doença prolongada, faleceu no dia 8 de Setembro, com 76 anos de idade, o camarada Armando da Fonseca Ferreira. Fez parte da célula da Lusali-te e, depois de reformado, ficou a pertencer à organização da freguesia de Paço de Arcos.

Armando Henriques Vicente

Faleceu no passado dia 23 de Agosto, com 62 anos de idade, o camarada Armando Henriques Vicente, reformado da EDP, residente em Sacavém. Comunista convicto e participante nas lutas e actividade política na empresa, era há mais de 20 anos membro do Partido. Foi dirigente da ex-Associação Portugal-URSS.

Vítor Manuel Osório dos Santos

Faleceu recentemente, com 49 anos, o camarada Vítor Manuel Osório dos Santos, da célula da Câmara Municipal de Lisboa. O camarada era director do Câmara Lisboa Clube (Clube dos Trabalhadores do Município de Lisboa).

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Açores Governo foge do essencial

O Governo da República está deliberadamente a retardar a discussão e aprovação do Projecto de Lei das Finanças das Regiões Autónomas, prejudicando a adequação da vida económica, fiscal e financeira da Região, acusou o Coordenador do PCP/Açores em conferência de imprensa recentemente realizada.

Ainda sobre a situação política regional, José Decq Mota destacou as propostas legislativas do PCP que visam a criação de uma justiça remuneratória relativa e a correcção dos custos da insularidade e afirmou que o Governo Regional continua a «governar pouco e devagar», fugindo «das questões essenciais».

Quanto às eleições autárquicas, o PCP considera estar a verificar-se «um processo de renovação democrática na Região», revelado, nomeadamente, pela integração nas listas CDU de muitas dezenas de novos candidatos independentes, «muitos dos quais com presença anterior em listas de outros partidos».

Reafirmando a pretensão

da CDU de apresentar listas a todos os órgãos municipais e a várias dezenas de freguesias, José Decq Mota declarou como objectivos da Coligação «alargar substancialmente» o número dos seus eleitos e «ganhar as Câmaras de Stª Cruz das Flores e Horta».

Também o deputado Paulo Valadão, que juntamente com António Freitas, António Nunes e Mário Abrantes, participou na conferência de imprensa da DORAA, está certo de ganhar a Câmara de Stª Cruz das Flores. Não só porque em 96 a CDU foi a força política mais votada para as regionais, mas porque «as listas propostas dão corpo a equipas muito competentes, constituídas por

pessoas com experiência autárquica».

No que respeita ao conceito da Horta, José Decq Mota, candidato à presidência desta Câmara, referiu o crescente movimento de opinião favorável à candidatura da CDU no Faial e disse estar esta já a afirmar-se «como a única alternativa possível e válida à actual gestão rotineira e passiva realizada pela Câmara do PS».

Urge rapidez

Em São Miguel, a Comissão de Ilha do PCP, em nota à comunicação social, reivindica do Governo Regional uma maior rapidez no pagamento de subsídios e compensações aos agricultores.

A «insuficiente e incompleta» portaria do Governo Regional para atribuição de auxílio financeiro aos agricultores vítimas dos temporais do fim do ano, criando uma série de discriminações, levou

a que este, seis meses depois, viesse «emendar a mão» e publicar uma nova portaria prevendo «um mais correcto alargamento dos auxílios financeiros a conceder».

Entretanto, diz o PCP, a agricultura tem calendários rigorosos e os atrasos verificados no pagamento desses auxílios criaram já situações «extremamente complicadas» a muitos agricultores.

O mesmo se passa com o pagamento de compensações aos produtores de batata, cujas negociações com o Governo para a colocação da batata em excesso foram interrompidas pelos temporais. Apesar de há cerca de dois meses terem sido contactados pelos serviços da Secretaria Regional, até à data não houve lugar a qualquer compensação.

São situações para as quais o PCP reclama a necessária rapidez, com vista à resolução de mais um dos graves problemas sofridos pelos que trabalham na agricultura.

CCR Alentejo

Um modelo em «falência»

A Comissão Concelhia de Évora do PCP, preocupada com a situação criada na Comissão Coordenadora Regional do Alentejo (CCRA), particularmente as desinteligências surgidas nas suas estruturas dirigentes - hoje reduzidas ao presidente em exercício, dr. José Ernesto Oliveira -, alerta para os prejuízos que daí resultam para a Região e as suas populações.

Segundo o PCP, o Governo PS, incapaz de dirigir de forma isenta e séria este organismo, é o grande responsável pela situação criada na CCRA, ao mesmo

tempo reveladora da «falência deste modelo organizativo» e da urgente necessidade de institucionalização de Regiões Administrativas, com direcções eleitas.

A própria Comunidade Europeia reconhece não terem sido atingidos os objectivos de política regional comunitária no Alentejo, lembra a Concelhia do PCP, perguntando qual tem sido, face a este panorama, o papel da CCRA na defesa dos interesses da região junto do Governo e para quando «a adequação do sistema de incentivos para potenciar o investimento privado na Região».

Entretanto, e sabendo-se, como se sabe, que o investimento no Alentejo é quase na sua totalidade público e efectuado pelas autarquias locais, diz o PCP que a CCRA, em vez das necessárias medidas de apoio financeiro e administrativo, coloca exigências administrativas absurdas na aprovação de projectos, recusa outros sem critérios transparentes e ultrapassa sistematicamente os prazos de apreciação de candidaturas, prejudicando directamente as populações.

Face ao exposto, «meramente exemplificativo da situação grave

que realmente se vive na CCRA», a Comissão Concelhia de Évora do PCP exige do Governo a inversão da situação e que o actual presidente da CCRA em exercício, dr. José Ernesto Oliveira, «assuma as suas responsabilidades numa forma séria e isenta, ponha fim à confusão instalada entre o exercício do cargo e a sua candidatura à Câmara Municipal de Évora e, não o conseguindo, se demita pura e simplesmente, cedendo o lugar a uma nova equipa que assegure os objectivos enunciados».

Câmara de Setúbal «esquece» Presidente de Junta

A construção da variante de Azeitão - que ao longo dos anos constou das propostas do Grupo Parlamentar do PCP para o PID-DAC, no quadro da discussão do OE - corresponde a uma exigência antiga das populações locais e foi particularmente reivindicada pela Junta de Freguesia de S. Lourenço, lembra em comunicado a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.

Daí que, ao mesmo tempo que saúda a abertura da variante de Azeitão, o PCP denuncie a «escandalosa postura» do Governo e dos responsáveis da Câmara Municipal de Setúbal, ao não convidarem para o acto o Presidente desta Junta de Freguesia.

«Tal atitude, só por si condenável, ganha particular significado

se se atender a que a inauguração «se processou praticamente no sigilo dos deuses, à revelia de uma prévia informação e convite aos vereadores da Câmara Municipal». A não ser, sugerem os comunistas, que essa atitude se explique «pelo receio de confrontar no terreno» a população com a ausência das garantias reivindicadas, de segurança no atravessamento da nova via, que indiciam «a falta de um mais apurado estudo do projecto».

Entretanto, para a Concelhia do PCP, estão agora criadas melhores condições «para o desenvolvimento da componente turística da região de Azeitão». O que desde logo exige «maiores responsabilidades aos organismos competentes».

Campanha Nacional de Fundos Atingidos os 125 mil contos!

A proximidade das eleições autárquicas coloca com força redobrada, às organizações do Partido, a Campanha Nacional de Fundos dos 200 mil contos, promovida com o objectivo de custear as despesas com a campanha eleitoral.

De facto, militantes e simpatizantes, compreendendo a necessidade de fazer face aos elevados custos numa campanha eleitoral em que o PCP e a CDU intervêm de modo transparente, têm correspondido aos apelos nesse sentido, levando a que, conforme foi anunciado na Festa do «Avante!», a campanha tivesse atingido já os 125 mil contos!

Apesar deste grande êxito, consideram os responsáveis da campanha que é necessário não a descurar, aproveitando desde já o regresso à actividade da maioria dos militantes para retomar a realização de iniciativas e em breve atingir, ou mesmo ultrapassar, a meta estabelecida: 200 mil contos.

Sorteio

No sorteio realizado pela Organização Concelhia de V.N.Famalicão, de um relógio de parede, o número premiado foi o 392. O vencedor deverá reclamar o prémio na Sede do PCP em V.N.de Famalicão (telef: 052/323830).

TRABALHADORES

Sindicatos retomam calendário de lutas Vigília sábado em Guimarães pelas 40 horas

A CGTP decidiu lançar um apelo a que personalidades nacionais manifestem a sua solidariedade para com os trabalhadores que exigem a semana de 40 horas e o fim do trabalho ao sábado.

Ao fim de dez meses de greves, desfiles e manifestações pela efectiva redução dos horários de trabalho, a caminho do máximo de 40 horas semanais (que deve ser generalizado a partir do próximo dia 1 de Dezembro), está agendada para este sábado de manhã, em Guimarães, uma vigília

fazer greve. Mas «a nossa luta já trouxe resultados positivos para milhares de trabalhadores», salienta a Fesete/CGTP, apontando os que já estão a beneficiar da correcta aplicação da Lei 21/96 e os que passaram a trabalhar sábado sim, sábado não. «Porque o Governo nada fez para a correcta aplicação

sábado, para se unirem e lutarem conjuntamente com todos os que há dez meses fazem greve».

Calçado

Os sindicatos do sector do calçado e a Fesete desafiaram a associação patronal APICCAPS a dar início no dia 9 de Setembro às negociações para revisão do contrato colectivo que deve entrar em vigor a 1 de Outubro.

económico e comercial, com os valores das exportações a aumentarem de ano para ano».

Plenário do STAL

Na próxima terça-feira realiza-se em Lisboa, na Casa do Alentejo, um plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local.

Na base da sua convocação está «a necessidade de fazer um balanço das negociações que decorrem no seguimento do acordo subscrito em Janeiro de 1996 entre os sindicatos da Frente Comum e o Governo, analisar o projecto de carreiras profissionais do Governo, assim como preparar as reivindicações para 1998» — explica uma nota do departamento de informação do STAL.

Cerca das 16 horas, no final do plenário, os sindicalistas vão deslocar-se à secretaria de Estado do Orçamento, com o objectivo de exigir uma resposta à reivindicação de uma actualização salarial suplementar de 5 mil escudos, ainda em 1997, para todos os trabalhadores das autarquias.

Dragapor

O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores preveniu o primeiro-ministro e outros responsáveis do Governo de que os trabalhadores da Dragapor encravam a possibilidade de retomar esta semana a luta suspensa em 7 de Julho. Nesta data, o Governo assumiu compromissos sobre integração e aposentação dos funcionários públicos e sobre o futuro do emprego dos 53 trabalhadores do regime geral, mas as promessas não estão a ser cumpridas.



lia, cujos contornos deviam ser anunciadas ontem, em conferência de imprensa com Manuel Carvalho da Silva.

No comunicado em que apela à participação dos trabalhadores nesta acção, a Federação dos Têxteis salienta que ela se insere «na continuação da nossa justa luta pelas 40 horas, pelo fim do trabalho ao sábado e o respeito dos direitos contratuais».

Para estarem no Largo do Toural, entre as 9 e as 12 horas, muitos homens e mulheres de Guimarães e dos concelhos vizinhos terão que

da lei, fomos «obrigados» a negociar com as associações patronais e, aí, as últimas propostas apresentadas pelos patrões, estando ainda longe dos anseios e das exigências dos trabalhadores, admitem já horários inferiores às 42,5 horas actuais, embora não queiram acabar com o trabalho ao sábado.»

A federação sublinha que «estamos na altura das grandes decisões», com a aproximação do mês de Dezembro, e apela «a todos os trabalhadores, mesmo aqueles que já têm garantidas as 40 horas e o fim do trabalho ao

A proposta sindical, entregue a 31 de Julho, reclama aumentos salariais de 7 por cento, um subsídio de alimentação de 450 escudos, a consagração das pausas como tempo de trabalho, a promoção automática dos operários de 2ª a operários de 1ª e pequenas correcções nos enquadramentos profissionais.

Para os representantes dos trabalhadores, estas propostas podem ser suportadas pelas empresas, tanto mais que «o sector continua a dar provas de grande dinamismo industrial,

Sinquifa receita regras claras na propaganda médica

Assumindo-se como representante dos profissionais da informação médica, o Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas emitiu um comunicado em que reage às notícias sobre o envolvimento da Bayer com médicos. «Tais notícias, a confirmarem-se, comprovam a razão e a justeza das posições deste sindicato quanto à necessidade de serem estabelecidas regras claras e sérias para a acção dos laboratórios junto da classe médica.»

Para o Sinquifa/CGTP, ficaria assim «melhor salvaguardada a saúde pública», estariam «melhor defendidos os utentes dos serviços de saúde» e «os profissionais da informação médica não estariam sujeitos a

imposições que atentassem contra a sua ética e dignidade profissionais».

O sindicato considera que «todas as acções que não se enquadrem na informação e promoção de especialidades farmacêuticas são da total responsabilidade das entidades patronais dos laboratórios, quando mandam executar planos e desenvolvem estratégias de aumentos desenfreados de vendas, não olhando a meios para atingir os fins — lucros».

BES e BTA não cumprem

Apesar da responsabilidade, assumida, de viabilizar a Iberol,

a Copaz e a Copisul, os bancos Totta & Açores e Espírito Santo deixaram aquelas empresas do ramo das oleaginosas «praticamente ao abandono», acusa o Sinquifa. Num comunicado de imprensa que divulgou na semana passada, o sindicato considerava inadmissível que os bancos «não tenham actualizado os salários dos trabalhadores, tenham, para já, deixado atrasar o pagamento dos salários de Agosto e atirem as culpas para cima do outro».

Os cerca de 150 trabalhadores da Iberol e da Copaz, em Alhandra, e da Copisul, em Évora, não são aumentados desde 1991, ano em que, recorda o sindicato, o BES e o BTA, por serem os principais credores, assumiram a gestão das três empresas. Em

Outubro de 1996, concluído o processo de gestão controlada, os dois bancos decidiram viabilizar as empresas. «Mas a verdade é que, por motivos que desconhecemos e são no mínimo estranhos, durante o presente ano de 1997, a Copisul manteve-se parada, a Iberol não laborou e a Copaz funcionou apenas a 10 por cento, o que não deu para satisfazer todas as encomendas solicitadas pelos clientes mais fiéis e com os quais existem contratos assinados, designadamente de marcas próprias», denuncia-se no comunicado.

O Sinquifa exige que o Governo não fique indiferente e, «no mínimo», investigue o que se passa e assegure o emprego e o respeito dos direitos dos trabalhadores.

A defesa necessária das funções sociais do Estado

A introdução generalizada do contrato individual de trabalho como relação laboral dominante em cada vez mais sectores de actividade é uma orientação estratégica do Governo PS.

Com isto visa-se dois objectivos fundamentais. A precarização e desregulamentação do trabalho e do vínculo laboral, por um lado. Por outro, a degradação das funções sociais do Estado e o ataque à organização dos trabalhadores e à sua capacidade reivindicativa.

Esta política de direita, aprofundada e prosseguida pelo Governo PS, vem culminar um processo de degradação, desgaste, desmantelamento e venda de tudo o que é público.

Privatizadas, no essencial, as empresas públicas do sector produtivo e financeiro — processo em que os favores e escândalos envolvendo o grande capital nacional e transnacional foram uma constante; reconstituídos, no essencial, os grandes grupos e famílias que dominavam a economia antes do 25 de Abril; com os latifundiários de novo na posse da terra e, finalmente, com uma alteração da Constituição da República que diminui e enfraquece ainda mais a capacidade de resposta dos trabalhadores e das suas organizações de classe, o Governo PS sente-se em condições de atacar em outra frente: a das funções sociais do Estado e dos seus serviços públicos.

Meio de redistribuição

Os serviços públicos do Estado, abrangendo a Administração Central e Local, além de prestarem vários serviços indispensáveis à comunidade numa sociedade moderna, em vastas áreas — como o Ensino, Saúde, Ordenamento do Território, Investigação Científica e Tecnológica e sua promoção na Indústria, vigilância e controlo do espaço aéreo, Segurança Social, Impostos, Planeamento, florestas e tantos outros —, constitui também em algumas das suas áreas um meio privilegiado de redistribuição dos rendimentos na sociedade.

Esta função importa ser salientada.

Se nos lembrarmos qual foi o processo que conduziu ao desmantelamento e venda do Sector Público (desacreditação do que é público, degradação da gestão pública, ataque aos trabalhadores do Sector Público, desmantelamento das empresas e venda), então com mais cuidado devemos encarar este ataque político e ideológico aos serviços públicos, aos seus trabalhadores — os funcionários públicos — e às funções sociais do Estado.

Dois aspectos são fundamentais na luta dos funcionários públicos — e dos trabalhadores em geral —, na defesa dos serviços públicos.

A questão dos salários é central. Utilizando a variação salarial dos TFPs como instrumento directo de pressão sobre os outros trabalhadores, o Governo PS e a sua máquina de propaganda tentam fazer crer que a única determinante da variação dos salários, de ano para ano, é a inflação.

Foram propositadamente esquecidos, e de tanto serem esquecidos acabaram por serem dados como inexistentes, factores importantíssimos como a aproximação real aos salários dos outros trabalhadores da UE, e a distribuição do aumento de produtividade entre os salários e o capital.

Aqui é de questionar: que parte vai para os trabalhadores do reconhecido aumento da eficiência da máquina fiscal, que deu milhões ao Estado para o Governo PS alimentar a convergência nominal, diminuir a inflação e apertar ainda mais o cinto a quem trabalha?

Outra questão central é a das carreiras. A defesa das carreiras pelos TFPs passou na actualidade a ser uma questão intimamente ligada à defesa do seu posto de trabalho e à defesa da função social do Estado.

Ao atacar as carreiras, introduzindo o contrato individual de trabalho e/ou concessionando a privados variados serviços (veja-se o caso das unidades hospitalares e dos médicos e pessoal auxiliar, ou a Brisa, ou os Laboratórios do Estado, ou serviços centrais como o IAPMEI e o INE), o Governo tenta destruir as várias funções do Estado.

A sua defesa é uma necessidade de toda a população e uma luta que cabe a toda a população. Aos trabalhadores da Função Pública cabe defender as suas carreiras, dando assim uma contribuição importantíssima para a defesa dos serviços públicos.

A luta pela defesa das funções sociais do Estado está em evolução. Muito há a fazer. Mas o certo é que muitas lutas parciais devem convergir para a luta central do momento na Administração Pública.

■ Paulo Maurício



Sindicato das Pescas do Norte acusa Armadores do cerco e motoras não querem contratos

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte acusou na semana passada os armadores de não quererem negociar os contratos de trabalho para a pesca do cerco e motoras, e apelou ao Ministério do Emprego para que faça cumprir as leis.

Em comunicado citado pela Agência Lusa, o sindicato afirma que foi obrigado a pedir a intervenção do Governo nesta questão, já que «os armadores não querem negociar, para que tudo fique na mesma e para que possam continuar a pôr e dispor da vida dos pescadores a seu "bel-prazer", sem que haja regras».

As negociações dizem também respeito, segundo o documento, à revisão do contrato assinado em 1979 com os armadores na Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

«O sindicato desde há muito que vem a contactar com os armadores para que sejam estabelecidos contratos de trabalho nestes segmentos de pesca no Norte, com os direitos e deveres das duas partes», refere o texto, informando que «já foram pedidas reuniões às associações de armadores, mas estes tudo têm utilizado para empatar as negociações, alegando desconhecimento da lei, falta de aprovação do regime jurídico ou falta de disponibilidade».

Após o pedido de intervenção do Ministério do Emprego, «apenas a VianaPesca contactou o sindicato manifestando interesse em reunir-se». «Lamentamos que os armadores insistam em desrespeitar e em não reconhecer os direitos dos trabalhadores e se recusem a negociar», comenta-se no comunicado sindical, recordando que «os trabalhadores da pesca lutam pela regulamentação das suas relações de trabalho há mais de 20 anos».

Pessoal da Ivima exige salários pagos até dia 7

Os trabalhadores da Ivima exigiram sexta-feira que o pagamento dos salários de Setembro ocorra até 7 de Outubro, admitindo "formas de luta" caso isso não aconteça.

Este aviso, foi feito num plenário de trabalhadores, na Marinha Grande, durante o qual os vidreiros «receberam a garantia da administração e do Governador Civil de Leiria, através de telefone, de que os salários de Agosto serão processados na próxima segunda-feira», informou Sérgio Moiteiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV).

«Em atraso vão continuar 50 por cento dos subsídios de férias, para além dos montantes devidos aos operários desde crises passadas», adiantou Sérgio Monteiro à Lusa, acrescentando que o total da dívida da Ivima aos vidreiros se estima em cerca de 400 mil contos.

Durante o plenário de dia 12, os trabalhadores decidiram ainda exigir que as negociações em curso para a estabilização da empresa sejam concluídas até final do mês de Outubro, disse o dirigente sindical. Segundo Sérgio Moiteiro, há informações de algumas empresas interessadas na Ivima, entre as quais a Crisal.

A Ivima tem mais de 360 trabalhadores e, de acordo, com Pedro Amorim, da Comissão de Trabalhadores, debate-se com um passivo de cerca de oito milhões de contos.

Loures 1.ª mostra de urbanismo e habitação

A 1.ª mostra de urbanismo e habitação em Loures, organizada pela Câmara Municipal, abriu hoje portas ao público, no Pavilhão Paz e Amizade. É a Expo Habitação, uma iniciativa que, nas palavras dos seus organizadores, pretende constituir um "forum de experiências e diferentes níveis e âmbito de intervenção no domínio do urbanismo e habitação" e que deverá prolongar-se até dia 21.

Em causa está o garantir "um espaço e um tempo que periodicamente ofereça oportunidade de levar ao conheci-

mento da população o trabalho realizado e projectado". Com um objectivo fundamental - o bem-estar e qualidade de vida das populações.

A exposição engloba cerca de 50 expositores, abarcando um vasto universo de entidades e empresas - da área da habitação e urbanismo - nomeadamente construtores, urbanizadores, associações profissionais, empresas prestadoras de serviços.

A iniciativa tem um perfil misto, agregando a vertente institucional e a componente dos agentes económicos.

No que respeita aos agentes económicos, o objectivo é criar uma *bolsa de informação* no plano da oferta e procura no mercado da habitação.

Uma bolsa de informação que, de par de constituir um serviço às populações, abre às empresas a possibilidade de gerar novas dinâmicas económicas.

No quadro da vertente institucional - presente na exposição com mais de 70 painéis - o objectivo é mostrar o trabalho realizado e, acima de tudo, mostrar projectos e ideias que o executivo municipal tem

para o território. Em síntese, o projecto de desenvolvimento para Loures, como espaço de futuro.

As temáticas presentes na exposição vão desde a gestão urbanística, planeamento, património edificado, à recuperação de bairros de génese ilegal, habitação social e gestão de condomínios.

Ao longo dos três dias da Expo Habitação, decorre um ciclo de debates sobre planeamento (5.ª feira), viver em condomínio (6.ª feira) e áreas urbanas de génese ilegal (sábado).

Encontro em Évora Cidades Património Mundial debatem futuro do turismo

Ao longo de quatro dias - entre 17 e 20 de Setembro - o encontro da Organização das Cidades Património Mundial reúne, em Évora, representantes de mais de meia centena de cidades de todo o mundo, professores e técnicos ligados à defesa do património e questões de turismo. Em debate está o turismo do século XXI.

A importância que o turismo vem a assumir, nomeadamente como actividade económica, é confirmada por todas as estatísticas e previsões. Em 1996 registaram-se 592 milhões de turistas em todo o mundo, gerando receitas superiores a 423 milhões de contos. Para o ano 2000, prevê-se que a actividade turística dará trabalho a 100 milhões de pessoas.

Mas é precisamente a grandeza destes números que coloca problemas a que urge dar solução, sob pena de pôr em causa o património, por razões estritamente economicistas e uma visão imediatista. Na imagem utilizada por Saramago, na apresentação do seu livro "Évora, Património da

Humanidade", com fotografias de Eduardo Gageiro, "os turistas são como abelhas, produzem o mel mas picam. Temos de os proteger mas temos, também, de nos preservar deles".

Esta, no fundo, a questão que está em debate estes dias, em Évora, e para a qual se esperam sugestões, propostas, uma resposta para tentar conciliar fluxo turístico e defesa do património.

Os debates desdobram-se em três painéis: gestão e conservação em cidades históricas; desenvolvimento e controlo do turismo em cidades históricas; investimentos e partilha de interesses nas cidades históricas.

Na abertura dos trabalhos, Abílio Fernandes, presidente da Câmara de Évora, abordou a questão do "planeamento integrado de longo prazo: uma perspectiva conceptual e estratégica para as cidades históricas".

Ao longo destes quatro dias irão ser analisados e discutidos problemas diversos, como a qualidade e potencialidade

do património urbano, numa perspectiva de futuro, a capacidade de carga e controlo dos fluxos turísticos, a dimensão

sociocultural na planificação do desenvolvimento sustentável ou os impactos socioculturais e funcionais do turismo.



Homenagem a Che Guevara

Aleida Guevara, filha de Che Guevara, encontra-se em Portugal, a convite da Associação de Amizade Portugal-Cuba (AAPC). Uma visita que se integra na homenagem do 30.º aniversário do assassinato de Che, na Bolívia, e se prolonga entre 16 e 23 de Setembro, incluindo diversos contactos com o meio político e cultural nacional.

Aleida Guevara destacou-se pela sua participação como médica em missões internacionais de solidariedade com Angola e Nicarágua e foi a personalidade que

discursou na cerimónia de chegada a Cuba dos restos mortais de Che.

Durante a sua visita ao nosso país, será lançada uma campanha de recolha de medicamentos para enviar para Cuba.

Já em Portugal, Aleida Guevara participou em diferentes encontros, nomeadamente com Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e assistiu a um espectáculo, no Teatro Tabor, com Luís Repesas, João Afonso, Maria do Céu Guerra e Manuel Freire.

Hoje, de par de encontros com a imprensa regional, em Sintra e jovens da CDU,

em Rio de Mouro, destaca-se o debate no Hotel Roma, com Miguel Urbano Rodrigues e Corregedor da Fonseca.

Sexta-feira, em Coimbra, a filha de Che deverá visitar a Câmara e a Universidade, participando ainda na sessão de lançamento do livro de Manuel Alegre dedicado a Che Guevara.

No fim-de-semana e segunda-feira, a visita desdobra-se entre Lisboa, Setúbal e Évora, com a participação numa sessão pública prevista para esta última cidade.

Congresso sobre o Alentejo Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento

“Alentejo, Políticas e Instrumentos para o Desenvolvimento” é o tema geral do IX Congresso sobre o Alentejo, que irá decorrer entre 26 e 28 deste mês, em Estremoz.

Organizado por um Secretariado composto pelos presidentes das câmaras de Beja, Évora, Portalegre, Sines e Estremoz, a Casa do Alentejo, o director do “Diário do Alentejo”, o presidente da Associação de Defesa do Alqueva e o reitor da Universidade de Évora, o Congresso conta com o alto patrocínio do presidente da República, Jorge Sampaio.

O 1º Congresso sobre o Alentejo, realizou-se em Évora, em Outubro de 1985. Uma experiência muito positiva, que juntou centenas de pessoas e cuja participação constituiu um significativo contributo para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento.

Sucederam-se depois mais seis congressos, realizados de dois em dois anos - em Beja, Sines, Elvas, Portalegre, Moura -, e outros dois, com carácter de urgência.

Actualmente, trata-se de aprofundar questões com que se tentará responder ao velho desafio, como se refere em nota de imprensa do Secretariado - “se os recursos existem, por que é que o Alentejo demora a arrancar para o desenvolvimento e a desempenhar o papel que se deseja na promoção das suas gentes?”.

Uma questão que se desdobra em múltiplas outras - quais as fórmulas institucionais, meios financeiros e

investimentos mais adequados; os sectores e ramos de actividade em que importa apostar ou os resultados práticos da utilização de instrumentos (comunitários, nacionais e municipais) entretanto já experimentados.

Neste momento, há ainda a considerar “factores novos

que se juntam aos problemas estruturais da região”, sublinha a nota de apresentação do Congresso.

“ - Fala-se mais que nunca do processo de regionalização;

“ - Já se fizeram avaliações sobre alguns instrumentos e políticas aplicadas na região com a missão de promover o desenvolvimento;

“ - Instituições, grupos formais e informais têm estudado e debatido estratégias para o Alentejo;

“ - Associações de desenvolvimento local têm vindo a desenvolver a sua actividade no terreno e debatido os resultados em fóruns nacionais e internacionais;

“ - Têm sido desenvolvidos projectos de investigação

sobre o Alentejo, pelas Universidades, Institutos e outras escolas;

“ - Vão-se realizar este ano eleições para as autarquias locais, o que tem mobilizado políticos e técnicos para a discussão dos problemas locais e regionais.”

Neste quadro, o objectivo do Congresso é, através da troca de experiências e saberes, da apresentação de projectos e estratégias, através do debate, contribuir para que “se criem novas dinâmicas e se mobilizem os agentes que podem promover o desenvolvimento”.

De par do debate, o Congresso pretende ser igualmente “um espaço de convívio e partilha de valores culturais”.

Quatro painéis e um debate

O tema geral do Congresso irá ser tratado em quatro painéis, subordinados às seguintes temáticas:

* Painel A - Questões Institucionais

Regionalização e cooperação institucional para o desenvolvimento

* Painel B - Impacto das Políticas Nacionais e Comunitárias no Desenvolvimento Regional

A integração das estratégias regionais nas políticas nacionais, sectoriais e comunitárias; os planos integrados; os incentivos à criação de empregos e de empresas; a avaliação dos instrumentos de política regional

* Painel C - Estratégias Regionais e Locais para o Alentejo

Políticas de desenvolvimento, do regional ao

local e sectorial; cooperação; experiências de desenvolvimento; associações de desenvolvimento e associativismo empresarial; inovação, investigação, formação e marketing; funcionamento em rede das cidades alentejanas; os desafios da sociedade da informação.

* Painel D - Novas Oportunidades de Desenvolvimento

Ambiente; turismo; cultura; património; desporto; tempos livres; artesanato; serviços de apoio às comunidades.

O Congresso inclui ainda um debate sobre “O Alentejo e a Europa das Regiões”.

Na sessão de encerramento, serão apresentados os relatórios resumidos dos painéis e divulgada a Proclamação do Congresso.

Imigrantes contra atrasos nos Títulos de Residência

O representante das associações de imigrantes na Comissão Nacional para a Regularização Extraordinária (CNRE), denunciou, em declarações à Agência Lusa, o atraso na entrega de Títulos de Residência aos cidadãos estrangeiros legalizados.

Dos 18 mil processos sobre os quais a Comissão já deliberou, na grande maioria dos casos ainda não foi emitido título.

Entretanto, sem esse documento, que funciona como “autêntico bilhete de identidade”, as pessoas “não podem fazer coisas tão simples como trabalhar, abrir contas bancárias e sair do País”.

No âmbito da regularização extraordinária que terminou a 11 de Dezembro de 1996 entraram cerca de 35 mil processos, dos quais mais de 3.500 foram objecto de recurso depois de não terem sido admitidos.

Dos cerca de 31 mil aceites - dos quais mais de metade são de imigrantes dos países africanos de língua portuguesa -, a CNRE só deliberou aproximadamente sobre 18 mil.

Face a esta situação, deverá realizar-se, este sábado, uma reunião com as associações de imigrantes.

Projecto educativo no Casal Ventoso

A construção do novo edifício da Escola Básica nº 6, no Casal Ventoso, que teve início a semana passada, insere-se no Plano Integrado de Compensação Socioeducativa, concebido pelo Gabinete de Reversão do Casal Ventoso, que visa maximizar o papel da educação/formação na escola, como forma de combate à exclusão, ao insucesso e abandono escolar, na tentativa de reduzir os factores de insegurança e marginalização dos grupos infantis e juvenis que a frequentam.

O plano em vigor nesta escola abrange um universo escolar de 280 alunos do 1º Ciclo, nas vertentes do apoio pedagógico acrescido, promoção de actividades de tempos livres, apoio específico às famílias, reforço alimentar, acções higieno-sanitárias e programas de prevenção e formação.

O novo bloco polivalente prevê a construção de uma biblioteca, oficina de informática, refeitório, ateliers, gabinete clínico, instalações sanitárias e um espaço exterior revestido de equipamento de apoio educativo.

Os custos são suportados pelo plano URBAN, uma acção conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e Comunidade Europeia.

Carta Aberta

Em carta aberta ao secretário adjunto do Ministério do Ambiente, José Sócrates, o Colectivo Regional de Santarém do Partido Ecologista “Os Verdes” volta a levantar dúvidas - partilhadas pela população - quanto ao local escolhido para o futuro aterro intermunicipal de Abrantes.

“Os Verdes” convidaram o secretário de Estado, quando da sua visita às obras do aterro, a aproveitar “para adquirir um terreno nestas aprazíveis localidades para construção de uma casinha”, num momento em que “os terrenos devem estar a desvalorizar”.

Uma forma prática de demonstrar “a grande confiança face ao local escolhido” para a localização do aterro, que “não traria nenhum prejuízo futuro para a qualidade de vida das populações”.

Festas da Moita

As Festas da Moita, em honra de Nª Sª da Boa Viagem, consideradas cartaz turístico do município e a mais importante romaria do Sul do Tejo, decorrem entre 12 e 21 de Setembro.

Este ano, e porque tem a sua origem na estreita ligação entre as gentes e o rio, a Festa da Moita associou-se às comemorações dos Descobrimientos, organizando um cortejo histórico subordinado ao tema “Os Descobrimientos: de Lisboa a Calecute”, com a participação de cerca de 300 figurantes e diversos carros alegóricos.

Música, desporto, largadas de touros e touradas e fogo de artifício, são algumas das iniciativas que marcam a festa que, naturalmente, tem um dos seus pontos altos no dia da procissão e benção aos barcos.

Durante este período está patente ao público as exposições “caprichos taurinos” e “Moita e seus Topónimos”. Decorre, simultaneamente, a Feira Industrial e Comercial.

Loures presente na FACIM

Uma delegação empresarial de Loures, acompanhada pelo presidente da Câmara, deslocou-se a Moçambique para participar na Feira Internacional de Maputo (FACIM).

A presença de Loures na FACIM decorre das iniciativas que vêm sendo desenvolvidas com Moçambique, no âmbito do protocolo de geminação e acordo de cooperação assinado entre a Câmara Municipal de Loures e o Conselho Municipal da Matola, principal pólo industrial do país.

Na sequência desta geminação, foi lançada, no princípio de Setembro, a primeira pedra das obras de recuperação da escola primária de Tunduru, no Bairro do Fomento, Matola. A recuperação deste equipamento escolar, que serve 3.000 alunos, conta com o apoio do Município de Loures e inclui ainda a oferta de mobiliário e material escolar.

“Os Verdes” defendem vitivinicultura ribatejana

O encerramento do núcleo laboratorial do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) de Santarém é questionado, pelo Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, em requerimento dirigido do esta semana ao Ministério da Agricultura, pela deputada Heloísa Apolónia.

“Os Verdes” indagam das razões da decisão de encerrar o único núcleo existente na vasta região vitivinícola que abrange os concelhos de Santarém, Almeirim, Cartaxo,

Rio Maior, Coruche, Chamusca e Salvaterra de Magos” e perguntam se “não serão as declarações de apoio à agricultura propagandeadas pelo governo, e descentralização, contraditórias com o encerramento de mais um serviço público”.

No requerimento, entregue ao Ministério da Agricultura, sublinha-se o papel determinante da vitivinicultura na actividade agrícola ribatejana e destaca-se, em particular, o

“dinamismo e criatividade” demonstrados pelos produtores e suas associações para “enfrentar as dificuldades com que o sector se tem confrontado, em particular desde a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia”.

Dificuldades que se prendem, nomeadamente, com os elevados custos, que tenderão agora, com esta medida, a ser ainda agravados.

Agricultores do Alto Tâmega manifestam-se em Chaves

Mais de mil agricultores do Alto Tâmega participaram, no passado dia 10, numa concentração, em Chaves, frente aos serviços do Ministério da Agricultura, para tomar posição face às recentes medidas anunciadas no quadro das intempéries deste ano.

Os agricultores - qua acolheram com agrado a satisfação de algumas reclamações, em particular a consideração da região como região de calamidade pública - manifestaram o seu “veemente desacordo quanto à não consideração de um apoio financeiro aos

agricultores que não fizeram o Seguro de Colheitas”.

Os agricultores lembram que este seguro só recentemente foi criado e insuficientemente divulgado, o que, de par de experiências negativas anteriores e de uma certa renitência por parte de algumas companhias seguradoras, levou a que não tivesse “a adesão dos agricultores e em particular da agricultura familiar”.

Em moção aprovada nesta concentração, os agricultores decidiram reclamar a atribuição de um subsídio aos agricultores víti-

mas das intempéries, em conformidade com o levantamento dos prejuízos; a antecipação do pagamento de todos os subsídios, como forma de atenuar os problemas da “já depauperada economia agrícola”; uma reunião urgente com o ministro da Agricultura.

Caso as propostas avançadas não vierem a ser satisfeitas, os agricultores mandataram a Comissão organizadora desta concentração para contactar todas as associações da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, para definir novas formas de luta.

290 presos no Chile

Várias organizações e partidos de esquerda organizaram, na passada quinta-feira, em Santiago do Chile, diversas iniciativas para homenagear Salvador Allende e o seu governo, derrubado pelo general Augusto Pinochet a 11 de Setembro de 1973. No entanto, o que começou por ser uma jornada pacífica, terminou em violentos confrontos entre os milhares de manifestantes e as forças policiais. No total, foram presas 290 pessoas e 18 ficaram feridas. A secretária-geral do Partido Comunista, Gladys Marin, acusou o presidente Eduardo Frei de querer apenas agradar a Pinochet e responsabilizou o governo pela carga policial. Dirigentes da Assembleia Nacional pelos Direitos do Homem adiantaram que as autoridades romperam um acordo prévio de manter as forças antimotim a cem metros dos manifestantes.

50 mil manifestantes no México

Depois de percorrerem 1.200 quilómetros em três dias de viagem, a caravana com 1111 membros do Exército Zapatista de Libertação Nacional chegou à cidade do México na passada sexta-feira, acompanhada por milhares de simpatizantes e representantes de comunidades indígenas. As saudações mais ouvidas durante o percurso foram «Viva Zapata» e «Não estão sós». Nessa noite, 50 mil pessoas juntaram-se em frente ao Palácio Nacional para exigir o cumprimento por parte do governo dos Acordos de San Andrés relativos aos direitos e cultura indígenas, o fim da repressão militar e policial, a extinção dos grupos paramilitares e a melhoria das condições de vida dos índios. No sábado iniciou-se, na capital mexicana, o congresso de fundação da Frente Zapatista de Libertação Nacional, uma organização que se assume como totalmente independente (embora «irmã» do EZLN). Os seus objectivos passam pela transformação do México numa «sociedade livre, justa, democrática e participativa, aberta a todas as correntes de pensamento». O número de apoiantes dos zapatistas não pára de aumentar. Rigoberta Menchu, a guatemalteca prémio Nobel da Paz, exprimiu a sua solidariedade com o movimento, no fim-de-semana, afirmando que «depois do levantamento armado do EZLN, uma nova etapa foi criada na vida nacional mexicana,

Japão

PC duplica deputados em Tóquio

O Partido Comunista Japonês (PCJ) elegeu o dobro dos deputados nas recentes eleições para a Assembleia Metropolitana de Tóquio, de acordo com os resultados oficiais definitivos.

Apesar da participação do eleitorado no escrutínio ter sido apenas de 40,8 por cento, os comunistas receberam mais 176 mil votos do que nas eleições de 1993. O PCJ foi o único partido a aumentar a sua votação.

Em consequência do sistema eleitoral japonês, o Partido Liberal Democrata (PLD) alcançou mais dez lugares do que anteriormente (tendo 54 no total) apesar de ter perdido cerca de 283 mil votos.

Todos os autodenominados «partidos da liderança» (PLD, Komei, Partido Democrático, Partido da Nova Fronteira, Partido Social Democrata e Partido Taiyo) viram os seus votos diminuir em um milhão, no total.

O Partido da Nova Fronteira perdeu quatro lugares, enquanto o PSD, que conquistou mais 14 deputados em 1993, apenas elegeu mais um este ano.

O sistema eleitoral semi-proporcional do Japão é constituído por círculos eleitorais mistos: uns elegem um ou dois deputados, enquanto outros elegem três ou mais candidatos.

Anteriormente, o PCJ apenas tinha deputados eleitos por este último sistema. Nestas eleições conseguiu eleger sete candidatos em círculos uni ou binominais. A votação total nos comunistas atinge quase 70 por cento dos resultados do PLD.

Os comunistas japoneses consideram que estes números representam uma «importante mudança e o início de uma nova fase». Tetsuzo Fuwa, dirigente do PCJ, acrescentou que os resultados implicam «um primeiro passo no processo de renovação da política de Tóquio e do Japão».

O PCJ recusou o «Plano para umas Finanças Sólidas» apoiado pelos «partidos da liderança», defendendo uma política de melhoramento das condições de vida da população em geral. O Partido Comunista apoiou igualmente uma petição contra o fim dos passes grátis da terceira idade no metro e autocarros, bem como



Manifestação de protesto contra a liberalização do mercado do arroz - a luta pela melhoria das condições de vida começa a reflectir-se nas opções políticas dos japoneses

campanhas contra os cortes de subsídios às escolas privadas e nas ajudas financeiras às pequenas e médias empresas.

De acordo com uma sondagem realizada por um canal de televisão, o Partido Comunista é visto como uma alternativa

viável por uma grande parte do eleitorado, inclusivamente por aqueles que não apoiam qualquer partido em particular.

COMUNIDADE EUROPEIA

Fundos estruturais Nem tudo o que parece é

Não é a primeira vez que é defendida a possibilidade dos países que eventualmente venham a aceder à moeda única possam vir a deixar de beneficiar do Fundo de Coesão, depois de 1999. Nem o ministro alemão das Finanças foi, nos últimos meses, a única personalidade a fazê-lo...

É bom acentuar que nas propostas constantes da Agenda

2000 acabou por ficar incluído o acordo de que todos os actuais países da coesão (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia) poderiam continuar a aceder ao Fundo de Coesão desde que mantivessem um PIB nacional global inferior a 90% da média comunitária, independentemente de terem ou não aderido à terceira fase da união monetária.

Cabe então tentarmos perceber o que leva o Governo Português (desde o ministro das Finanças ao Primeiro-Ministro) a reagir com voz tão grossa às propostas do ministro Weigel.

Se não esquecermos que a Agenda 2000 propõe que a partir de 1999 haja uma redução global dos fundos estruturais destinados aos actuais países menos desenvolvidos da UE de mais de 13% em termos reais, se, sobretudo, não esque-

mos que a estratégia fundamental desse documento comunitário que estava previsto existir em 99, isto é, que se pretende tentar fazer frente a novos e mais problemas de coesão com o mesmo nível financeiro que estaria destinado aos actuais quinze; se, com base nesta estratégia inaceitável, é claro e evidente que serão os actuais países da coesão os mais prejudicados com a diminuição dos meios financeiros disponíveis, sendo eles, no fundo, a pagar a factura de um alargamento do qual, independentemente da sua eventual justificação política, são fundamentalmente outros países a beneficiar económica e financeiramente, e, finalmente, se estivermos atentos às recentes declarações de responsáveis governamentais sobre a Agenda 2000, talvez comece-

mos a entender a razão de ser destas «vozes grossas».

De facto, o que o governo tem defendido como contestação à estratégia global proposta na Agenda 2000 centra-se em alternativas que se destinam a tentar apenas diminuir a contribuição de Portugal para o alargamento, procurando que a diminuição dos meios destinados aos fundos estruturais não seja tão acentuada. Parece ter desistido antes do jogo ter começado (isto é, as negociações). Parece ter-se esquecido que para construir mais casas são precisos mais tijolos, que é com quem diz, para fazer face aos novos problemas decorrentes do alargamento e manter o esforço de coesão para os actuais membros é necessário dispor de um orçamento comunitário elaborado em perspectivas financeiras superiores.

Cuba

Detido autor dos atentados

O autor material dos nove atentados bombistas ocorridos em vários centros turísticos de Havana e Varadero nos últimos meses foi detido pelas autoridades cubanas, na passada semana.

Raul Ernesto Cruz Leon, cidadão salvadorenho que entrou no país como turista, declarou que participou num curso de pára-queda e franco-atiradores e outro sobre explosivos da responsabilidade do exército norte-americano e que o único interesse que o movia era monetário. Cruz Leon afirma que lhe pagavam 4500 dólares por atentado.

As explosões faziam parte de «uma operação minuciosamente organizada a partir de Miami por uma estrutura subversiva subordinada à Fundação Nacional Cubano-Americana», de acordo com informações do Ministério do Interior.

As autoridades cubanas descobriram a presença de restos de substâncias explosivas na mochila de Cruz Leon, bem como nas suas mãos e unhas. Foram apreendidas uma lista de instalações turísticas cubanas, ferramentas e materiais eléctricos e um esquema manuscrito que representa o plano de colocação de um outro artefacto explosivo.

Entre Abril de 1994 e Setembro de 1997, os serviços cubanos tiveram notícia de mais de 30 planos terroristas contra o país a partir de Miami, organizados por diversas organizações. A maioria destes planos saiu frustrada. Armas, explosivos e outros objectos de uso militar foram apreendidos, evidenciando a sua procedência norte-americana. Todas as pessoas detidas viajaram a partir dos EUA.

Barcos portugueses apresados em Marrocos

Na sequência do recente apresamento de duas embarcações pesqueiras portuguesas por parte das autoridades marroquinas, o deputado do PCP, Honório Novo, dirigiu uma pergunta à Comissão Europeia questionando esta instituição sobre as diligências por ela efectuadas «para comprovar, de forma rigorosa e imparcial, a veracidade das acusações das autoridades marroquinas, designadamente através da auscultação directa e pessoal dos capitães e dos armadores dos barcos portugueses».

Tendo em conta que, por um lado, as autoridades marroquinas têm procurado justificar o

apresamento das embarcações e a aplicação de multas com pretensas ilegalidades por parte dos barcos portugueses, o que é peremptoriamente negado pelos respectivos armadores, e que, por outro lado, essas embarcações se encontram a operar em águas marroquinas ao abrigo do Acordo de Pescas entre a União Europeia e aquele país, o deputado do PCP solicitou na passada sexta-feira à Comissão Europeia que «apure e divulgue que disposições do referido Acordo são invocadas pelas autoridades marroquinas para justificar o seu procedimento.»

China

Os caminhos do futuro

Jiang Zemin, Presidente chinês e secretário-geral do Partido Comunista da China (PCC), anunciou sexta-feira uma profunda reorganização do sector público chinês. Discursando na abertura do 15º Congresso do PCC cujos trabalhos terminam amanhã, Jiang Zemin anunciou que o Estado continuará a manter o controlo sobre cerca de 10 por cento do conjunto das empresas públicas, sendo as restantes reestruturadas segundo diversos moldes.

A decisão era esperada. Nos últimos anos, um profundo debate levado a cabo na sociedade chinesa tornou evidente a necessidade de reorganizar o sector público, de forma a resolver o problema de milhares de empresas que há muito se tornaram um peso insuportável para o Estado. O facto de estarem em causa milhões de postos de trabalho fez nascer o medo dos despedimentos em massa.

A reestruturação agora anunciada deixa nas mãos do Estado cerca de um milhar de grandes empresas estratégicas, ou seja 10 por cento do total das empresas públicas existentes. As restantes,

segundo o seu estado de «saúde», serão ou declaradas falidas ou transformadas em sociedades por acções.

De acordo com as palavras de Jiang Zemin, trata-se de «ajustamentos estratégicos» cujo objectivo é o reposicionamento do sector público no conjunto da economia chinesa, profundamente alterada nos últimos vinte anos.

A necessidade da reorganização do sector estatal é reconhecida por todos. Segundo os dados oficiais, cerca de 70 por cento das 100.000 empresas públicas debatem-se com dificuldades financeiras. Mas em causa estão 120 milhões de postos de trabalho,



O futuro da China passa pela sua capacidade de responder às novas exigências da reforma e do desenvolvimento, afirmou Jiang Zemin, Presidente chinês e secretário-geral do Partido Comunista da China (PCC), na abertura do 15º Congresso do PCC

cujo futuro as autoridades não garantem. O próprio secretário-geral do PCC alertou no seu relatório que «com o aprofundamento das reformas das empresas do Estado, os progressos tecnológicos e o reajustamento das estruturas económicas, será difícil evitar os despedimentos e as reinscrições». Problemas acrescidos pelo facto de até agora o trabalho na

empresa pública significar igualmente o direito a ter casa, assistência e reforma asseguradas. Por isso mesmo Zemin disse que «todos os operários devem modificar a sua maneira de pensar em matéria de emprego e melhorar a sua qualidade para responder às novas exigências da reforma e do desenvolvimento».

Com uma população activa de 840 milhões de pessoas, num total de mais de 1,2 mil milhões de habitantes (estima-se um acréscimo de 200 milhões até ao ano 2010), a China debate-se já hoje, segundo o Governo, com uma taxa de 20 a 30 por cento de mão-de-obra excedentária nas cidades.

As experiências inovadoras que têm vindo a ser desenvolvidas no país poderão, segundo muitos observadores, minorar o embate com a modernização. Por exemplo, o programa de reorganização de empresas do Estado «ensaiado» em meia centena de cidades parece estar a dar resultados positivos. Cerca de mil dessas empresas foram encerradas, outras mil e duzentas fundiram-se e mais de 1,23 milhões de trabalhadores foram, segundo as autoridades «reorientados para sectores da actividade terciária». A

experiência vai ser alargada a mais uma centena de cidades até ao fim do ano.

É a China - cujos índices de crescimento rondam os 10 por cento nos últimos dez anos - a procura dos caminhos do futuro.

Luta contra a corrupção

A par da batalha pela modernização económica, o PCC está igualmente empenhado numa outra frente: o combate à corrupção, classificado por Zemin como «um combate sério e vital para a existência do partido e do Estado».

Nas palavras do dirigente chinês, «o meio mais fácil para conquistar uma fortaleza é atacá-la do interior». «Se a corrupção não puder ser punida de forma eficaz, o nosso partido perderá o apoio e a confiança», alertou.

A provar o empenhamento do PCC nesta matéria está a recente expulsão, em vésperas do Congresso, do antigo responsável do partido na cidade de Pequim, Chen Xitong, acusado de ter desviado 2,2 mil milhões de dólares do erário público. Xitong enfrenta agora a justiça chinesa.

Saudação do PCP

O CC do PCP enviou ao XV Congresso do Partido Comunista da China uma saudação em que exprime os seus votos de êxito nos trabalhos «em prol dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo da China, da causa da paz e do socialismo».

Na sua mensagem, o PCP recorda «a radical alteração da correlação mundial de forças» ocorrida nos últimos anos e sublinha que «a paz continua ameaçada, com a multiplicação das ingerências imperialistas, o prosseguimento da corrida armamentista, o alargamento e reforço de blocos militares agressivos como a NATO, a instrumentalização da ONU». Neste contexto, destaca-se o facto de «o pretenso 'triumfo definitivo do capitalismo', proclamado pelos ideólogos da 'Nova Ordem'

imperialista» estar a ser «posto em causa pela tenaz resistência e luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, pelo agravamento das contradições intrínsecas do capitalismo, pela existência dos países que, como a China, definem como orientação e objectivo a construção de sociedades socialistas».

A mensagem do PCP exprime ainda o profundo desejo dos comunistas portugueses de que «o prosseguimento e reforço do objectivo de construção de uma sociedade socialista na China (...) seja coroado de sucesso, em primeiro lugar a bem do seu próprio povo, mas igualmente porque será uma inestimável contribuição para a paz, a segurança, a cooperação e o progresso social dos povos do mundo inteiro».

Irlanda e Médio Oriente

À procura da paz

Os processos de paz na Irlanda do Norte e no Médio Oriente dominam as atenções da comunidade internacional, por razões diametralmente opostas.

O primeiro, porque abre efectivas perspectivas de pôr cobro a 28 anos de guerra, apesar da tentativa de sabotagem com a explosão de uma bomba anteontem, atribuída a radicais republicanos; o segundo, porque parece cada vez mais condenado ao fracasso.

O início das negociações multipartidárias em Belfast, na Irlanda do Norte, na passada segunda-feira, abre as mais promissórias perspectivas de paz das últimas três décadas.

Pela primeira vez, os nacionalistas do Sinn Féin, ala política do IRA, sentam-se à mesa com o Governo britânico, lado a lado com o partido unionista de David Trimble (Partido Unionista do Ulster / UUP, que representa a maioria dos protestantes irlandeses). Os unionistas faltaram à chamada na segunda-feira, mas ante-

ontem anunciavam a sua decisão de participar no processo, para garantir, nas palavras de Trimble, «que a voz do povo da Irlanda do Norte seja ouvida».

As conversações sobre o futuro do Ulster, a decorrer no castelo de Stormont, são moderadas pelo ex-senador norte-americano George Mitchell, para quem não tem sido fácil conciliar as posições de lealistas e unionistas com as propostas dos governos britânico e irlandês, co-organizadores do processo de negociações. Os representantes dos dois países anunciaram entre-

tanto a decisão de criar uma comissão encarregada de observar o desarmamento dos paramilitares.

A comissão, cuja entrada em funcionamento foi adiada pela ausência dos unionistas no primeiro dia das conversações, tem por objectivo negociar com as milícias protestantes e católicas o desmantelamento dos seus arsenais, em paralelo com as negociações sobre o futuro do Ulster.

Em Israel, nada de novo

Ao contrário da Irlanda, o processo de paz no Médio Oriente parece encontrar-se num beco sem saída. A recente visita da secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, à região saldou-se em coisa nenhuma.

É certo que Albright foi o pri-

meiro responsável da administração dos EUA a reconhecer publicamente que «Israel deveria abster-se de medidas unilaterais, nomeadamente o que os palestinos consideram como a provocatória expansão dos colonatos, as confiscações de terras, a destruição de casas e a confiscação dos bilhetes de identidade». Mas fê-lo sem uma condenação explícita - são os palestinos que consideram tais medidas «provocatórias» - e sem o reconhecimento de que são essas mesmas medidas que impedem o aprofundamento do processo de paz. Nas suas palavras, «tais acções parecem destinadas a prejudicar o resultado das negociações e minam a confiança dos Palestinos nas intenções israelitas».

Não é pois de estranhar que o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, não se tenha sentido muito pressionado a retomar o processo de paz, até porque

os dois encontros que manteve com Albright se centraram quase exclusivamente, de acordo com as informações vindas a público, na questão do terrorismo, cuja responsabilidade foi imputada por ambos à Autoridade Palestiniana. Neste contexto, os apelos da representante norte-americana à aplicação dos acordos de Oslo quase não passam de palavras ocas. Como bem lembrou Leah Rabin, a viúva do primeiro-ministro assassinado Ytzahak Rabin, «se se espera obter um sucesso total contra o terrorismo» antes de avançar no caminho da paz, «parece-me que a paz estará cada vez mais longe». Da mesma opinião são os mais de quarenta mil israelitas que no sábado à noite se manifestaram em defesa da paz israelo-árabe. Organizada pelo conjunto das forças pacifistas e de esquerda, a manifestação deixou no ar uma pergunta: «Que faz Netanyahu pela paz?»

que privilegia uma saída política sem vencedores nem vencidos».

Escoceses dizem «yes» no referendo

Os eleitores escoceses decidiram, em referendo, ter um parlamento próprio a partir do ano 2000 com poderes para aumentar e diminuir os impostos. A Escócia foi invadida por uma onda de euforia após a divulgação dos resultados da consulta, realizada na passada quinta-feira. No próximo dia 18, será a vez do País de Gales se pronunciar sobre a «devolução» dos poderes parlamentares.

Violência doméstica nos EUA

O índice real de violência familiar contra as mulheres norte-americanas é muito superior aos números divulgados pela polícia, de acordo com as estatísticas dos ferimentos e lesões tratados nos hospitais. O Ministério da Justiça anunciou recentemente que, em 1994, 1,4 milhão de mulheres foram atendidas nas salas de urgência devido a agressões. «Mais de um terço foram agredidas por um companheiro, antigo amante ou cônjuge», lê-se no documento. As menores de 15 anos constituem cinco por cento das vítimas e apenas 14 por cento foram feridas por estranhos. Muitos dos casos de agressões domésticas não são denunciados às autoridades.

Nova convenção nuclear

A Agência Internacional de Energia Atómica adoptou, na passada sexta-feira, uma nova convenção que eleva para cerca de 400 milhões de dólares a indemnização às vítimas de uma eventual catástrofe. O montante até agora em vigor era de 45 milhões de dólares. Os países membros criaram ainda um fundo suplementar de indemnizações. A Greenpeace já criticou esta decisão por a convenção pedir contribuições aos países que não têm produção nuclear. Os ecologistas afirmam ainda que a convenção «não compensa o montante total de acidentes nucleares e deixa certos prejuízos sem compensação», além de deixar os países responsáveis por um acidente «escolher o tipo de prejuízos pelo qual estariam dispostos a pagar indemnizações».

Reunião mundial do Conselho das Emigração faz a e exige resposta

Durante a semana passada, cem representantes das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo estiveram reunidos em Lisboa, na Assembleia da República. O Conselho das Comunidades Portuguesas, criado por lei em Novembro de 1996, cumpriu assim o seu primeiro acto, desde as eleições realizadas a 27 de Abril. De 8 a 12 de Setembro, foram debatidas as normas de funcionamento, foi feita uma discussão dos problemas dos emigrantes, foi eleito o Conselho Permanente do Conselho das Comunidades. No seguimento das posições evidenciadas no ano passado, na AR, esta reunião ficou também marcada pelo combate contra as tentativas de fazer do Conselho um órgão de fachada, exigindo que ele seja desgovernamentalizado, despartidarizado e autónomo. Acabaram por ser impostos princípios que colocam em sério perigo esta perspectiva. A polémica tomou tais proporções, no plenário, que muitos dos conselheiros abandonaram os trabalhos, enquanto outros declararam abertamente o seu protesto, recusando votar na eleição do Conselho Permanente.

Em contrapartida, nas comissões temáticas - onde foram debatidas questões mais directamente ligadas à vida e aos problemas dos emigrantes - foram praticamente unânimes as críticas à política de emigração do Governo. Esta contradição reflectiu-se nas votações: enquanto as conclusões de quatro das cinco comissões foram aprovadas por unanimidade, apenas 57 conselheiros votaram favoravelmente a composição do Conselho Permanente e alguns conselheiros, elementos da lista de unidade, excluída, decidiram impugnar as eleições para este órgão.

Para uma conversa sobre o modo como decorreram os trabalhos deste primeiro Conselho das Comunidades, convidámos três conselheiros e um dirigente do PCP que acompanhou a reunião de Lisboa.

Ildefonso Garcia é engenheiro civil e empresário em São Paulo; nasceu na Parede, saiu de Lisboa para o Brasil em 1961, com 19 anos. **Cristina Semblano** é economista na sucursal da Caixa Geral de Depósitos em Paris; tem 42 anos e emigrou para França em Janeiro de 1972; encabeçou a Lista B, de unidade, que se apresentou sob a palavra de ordem «Pela autonomia do CCP». **Davide Quintans** é produtor e realizador de cinema no Rio de Janeiro; nasceu no Alentejo há 52 anos e criado em Lisboa, viveu em França de 1966 a 1970 e depois no Brasil; regressou a Portugal após o 25 de Abril; desde 1980 reside novamente no Brasil. **João Armando**, que desde 1971 e até 1982 foi emigrante em França e na Alemanha, é membro da direcção da Organização do PCP na Emigração, e participou numa parte dos trabalhos do Conselho como representante do deputado comunista **José Calçada**.

«Avante!»: A forma tempestuosa como terminou a reunião, designadamente na votação para o Conselho Permanente, coloca de alguma forma em causa a representatividade do CCP e a validade das suas conclusões?

Ildefonso Garcia: Da maneira como foi conduzido o processo eleitoral, tumultuado e já com algumas cartas marcadas, este Conselho não está representando os interesses da maioria dos emigrantes.



Cristina Semblano
 “Desde o princípio dos trabalhos achei que ali havia toda uma manipulação, com várias irregularidades da mesa e do seu presidente.”

O processo eleitoral para os conselheiros ou para o Conselho Permanente?

Davide Quintans: Para os dois, pelo menos no que vi relativamente ao Brasil, onde ainda foi muito influenciado pelos velhos comandadores.

IG: Isso, embora a liderança da colónia portuguesa no Brasil esteja a mudar, tornando-se menos retrógrada e mais liberal. Entre os 25 conselheiros eleitos, por exemplo, são já muito poucos os comandadores.

A representatividade do Conselho ficou muito afectada pela fraca participação da comunidade nas eleições dos conselheiros e pela forma como foi conduzido o processo eleitoral no plenário em Lisboa, com aquelas andanças e desandanças de moções para beneficiar a lista que estava dentro dos interesses do grupo que acabou assumindo o poder dentro do CCP. Inclusive, se usou do anticomunismo para pressionar os conselheiros indecisos.

DQ: Houve quem chegasse mesmo a vaiar os representantes do PCP.

Cristina Semblano: Eu, que não sou membro do Partido Comunista, fiquei escandalizada. Nunca pensei assistir em Portugal e numa reunião destas a cenas de punhos no ar e gritos «fora, comunista!».

IG: Nunca tinha visto uma coisa assim! Na hora do meu voto, declarei que me recusava a votar num plenário que se manifestou anti-democraticamente.

CS: A própria maneira como foram preparadas as eleições mostra que, à partida, não havia muita vontade política de que este seja um órgão representativo e com efectiva capacidade de cumprir as suas funções. Não falo do financiamento da campanha, que foi nitidamente uma lacuna da lei. Mas havia coisas que podiam ter sido feitas e que a lei não impedia, como o desdobramento das mesas de voto. No consulado onde eu votei havia 255 mil pessoas inscritas; ora, apenas com um local de voto, só haveria tempo para uma votação baixíssima. Também não foi feita uma boa divulgação das eleições na comunicação social.

Quando cheguei a Lisboa e vi a maneira como se começou a desenrolar o plenário, convenci-me de que aquela vontade era nula: foi desprezível a resposta do secretário de Estado à moção sobre

indemnização dos conselheiros pela perda de salário decorrente da sua participação no Conselho; a própria maneira quase caritativa como fomos acolhidos, transportados e alojados firmou essa minha convicção; e desde o princípio dos trabalhos achei que ali havia toda uma manipulação, com várias irregularidades da mesa e do seu presidente, que aceitaram votar por capítulos uma das cinco moções sectoriais, contrariando o regulamento aprovado e que determinou a votação das moções na globalidade.

IG: Curioso, como esse regulamento só surgiu depois do Ministério saber a composição do Conselho das Comunidades... E só depois de se conhecer os nomes dos eleitos é que foi elaborada pela Secretaria de Estado a proposta de que o Conselho Permanente deveria ter obrigatoriamente representantes de certos países, ultrapassando as exigências legais nesta matéria.

João Armando: Esta norma excluiu, à partida, de serem eleitos para o Conselho Permanente conselheiros de sete países, só na Europa. Aqueles que a promoveram e aprovaram deram uma interpretação extremamente restritiva à lei, o que nós consideramos ilegal. Todos os conse-



Davide Quintans
 “É preciso decidir se o Conselho vai ficar dependente das estruturas já existentes, ou se vai ter uma postura independente.”

AUTÁRQUICAS 97



Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco. Cinco distritos que cobrem uma vasta parcela do território nacional desde o litoral centro até ao interior raiano das beiras. Falamos de um universo superior a milhão e meio de eleitores, dividido por 85 concelhos e 1278 freguesias e dominado quase em exclusivo pelo PS e pelo PSD. Segundo Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP e responsável partidário pelo organismo inter-regional das Beiras, a região apresenta as marcas da política de direita, independentemente de os protagonistas serem socialistas ou sociais-democratas. Sem distinção.

Nas últimas duas décadas acentuaram-se as assimetrias entre litoral e interior, degradando-se a qualidade de vida das populações que em muitos casos não têm ainda resolvidos problemas como o saneamento e abastecimento de água.

Ao mesmo tempo, os cargos nas instituições dependentes do Estado são distribuídos em função dos interesses partidários e utilizados de forma abusiva. Prosseguindo o estilo da década cavaquista, também agora se multiplicam as visitas de ministros e secretários de Estado, misturando acções governativas com iniciativas partidárias.

«Não há diferença entre os métodos do cavaquismo e os métodos do actual governo PS. As pessoas são outras mas, afirmando-se valores de esquerda, o que se aplica de facto é uma política de direita. A dança de candidatos atesta esta realidade e prova que não está em causa a resolução dos problemas mas uma mera luta pelo poder», afirma Sérgio Teixeira, identificando a seguir os principais problemas sociais da região:

«A situação na agricultura traduz-se num descontentamento geral pela política do Governo; sentimento que é comum aos estudantes, designadamente das universidades de Coimbra, Aveiro e da Beira Interior; e também aos trabalhadores dos têxteis da zona da Serra, que vivem uma grave crise».

Apesar da grande desproporção de meios, e num quadro político bipolarizado, os comunistas e seus aliados na CDU encaram com confiança as próximas eleições autárquias. Não escondendo dificuldades de vária ordem - ao nível orgânico, falta de quadros, influência eleitoral, etc., Sérgio Teixeira faz um balanço positivo do trabalho realizado no terreno:

«Temos resultados palpáveis como seja um número muito significativo de listas concluídas, e estamos empenhados em ultrapassar o número de listas às freguesias, relativamente às eleições de 1993, ou seja 493. Tudo isto se deve ao esforço de milhares de comunistas e amigos que, mesmo em concelhos difíceis, levantam a voz do Partido e da CDU. Este trabalho é muito importante porque não estamos nesta batalha só para atingirmos os nossos objectivos eleitorais. Pensamos igualmente no futuro alargamento da influência do Partido na região».

No conjunto dos distritos, a CDU tem seis vereadores, 64 eleitos nas assembleias municipais, 218 em assembleias de freguesia e detém a presidência de 14 juntas de freguesia. O objectivo da Coligação é não só manter como reforçar estas posições.



Entre o litoral e o interior raiano

CDU reforça posições



Aveiro

Somos alternativa

Tem 49 anos, é professora de História, pertence ao Comité Central do PCP, ao Conselho Nacional do MDM e ao Conselho Nacional da FENPROF. Em conversa com o «Avante!», fala-nos da sua candidatura à Câmara de Santa Maria da Feira, bem como dos objectivos da CDU no distrito de Aveiro.



O distrito de Aveiro tem fortes índices de poluição nos rios e ribeiras

O concelho de Santa Maria da Feira é há longos anos gerido por uma maioria PSD. Em 1979, a CDU, na altura APU, elegeu um vereador na Câmara, tendo neste momento apenas um eleito na Assembleia Municipal. De resto, das 19 câmaras do distrito oito têm maioria PS; seis de maioria PP, e cinco de maioria PSD.

Distrito industrial, com uma elevada densidade populacional (superior a 500 habitantes por km²), são muitos os problemas que

de privatizar a recolha de lixos, a câmara está agora a concessionar a privados os serviços de saneamento e abastecimento de água.

Para justificar esta política, os autarcas falam em prejuízos acumulados, muitos dos quais afinal foram criados artificialmente, como é o caso de Aveiro: «Em 1994 os serviços gastaram 151 mil contos e em 1995, 154 mil contos. Contudo, no ano da privatização, os gastos subiram para 365 mil, ou seja um aumento de 187 por cento».

Para além do esbulho do património do público, esta política começa já a reflectir-se nos orçamentos familiares com a introdução de taxas de lixo, sendo de esperar o aumento das tarifas da água.

Assumindo-se como a única oposição às opções de direita dos executivos camarários do distrito, a CDU afirma-se como a verdadeira alternativa nas próximas eleições.

Hoje, a Coligação tem um vereador em Espinho, assim como um eleito nas assembleias municipais de Santa Maria da Feira, Aveiro, Ovar, Ilhavo e Estarreja. A actividade dos seus eleitos nos órgãos autárquicos, denunciando problemas locais e apresentando propostas fundamentadas, a defesa de um projecto que tem provas dadas em meia centena de câmaras do País, fazem da CDU uma força prestigiada em que se pode confiar.

Manuela Silva acredita que a CDU pode aumentar o número de eleitos nos órgãos autárquicos: «Há um clima de simpatia e aproximação e sobretudo de grande envolvimento da juventude. As pessoas respitam-nos, sabem que não temos rabos de palha».



Manuela Silva é o rosto da CDU em Santa Maria da Feira

Preocupantes são também as questões ambientais. Para além da ria e da preservação da orla costeira, o distrito está a braços com fortes índices de poluição de rios e ribeiras o que torna a água potável num bem escasso.



A preservação da orla costeira é uma preocupação da CDU

Coimbra

Poder Local para todos

«Temos um Poder Local praticamente morto devido a uma representação desproporcionada do PS na Câmara», diz Jorge Gouveia Monteiro, cabeça de lista da CDU à autarquia de Coimbra.

A maioria socialista tornou-se autista. Fechou-se à sociedade. No concelho são muitas as instituições que vêm frustradas todas as tentativas de dialogar com a edilidade. De tal forma que Coimbra conhece recentemente um surto de associações cívicas que insistem no seu direito de participar. Jorge Gouveia Monteiro, que integra uma delas, explica:

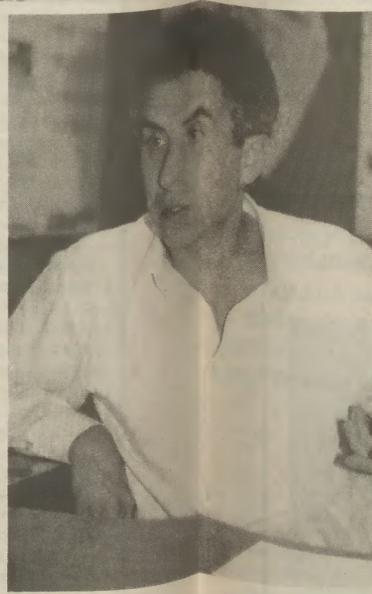
«As pessoas que querem manter alguma intervenção cívica na cidade, perante um município completamente isolado, juntam-se neste tipo de associações, deixando desertas as sessões públicas da Câmara.»

As críticas da CDU não se ficam no estilo de gestão socialista. Vão mais longe e atacam as opções erradas dos últimos mandatos. Segundo Gouveia Monteiro, «o concelho tem sofrido com a sobreposição dos interesses privados ao interesse público, que se reflecte designadamente no valor dos solos e nos preços da habitação. Hoje, um T3 custa na cidade cerca de 30 mil contos; o mercado dos quartos alugados atinge níveis especulativos».

Insistindo nas várias propostas da CDU, o candidato considera que «a Câmara podia fazer mediação no cen-



Jorge Gouveia Monteiro, cabeça de lista da CDU, responsabiliza a Câmara por uma política errada de transportes



Os preços especulativos dos quartos afastam os estudantes do centro da cidade



vereadora da CDU lançou a construção de 12 jardins de infância. Nos oito anos seguintes a câmara apenas somou àqueles mais três estabelecimentos. «As pessoas são deste modo obrigadas a recorrer às escolas privadas, que são hoje um negócio florescente na cidade».

Este quadro negro completa-se com a falta de saneamento básico a cerca de 40 por cento da população; de pavilhões desportivos, ginásios e piscinas; falta de zonas verdes e áreas de lazer junto das urbanizações; falta de espaços culturais e apoios às colectividades; falta de mercados com qualidade e limpeza das ruas e lugares.

A CDU dinamiza a candidatura de mais de 500 pessoas aos órgãos do Poder Local do concelho, propondo um projecto sólido aberto à participação de todos e mobilizador das forças vivas de Coimbra.

Tendo como objectivos principais resolver os graves problemas existentes, a Coligação coloca como primeira prioridade a elaboração de um plano trienal 1999-2001.

«Pensamos que o nosso programa eleitoral não tem de ser obrigatoriamente o plano de actividades da Câmara. Por isso, queremos aproveitar o período entre Fevereiro a Junho de 1998 para realizar debates abertos e temáticos com eleitos, técnicos e as associações cívicas, culturais, juvenis, sindicais, económicas, desportivas, e sessões públicas em todas as freguesias. Só depois de ouvidas as pessoas e instituições serão identificadas as grandes prioridades e as medidas que irão integrar o Plano Trienal da Câmara, bem como as reivindicações a apresentar ao Governo.»

Demonstrando um visão integrada do concelho, a CDU defende a descentralização de serviços camarários e de equipamentos sociais para pólos importantes do concelho como sejam Ceira, Cernache, S. João do Campo/S. Silvestre, Souselas e Taveiro. Propõe ainda o aumento em 20 por cento das transferências correntes para as freguesias e a reposição das transferências de capital para investimentos próprios.

tro da cidade e nas áreas estratégicas; infra-estruturas terrenas e apoiar a autoconstrução».

Outro alvo das críticas é a política de transportes:

«Ao dar toda a prioridade ao automóvel, a câmara arruinou praticamente os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos, que têm perdido um milhão de passageiros por ano. É também sintomático que um membro do Conselho de Administração nomeado pelo PS tenha adquirido uma quota do capital de uma empresa de transportes concorrente». Não surpreende assim que o serviço público esteja a degradar-se para gáudio dos privados que esperam conquistar um mercado de 300 mil habitantes.

A rede escolar é outra carência do concelho. Como recorda Gouveia Monteiro, no mandato de 1985/89, a

Considerada como uma zona de transição entre o litoral e o interior, o distrito de Viseu não escapou ao problema da desertificação humana que afecta sobretudo os meios rurais serranos. Ao longo dos anos a população migrante procurou países terceiros, ou as grandes cidades do litoral. A própria cidade de Viseu constituiu-se num pólo de fixação.

Viseu

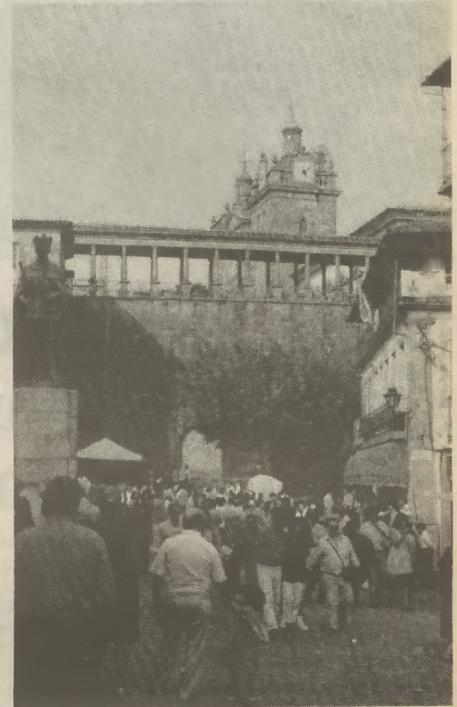
Sinais de mudança

Já lhe chamaram o cavaquistão e não foi por acaso. O PSD continua a ser o partido que detém a maioria das 24 câmaras do distrito, incluindo o município de Viseu.

Nos primeiros tempos do poder local, a CDU chegou a ter dois membros na Assembleia Municipal que desenvolveram uma intensa actividade de denúncia e fiscalização, apresentando propostas que ainda se mantêm válidas para o concelho. Hoje, apesar de não ter nenhum eleito nos órgãos autárquicos, a CDU continua a bater-se «de uma forma sistemática, não só em momentos eleitorais, pelos interesses da população».

Manuel Rodrigues, cabeça de lista da Coligação à Câmara de Viseu, cita o exemplo da Universidade Pública, «coerentemente defendida pela CDU ao longo dos anos, ao contrário de outras forças políticas, que vão tendo posições contraditórias conforme estão na oposição ou no poder. O PS defendeu na oposição a Universidade. Hoje no poder defende soluções diferentes. O PSD enquanto foi Governo fechou as portas à Universidade, agora chegou ao ponto de apresentar na Assembleia da República um projecto de lei com vista à sua criação. Nós tivemos sempre a mesma posição: consideramos que a Universidade será um dia factor de dinamização e que permitirá a fixação de quadros que hoje saem do distrito por não terem saídas profissionais».

Sobre a actual gestão PSD em Viseu, Manuel Rodrigues começa por criticar a atitude pouco democrática da Câmara, acusando-a de retirar ilegalmente propaganda de outras forças políticas, designadamente da CDU. Mas a postura centralista e a falta de visão estratégica para o desenvolvimento da região são as críticas que mais desenvolve. Por outro lado, aponta o dedo a problemas básicos que continuam por resolver: «Esta câmara ainda não percebeu que não se pode falar em desenvolvimento sem que esteja assegurado a todo o concelho o serviço de abastecimento de água e saneamento. Na própria cidade de Viseu - sede concelho, capital do distrito e um pólo importante no



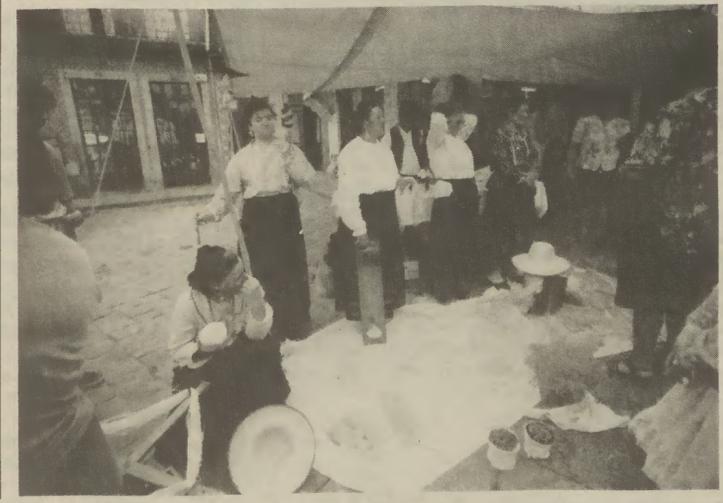
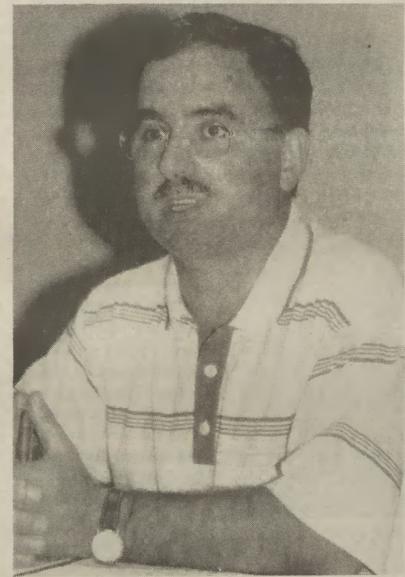
São já muitas as pessoas que reconhecem a necessidade da presença da CDU

contexto regional, apesar das regiões não estarem ainda instituídas - a água chega a faltar e a sua qualidade é duvidosa».

A voz da CDU nos órgãos autárquicos do concelho é assim «absolutamente necessária». Manuel Rodrigues não tem dúvidas de que «a estagnação deste concelho e o seu desenvolvimento desequilibrado se deve à unanimidade até hoje reunida à volta das forças políticas que têm sido responsáveis pela gestão, ou seja, PP, PS e PSD. Todas por igual porque todas têm vereadores na Câmara de Viseu».

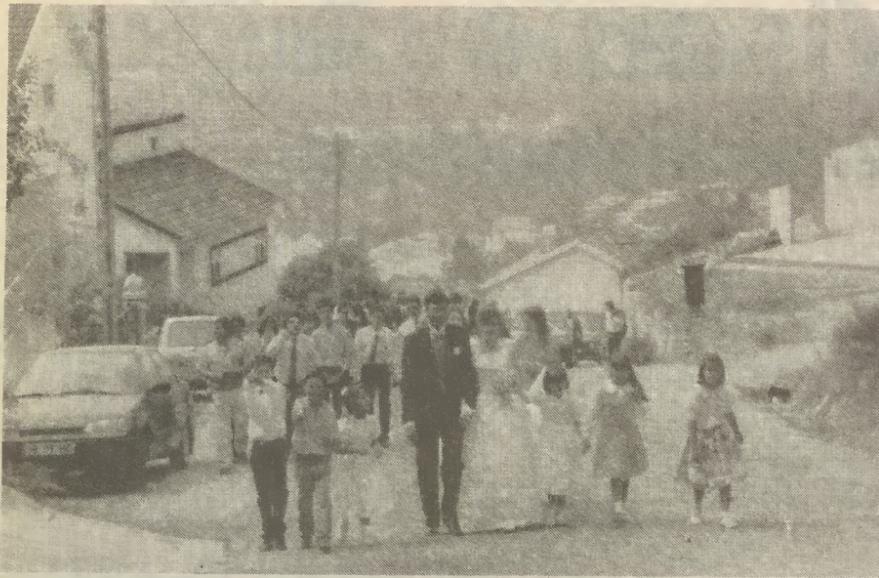
Contudo, «há sinais de mudança. São já muitas as pessoas que reconhecem a necessidade da presença da CDU nos órgãos autárquicos. Este é o eco que recebemos dos muitos contactos do dia-a-dia».

Manuel Rodrigues, cabeça de lista em Viseu, denuncia o centralismo e a falta de visão estratégica para o desenvolvimento da região



Esta confiança baseia-se também em dados concretos: «Em Armamar já temos listas formadas a todas as assembleias de freguesia o que é uma situação nova. Também em Vouselas e em Castro d'Aire o trabalho está adiantado e as perspectivas são animadoras. Depois temos o grande objectivo de ganharmos a Câmara Municipal de Tarouca. O grande dinamismo que registamos no distrito traduz-se nalguns concelhos num aumento de 100 por cento do número listas às freguesias.»

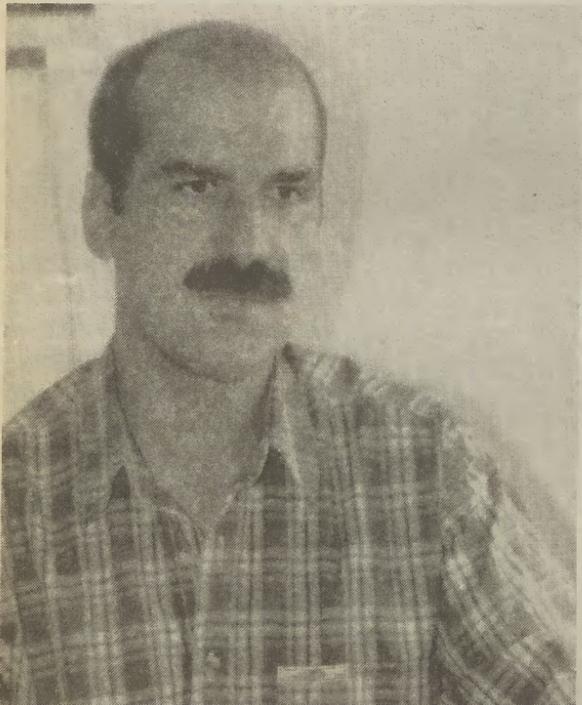
AUTARQUIAS



O saneamento básico continua por fazer em mais de 60 aldeias do distrito

Meio por meio, PS e PSD dividem entre si as 14 Câmaras do distrito da Guarda. João Abreu, membro do Comité Central e responsável da Organização Regional da Guarda, acrescenta que também as más gestões estão divididas, meio por meio, entre os dois partidos.

«Não há de facto grandes diferenças entre os dois partidos. Ambos se caracterizam por um excessivo presidencialismo quando estão no poder, e por um demissionismo quando estão na oposição», afirma João Abreu, explicando que as políticas são as mesmas e correspondem aos mesmos interesses.



João Abreu, responsável da DORG do PCP, está confiante num bom resultado da CDU

Ferida de morte, a gestão democrática vê-se substituída pelo caciquismo e clientelismo, que são de facto «a matriz do poder na região». «Por exemplo, quem manda na Câmara da Guarda são os empreiteiros», afirma João Abreu citando casos que foram notícia recentemente.

Outro traço característico são os orçamentos empolados: «Os planos de actividade ostentam um conjunto de obras para agradar às freguesias, mas depois nunca são realizadas. Por isso as taxas de execução dos orçamentos são baixíssimas, raramente ultrapassando os 40 por cento.»

Neste quadro, a preferência dos executivos camarários vai para as obras de fachada, enquanto se relegam para as calendas gregas as obras prioritárias e fundamentais: «nomeadamente a questão do abastecimento de água, e do saneamento. Ainda este ano Pinhel teve falta de água, a Guarda não consegue abastecer a população da cidade e das freguesias, apesar de ter uma barragem ali ao pé; e mesmo Gouveia que exporta água engarrafada tem problemas de qua-

Guarda Reconhecidos pelo povo

lidade com água da rede. Também o saneamento básico continua por fazer em mais de 60 aldeias do distrito».

A CDU há muito que defende soluções integradas para cada concelho: «em Gouveia propusemos há anos a construção de uma barragem que garantia água a todas as freguesias, representando um investimento de cerca de um milhão de contos. Entretanto, só na abertura de poços e despesas de manutenção a Câmara quase atingiu aquele montante e não resolveu o problema».

O mesmo se passa com o trânsito em Gouveia. A CDU propôs a construção da variante de S. Julião, que permitia desviar a circulação de pesados do centro da cidade. Em vez disso, a Câmara construiu passeios e instalou semáforos, obras que João Abreu considera de fachada, uma vez que não solucionam os estrangulamentos.

Actualmente a representação da CDU nos órgãos locais do distrito é pouco numerosa. Conta apenas com sete eleitos em Assembleias Municipais e 13 nas freguesias. Contudo, a sua actividade é reconhecida pela população e mesmo pelas outras forças políticas. «Quando a CDU não está, a sessão acaba cedo», diz João Abreu, notando que os problemas só são debatidos graças à voz da CDU.

É a Coligação que levanta a bandeira do distrito defendendo apoios para o sector têxtil, exigindo a aplicação do Plano Integrado de Desenvolvimento da Serra da Estrela, e apoiando a luta dos professores contratados contra o encerramento de mais de 300 escolas do primeiro ciclo. A CDU está também com os agricultores e coloca-se ao lado dos estudantes, na luta por um ensino público de qualidade e contra as propinas.

Apesar de discriminações e repressões exercidas sobre aqueles que se juntam publicamente à CDU, a elaboração de listas revela aspectos positivos: «há em geral uma melhoria qualitativa nas listas às câmaras e assembleias, como são os casos de Sabugal e Pinhel. Em Seia, Gouveia e Guarda temos como objectivo eleger vereadores e no caso de Manteigas vamos bater-nos de igual para igual pela Câmara Municipal. Apostamos ainda no aumento significativo do número de votos e de mandatos nas Assembleias Municipais de Freguesia».



A CDU quer pôr fim a 20 anos de má gestão do PS e PSD na Covilhã

Castelo Branco

No distrito de Castelo Branco, a CDU tem três vereadores eleitos: Isaura Reis, na Câmara da Covilhã, Carlos Afonso, na Câmara de Belmonte, e Carlos Vale, na Câmara de Castelo Branco. Este último foi recentemente considerado o melhor autarca do distrito pela Gazeta do Interior.

Os créditos da coligação vão porém mais longe, sendo conhecida a vasta obra em várias freguesias onde é maioritária. É precisamente de uma destas freguesias, o Paul, que vem o cabeça de lista à Câmara da Covilhã. Vítor Reis Silva é um autarca experiente que anda nestas lides há mais de duas décadas. Como recorda, no Paul, a CDU elegeu um único elemento em 1979. Logo em 1983 este número subiu para três e, em 1989, obtém a maioria relativa na Junta, posição que reforçou nas últimas eleições de 1993.

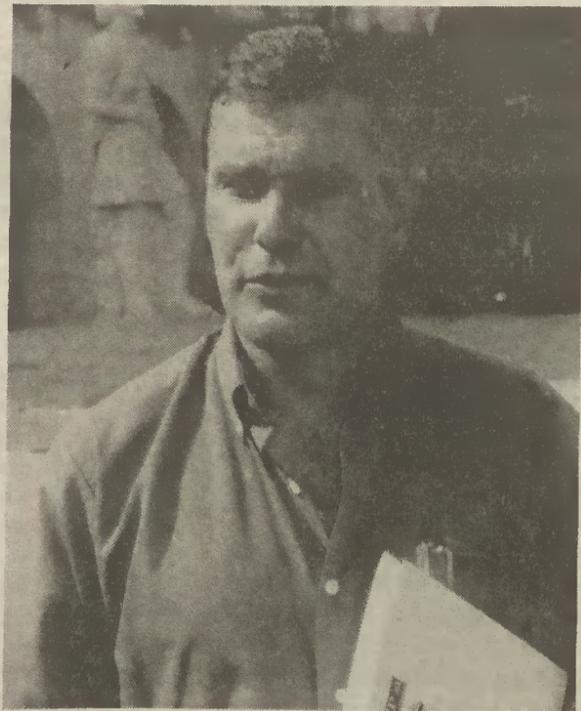
«Foi resultado de um trabalho persistente e prolongado no tempo, da afirmação da CDU e do Partido naquela freguesia. Procurámos sempre participar no dia-a-dia da comunidade e estar junto das colectividades apoiando as actividades culturais e desportivas.» É com este espírito que Vítor Reis Silva aceitou o desafio de se candidatar à presidência da Câmara da Covilhã, lançando à população «um convite à mudança».

Conhecedor dos problemas do concelho, Reis Silva considera que há muito para mudar na Câmara: «a prática presidencialista do PS e PSD nestes últimos 20 anos; a relação entre a Câmara e Assembleia Municipal, respeitando as competências desta, e entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, evitando situações de dependência e pouco transparentes, onde os critérios objectivos são substituídos por amizades ou clientelismo partidário».

A falta de uma estratégia e planeamento no concelho é outro aspecto a corrigir: «A Câmara ainda não aprovou o Plano Director Municipal, o mesmo se passando com o Plano Estratégico da cidade e o Plano de Urbanização, para não falar da rede viária, das infra-estruturas básicas, da rede de água e esgotos, etc. Sem estes instrumentos, o trabalho é casuístico e as carências acumulam-se» - com conseqüências graves até para outras regiões.

Experiência e seriedade

Por exemplo, a poluição do rio Zêzere que alimenta a barragem de Castelo de Bode - a principal abastecedora de água a Lisboa - começa logo em Manteigas. A razão é a inexistência de estações de tratamento de águas residuais. Com uma taxa de cobertura de saneamento pouco superior a 55 por cento, o facto é que só cerca de 15 por cento destes afluentes recebem tratamento.



Vítor Reis Silva convida a Covilhã à mudança

No âmbito cultural e desportivo, segundo Reis Silva, «a Câmara não tem feito praticamente nada. O único grupo de teatro está com grandes dificuldades porque não tem um espaço para trabalhar, enquanto assistimos ao encerramento de colectividades por falta de apoios e de dinâmica».

Entre as muitas ideias para o concelho, a candidatura da CDU define como prioridades a criação de uma rede viária concelhia e regional moderna; a dinamização da vida cultural e desportiva; o apoio à terceira idade; a preservação do património e dos recursos naturais.

Para aproveitar melhor o cartaz turístico da serra da Estrela, Reis Silva considera que é preciso encontrar resposta ao nível das infra-estruturas e equipamentos: «a subida à serra continua a ser um pandemónio. Não existem estacionamentos suficientes, nem pontos de inversão de marcha, os equipamentos hoteleiros têm pouca capacidade, etc. Pensamos que para além de se melhorarem as condições na serra devemos estimular o interesse dos turistas pelas freguesias do vale onde existem muitos pontos de animação e interesse cultural».



AUTARQUIAS 97

CDU
para fazer
o que é preciso

PCP-PEV



Comunidades crítica séria

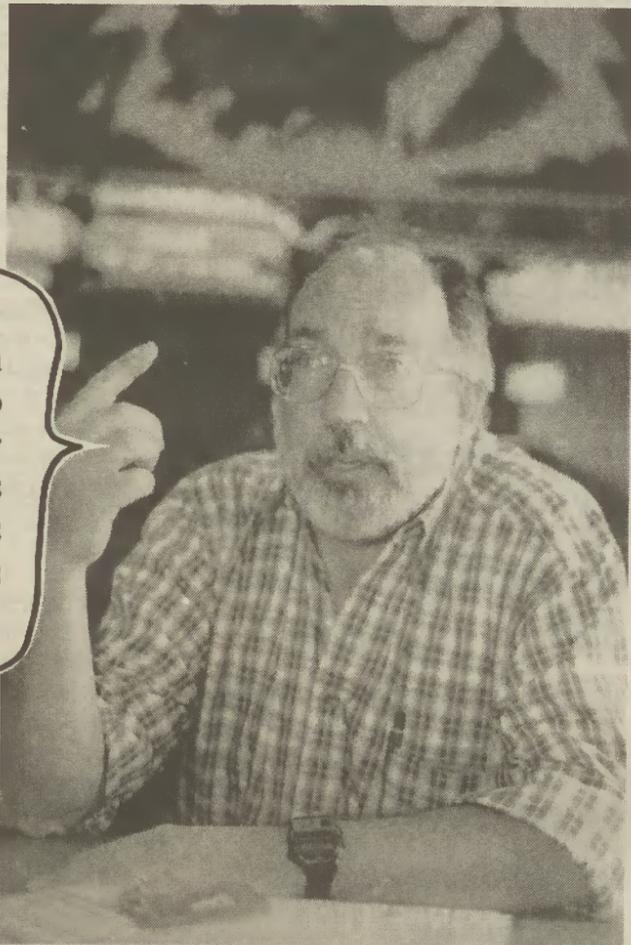


Texto:
Domingos Mealha
Fotos:
Sérgio Moraes

lheiros têm os mesmos direitos e o que consta na lei é o limite máximo de dois representantes de um país, nos 15 membros do Conselho Permanente, a par de um apelo aos equilíbrios na composição deste órgão.

CS: A proposta da Secretaria de Estado determinou o número de membros do Conselho Permanente a partir da exigência de que dados países estivessem obrigatoriamente representados.

IG: Essa aprovação dessa proposta, eu a considero completamente ilegal, porque foi submetida à aprovação do plenário, sem reunir antes as necessárias quinze assinaturas.



Ildefonso Garcia

“Acho uma vergonha que o Governo não decida municiar financeiramente as subsecções ou secções locais do Conselho das Comunidades.”

DQ: Como se pode impor aos conselheiros que um eleito da Argentina vai obrigatoriamente para o Conselho Permanente? Por que não deveria ser um do Uruguai, por exemplo?

O PCP vai retirar algumas conclusões deste resultado, depois de há um ano se ter empenhado em que voltasse a existir o Conselho das Comunidades?

JA: Estamos a analisar a situação ainda a quente. Haverá ocasião de aprofundar melhor esta análise e tirar as ilações devidas. Mesmo assim, alguns elementos confirmam objecções, dúvidas, preocupações e algumas acusações que vínhamos a fazer ao Governo.

O problema da representatividade e da dispersão geográfica dos portugueses no Mundo não é fácil de resolver, e esta lei está muito longe de poder minimamente responder a essas preocupações, antes de mais porque é uma pirâmide invertida. Ou seja, o nosso projecto de lei dava especial importância aos conselhos de país, como estrutura fundamental para o desenvolvimento da própria actividade do Conselho das Comunidades; dos conselhos de país saíam os membros dos conselhos regionais e daqui eram escolhidos os membros do conselho mundial. O que se verifica na lei aprovada é o contrário: criou-se uma estrutura extremamente limitada, com cem membros, que decide tudo e reúne só de quatro em quatro anos.

Nós púnhamos o acento na representatividade dos emigrantes, mas esta lei faz sempre a referência ao carácter de órgão consultivo do Governo.

Quanto ao número de votantes, é bom ter em conta que este é, a nível global, semelhante ao número de votantes para as eleições legislativas; e enquanto para estas o voto é por correspondência, para as eleições dos conselheiros das comunidades as pessoas tiveram que se deslocar aos consulados. Vistas assim as coisas, conclui-se que a vontade de participação é grande, mas houve muitos factores a determinar uma fraca taxa de votação.

Nas próximas eleições, em 2001, é necessário pôr termo à determinação do número de representantes de cada círculo a partir de estimativas do número de portugueses residentes. Este método resultou em grandes disparidades, como nos casos do Brasil

(estimativa de um milhão e duzentos mil, quando o levantamento feito pelos consulados não chega aos 300 mil) e da França (estimativa de 780 mil, mas mais de um milhão segundo os números dos consulados); enquanto o Brasil elegeu 25 conselheiros, a França elegeu 16.

Também não podemos, como alguns parecem pretender, abandonar ao encargo dos conselheiros todas as despesas do seu trabalho de ligação às comunidades. Isso significaria matar o Conselho à nascença.

Nas conclusões ficou clara uma tónica que esteve presente nas reuniões: uma crítica acentuada à política de emigração do Governo, no geral. Em relação aos aspectos processuais, houve tentativas de instrumentalização e partidização do Conselho. Para nós é claro que a decisão de fazer por listas a eleição do Conselho Permanente veio facilitar e estimular a criação de listas por partidos ou de entendimentos entre partidos - foi claro um entendimento do PS e do PSD. Gerou um clima de instabilidade muito grande, com a proliferação de listas onde foram incluídas pessoas sem sequer para tal darem a sua autorização.

IG: A tendência era a criação de uma lista única.

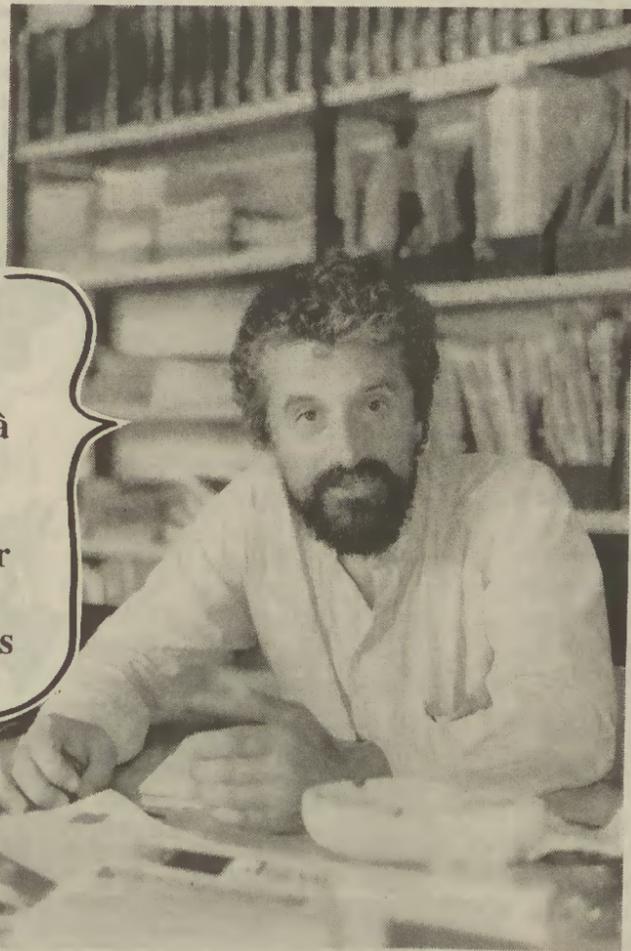
JA: E este receio acabou por se confirmar.

CS: Além do mais, a determinação dos países que têm que estar no Conselho Permanente veio obrigar a que várias pessoas tivessem que figurar em mais que uma lista. Mas, significativamente, não houve nenhuma tentativa da outra lista ou de quem quer que fosse para encontrar connosco um consenso que resultasse numa lista única para o Conselho Permanente. Apostaram sobretudo no confronto e na exclusão.

IG: Não foi mais que um golpe!

João Armando
“Nas próximas eleições, em 2001, é necessário pôr termo à determinação do número de representantes a partir de estimativas do número de portugueses residentes.”

Até às eleições de 2001 que trabalho podem desenvolver os conselheiros?



DQ: Esse é o grande problema: saber se os conselheiros vão ter condições para desenvolver trabalho. Agora, chegando ao Brasil, nós vamos ter que eleger o coordenador do país e os coordenadores das secções locais. Mas é preciso decidir se o conselho vai ficar dependente das estruturas já existentes e, no fundamental, dominadas pelos comandadores, ou se vai ter uma postura independente. Para isto, precisamos meios.

IG: Acho uma vergonha, para os portugueses emigrados, que o Governo não decida municiar financeiramente as subsecções ou secções locais do Conselho das Comunidades.

JA: Temos uma grande preocupação quanto à fragilidade com que sai desta reunião o Conselho Permanente, tanto pela forma como foi eleito, como pela sua composição, que inclui pessoas que combateram a proposta de orçamento aprovada em plenário. Assim, boa parte do esforço dos conselheiros há-de ser dispendida a seguir atentamente a intervenção do Conselho Permanente para aplicar as conclusões do plenário.

CS: E o orçamento é fundamental. Sem meios, o Conselho das Comunidades vai morrer.

JA: Quanto ao trabalho ao nível de cada país, aprovada que foi a criação de secções locais, caberá a estas definir formas próprias de intervenção.

Como caracterizam a discussão havida no Conselho sobre os problemas mais sentidos pelos emigrantes?

JA: Uma das críticas que mais se ouviu, relativamente ao programa da reunião, dizia respeito ao tempo muito reduzido para a discussão nas comissões temáticas, face a realidades tão dispersas e tão diversas. Foi colocado à apreciação um conjunto de documentos sobre as preocupações da comunidade, e este resultado da discussão nas comissões temáticas é de grande valor para o trabalho futuro do Conselho Permanente. No plenário foi feita uma leitura das conclusões de cada comissão, que até foram aprovadas, mas acabaram por predominar outros interesses e a discussão não foi tão rica como nas comissões.

O levantamento dos problemas existe e foi feito com uma tónica muito crítica face ao comportamento do Governo. A dúvida é se a estrutura que tem um papel importante na fiscalização da aplicação dessas conclusões - o Conselho Permanente - será capaz e estará suficientemente interessado em pressionar o Governo para seguir as recomendações aprovadas.

CS: As conclusões de quatro comissões temáticas foram aprovadas por unanimidade. No caso da quinta comissão, o presidente aceitou a votação por capítulos e muitas propostas foram aceites, outras foram recusadas.

IG: Embora com as limitações conhecidas, nós, os conselheiros, vamos também contribuir nesse sentido, nomeadamente junto das comunidades onde fomos eleitos, para que as conclusões tenham expressão prática. Mas só temos o poder de pressionar. As decisões têm que caber ao Governo.

CS: Vamos ter que explicar às pessoas, mal chegemos aos nossos países de residência, o que se passou durante a reunião e porque tomámos as posições que tomámos, nos vários momentos.

JA: Há muita coisa aprovada no Conselho que corresponde às aspirações das comunidades emigrantes e é necessário exigir agora que essas recomendações sejam respeitadas pelo Governo.

Os que «comem» e os que «cheiram»

■ Luís Sá
Membro
da Comissão Política

- Sobre o PS, as eleições e o abuso de poder

O EX-CANDIDATO socialista à presidência da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, actual presidente da Câmara eleito pelo PP, teve nos últimos dias um comportamento verdadeiramente emblemático a vários títulos.

Em primeiro lugar, ao mudar do PP para o PS e ao tentar "justificá-lo" com alegre ligeireza mostrou a falta de profundidade e coerência de algumas opções políticas; foi mais um a mostrar como valem pouco.

Não são apenas juízos éticos que estão em causa ou certas formas sem ética de estar na vida política que merecem reparo. É também, neste caso, a promiscuidade política e ideológica, só possível devido ao facto de ser cada vez mais difícil encontrar traços de identidade na prática de Governo do PS que sejam absolutamente inaceitáveis para os candidatos de uma direita mais ou menos liberal (e às vezes nem isso se pode dizer com segurança em alguns casos)...

Em segundo lugar, e essa é uma questão central, o ex-candidato socialista tentou explicar a sua mudança com um argumento altamente revelador: "quem é afecto ao poder, come, quem não o é, cheira". Ora, segundo ele, a sua candidatura pelo PS seria a única forma de Penalva do Castelo "comer".

A declaração surge a uma primeira leitura, obviamente, como boçal e até como implicando um excesso de ingenuidade. Poderia ser, para os dirigentes ou candidatos do PS, algo para dizer ou insinuar em privado ou em pequenas iniciativas eleitorais e não para proclamar aos quatro ventos, através de órgãos de comunicação social de difusão nacional, pelo menos nestes termos.

Só que o Ministro Jorge Coelho, na qualidade de dirigente do PS e líder da Organização Distrital de Lisboa, utilizou um argumento semelhante num debate interpartidário recente promovido pela TSF. E o argumento vai sendo repetido, um pouco por todo o País, por um conjunto de pequenos e médios oportunistas, candidatos às autarquias ou dirigentes locais do PS. Pensam encontrar aqui um trunfo para captar eleitorado hesitante ou para convencer os apoiantes do PS que estão descontentes com a política do Governo ou com o desempenho autárquico do PS.

Na sua ânsia de captar ou de não perder votos não vêem — ou fingem não ver — a enormidade, do ponto de vista democrático, daquilo que afirmam por esse país fora. Trata-se, com efeito, de uma chantagem inadmissível e antidemocrática sobre a vontade e o querer das populações: ou estas votam no partido que está no poder, ou as suas terras e as suas autarquias, não "comem". Só cheiram, isto é, limitar-se-iam a ver as autarquias ao lado que são do PS comer.

O argumento é inadmissível e escandaloso porque o Estado e toda a Administração Pública estão obrigados, quer legalmente quer por elementares princípios democráticos, a respeitar princípios como a igualdade e a imparcialidade, quer face aos cidadãos quer face aos municípios. Não podem prejudicar nem beneficiar as populações devido ao seu voto.

Uma tal actuação é intolerável do ponto de vista democrático porque o voto deve ser livre, consoante as opções de cada um e a apreciação que fizer da personalidade e aptidões dos candidatos, da obra feita — ou não — por cada partido ou coligação nas autarquias. Podem também contar a apreciação da actuação no País, o programa dos partidos e coligações para o mandato na autarquia ou outros motivos. O que é intolerável é que se pretendam introduzir mecanismos de pura chantagem e violência antidemocrática para condicionar e manipular a vontade dos eleitores.

Sabemos o que acontece um pouco por todo o mundo com eleições e processos eleitorais, mesmo em sistemas como o português assentes na representação política baseada em eleições. A igualdade de oportunidades nunca é absoluta: os sistemas eleitorais e os meios de comunicação raramente são neutros, há candidaturas ligadas ao poder económico com maiores possibilidades financeiras, entre muitos outros aspectos. Mas há um limiar mínimo a partir do qual se passa da desiguldade de oportunidades para um campo em que se procura que impere a manipulação antidemocrática e em que é o próprio limiar mínimo de seriedade eleitoral que é questionável. Em todos os casos a única atitude possível face ao que está mal e é injusto é "não tomar como normal o que acontece todos os dias", é não deixar de denunciar as tentativas de manipulação e de reagir contra elas com indignação e protesto.

De resto, impõe-se lembrar que a distribuição de verbas de acordo com critérios justos e objectivos, de modo a impedir manipulações, só foi conquistada através de grande luta das autarquias e das populações. Só através destas foi possível romper com a dependência do sistema de distribuição casuística de subsídios e comparticipações herdado do fascismo.

É certo que, designadamente, a pretexto de "contratualização" de investimentos em infra-estruturas ou equipamentos, aumentaram com o cavaquismo formas arbitrárias de distribuição de verbas. Mas todos os outros partidos — incluindo o PS — afirmaram-se contra os abusos e favores e desfavores nos financiamentos às autarquias e na distribuição de investimentos. Foi sempre exigida, nesse processo, a transparência e controlo democrático e a objectividade de critérios e denunciada como sectária e antidemocrática a existência de favores ou desfavores na distribuição de verbas.

Parece que o PS faz agora tábua rasa de tudo isso. Propõe-se afirmar ou insinuar que é preciso apoiar o Governo e o Poder para "comer". Que moral e concepção do poder e profunda desonestidade estão subjacentes a estas declarações?

A verdade é que todos os indicadores mostram que os municípios da CDU têm conseguido maiores níveis de investimento e de atendimento das necessidades básicas das populações na generalidade das áreas a cargo das autarquias.

Não foi preciso o PCP estar no Governo para as autarquias de maioria CDU fazerem mais obra do que as autarquias de maioria PS ou PSD. E para isso não tiveram que assumir a postura servil e de espinha curvada face ao "poder central" que agora é insinuada ou mesmo boçalmente afirmada como indispensável por parte do poder local. É certo que os eleitos autárquicos da CDU são acusados de um grande «crime»: a actividade de reivindicação e "contrapoder" (foi o caso do Ministro Jorge Coelho no debate referido). Mas em relação a este crime só há razão de orgulho: é necessário e legítimo que os eleitos autárquicos defendam os interesses da população que representam e das autarquias de cujos órgãos são membros junto do Governo e da Administração Central. E bom é que estejam nas autarquias os que lutam, com as populações, esteja quem estiver no poder, e não os que esperam servilmente que lhes caiam pequenas migalhas na mesa...

O que importa sublinhar ainda é que a boçalidade do ex-candidato do PS de Penalva do Castelo, e todas as outras concepções que são difundidas, não são mais do que uma pequena parte de

uma crescente instrumentalização do poder para efeitos eleitorais por parte do PS, que parece não conhecer limites e que os mais elementares escrúpulos estão arredados.

Um exemplo é, desde logo, a ressurreição política dos cargos de Governador Civil (para o qual foram nomeados, muito frequentemente, os líderes distritais do PS). Distribuem subsídios com alarido, visitam feiras e locais de grande presença popular, acompanhados dos candidatos do PS, agitam-se freneticamente em exclusivo benefício partidário.

A arrogância dos novos detentores do poder ao fim de uma década em que estiveram dele privados parece às vezes não ter limites, nem sequer a preocupação de respeitar as aparências. Por vezes, são eleitos ou candidatos do PS que anunciam os subsídios estatais às colectividades. E vemos casos como o do Governador Civil de Setúbal a proclamar o objectivo de o PS vencer em todos os municípios do distrito, arredando totalmente a CDU que actualmente tem 12 presidências de Câmaras em 13.

Também as Comissões de Coordenação Regional e os restantes cargos da Administração Central desconcentrada regionalmente servem para o efeito. Às vezes, as nomeações para estes últimos "jobs" só se verificaram depois do anúncio das candidaturas às eleições autárquicas, procurando a instrumentalização desses "jobs" nas campanhas eleitorais.

Vimos também o folhetim do uso e abuso das acções de tutela, bem expresso no facto de ter sido intrepuesta uma acção para dissolver a Câmara da Amadora por atraso (que foi explicado) na aprovação do orçamento, ao mesmo tempo que não eram adoptadas idênticas acções em relação aos municípios de maioria de outras forças políticas com a mesma situação. O Tribunal, aliás, solicitou indicação de que acções contra outros municípios tinham sido interpostos por idênticos motivos.

Assistimos também à tentativa de instrumentalização política de dados de relatórios de inquéritos, inspecções e sindicâncias contra a CDU, ao mesmo tempo que foi sonogado o conhecimento público dos relatórios sobre idênticas acções doutros municípios em que a divulgação não convém ao PS. Tudo isto assenta na contradição entre grandes declarações grandiloquentes sobre modernidade, transparência e outros valores, ao mesmo tempo que a prática procura contrariá-los das mais diversas formas.

Aproximam-se grandes batalhas políticas de massas. Nos próximos meses, assume particular importância a intervenção do PCP e dos seus aliados para prosseguir e alargar a presença da CDU nas autarquias, não só para permitir o prosseguimento, mas também para alargar o trabalho gigantesco no Poder Local, em maioria ou minoria. Um trabalho que não fez só uma grande obra para as populações, mas que — exactamente para o tornar mais profundo — o conseguiu fazer muitas vezes de forma aberta, participada e democrática, abrindo novas vias para um modo diferente de conceber o poder.

Ao contrário do que alguns afirmam (por exemplo, Paulo Portas no último "Independente"), há diferenças — apesar de toda a complexidade — entre os vários modelos de gestão autárquica. Há palavras que podem ser de todos, sobretudo em período eleitoral: abertura, participação, justiça, luta pelo desenvolvimento, intervenção decidida em áreas como o ordenamento, o ambiente, a cultura, o património. Mas os factos aí estão: para a CDU não são apenas palavras, são práticas comprovadas.

Noutros casos, parece que as próprias palavras são exclusivas da CDU: cultivo do serviço público como meio de concretizar os direitos das populações, apoio aos que menos têm, igualdade e outras. Há defeitos a corrigir aqui e ali? Certamente. Mas isso não afasta a singularidade e profunda democraticidade de um projecto que marcou estes 20 anos de Poder Local.

E os eleitos e os futuros candidatos da CDU tudo farão para aprofundar e marcar mais intensamente as já sólidas e indestrutíveis diferenças em relação a outras forças políticas.

A boçalidade do ex-candidato do PS de Penalva do Castelo e as outras concepções que são difundidas sobre as supostas vantagens da dependência do poder não são mais do que uma parte da crescente instrumentalização do poder para efeitos eleitorais por parte do PS, que parece não conhecer limites e de que os mais elementares escrúpulos estão arredados.



A propósito dos círculos uninominais

A criação de círculos uninominais para a Assembleia da República, constante do anteprojecto de revisão da lei eleitoral publicitado pelo Governo, longe de servir os tão proclamados propósitos de aproximação entre eleitos e eleitores, visa condicionar o comportamento do eleitorado por forma a impor a bipolarização artificial da representação política e a limitar drasticamente o alcance prático do sistema de representação proporcional.



■ António Filipe

1. Não obstante ser do conhecimento de qualquer cidadão minimamente informado que o objectivo central do PS ao acordar com o PSD os termos do recente processo de revisão constitucional foi precisamente permitir a alteração das leis eleitorais, não deixou a comunicação social atenta e veneradora de se fingir surpreendida pelo facto da anunciada surpresa da chamada "rentrée" política do engenheiro Guterres consistir afinal no inevitável anúncio de uma proposta de revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República. Reafirmando os seus nobres objectivos, de manter o princípio da representação proporcional, de não forjar vitórias na secretaria, e de aproximar os eleitos dos eleitores, mas esquecendo-se de explicar - como bem foi assinalado pelo PCP - em que é que a Constituição antes de revista impedia a concretização de tais propósitos, o primeiro-ministro voltou a invocar a criação dos círculos uninominais para a Assembleia da República como o passe de mágica capaz de reconciliar os cidadãos com a política.

Seria portanto a criação de tais círculos, possibilitada pela revisão constitucional e

los uninominais marcaram a história do parlamentarismo português na segunda metade do século XIX, dando lugar a práticas como as que Camilo lapidarmente ridiculariza na "Queda de um anjo", na personagem de Calisto, morgado de Agra de Freimas, eleito pelo círculo uninominal de Miranda. E ocorre ainda recordar que os proponentes da criação dos círculos uninominais em nome da identificação entre eleitos e eleitores ainda não responderam à questão - diversas vezes colocada pelo PCP - de saber com quem se identificariam os eleitores, provavelmente em maioria, que não tivessem votado no único candidato eleito.

Mas para além destas questões sempre pertinentes, a proposta de criação de círculos uninominais para a Assembleia da República constante do anteprojecto governamental de revisão da lei eleitoral e os propósitos que alegadamente se lhe associam, justificam, ainda que sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, mais algumas observações.

2. Afirma o ministro António Vitorino, na apresentação do anteprojecto do Governo, que os círculos uninominais visam promover "uma responsabilização política mais directa do Deputado perante os seus eleitores". Fica, no entanto, por explicar, considerando o estatuto constitucional da Assembleia da República e dos próprios Deputados, qual a diferença de estatuto que existiria entre um Deputado eleito por um círculo uninominal e outro, eleito por um círculo distrital ou regional, quanto à sua responsabilização política perante os eleitores.

A Assembleia da República, enquanto órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses, tem um estatuto constitucional bem definido. Compete-lhe basicamente exercer a função legislativa, podendo legislar praticamente sobre todas as matérias, e fiscalizar

dar à sua resolução, designadamente através de perguntas ao Governo, de requerimentos, ou mesmo de propostas para o Orçamento do Estado. Mais: tendo sido eleitos por um determinado círculo eleitoral, é natural e mesmo saudável, que os Deputados confiram particular atenção aos problemas específicos desses eleitores. Aliás, quanto à ligação dos Deputados aos problemas concretos das populações não tem o PCP lições a receber de ninguém, demonstrando claramente que não é preciso alterar a lei eleitoral para que a ligação aos interesses do povo seja possível e efectiva. Agora, o que importa ter presente é que, tendo os Deputados o direito e dever de se interessarem pela resolução de problemas locais, nem essa resolução depende directamente de si (mas do Governo, ou mesmo de autarquias locais), nem a pertença a um círculo eleitoral impede qualquer Deputado de se interessar pela resolução de problemas das populações de outros círculos. Quando o Governo PS faz depender a responsabilização directa dos eleitos perante os eleitores da existência de círculos uninominais, seria bom que explicasse qual é a diferença entre o estatuto constitucional dos Deputados eleitos por esses círculos e os que são eleitos por círculos regionais ou por um eventual círculo nacional, e já agora, se estes estão isentos de qualquer responsabilidade perante os eleitores. É que a ser verdade que a ligação entre os eleitos e os eleitores seria assegurada pela existência de círculos uninominais, teríamos de concluir que a proposta do Governo apontaria para a existência de 94 Deputados que seriam responsáveis directamente perante os eleitores e de 136 que não seriam.

Essa ideia de que a um Deputado - e só a ele - corresponderia o dever de velar pelo interesse específico de um conjunto de eleitores territorialmente delimitado não tem qualquer correspondência, nem com o estatuto constitucional da Assembleia da República nem com o dos próprios Deputados. Nem a Assembleia da República é um órgão dotado de poderes executivos nem o Deputado pode ser reduzido a um mero procurador de interesses locais. Na base da proposta da criação de círculos uninominais está uma ideia de Deputado, não como porta-voz dos interesses do povo que representa e como fiscalizador da acção governativa, mas como alguém que, visando criar ou alargar clientelas partidárias locais, se preocupe fundamentalmente em calcorrear os corredores dos ministérios a meter cunhas àqueles que deveria fiscalizar. Prática que, aliás, não é estranha a muitos dos Deputados dos partidos que nas últimas décadas têm tido responsabilidades governativas.

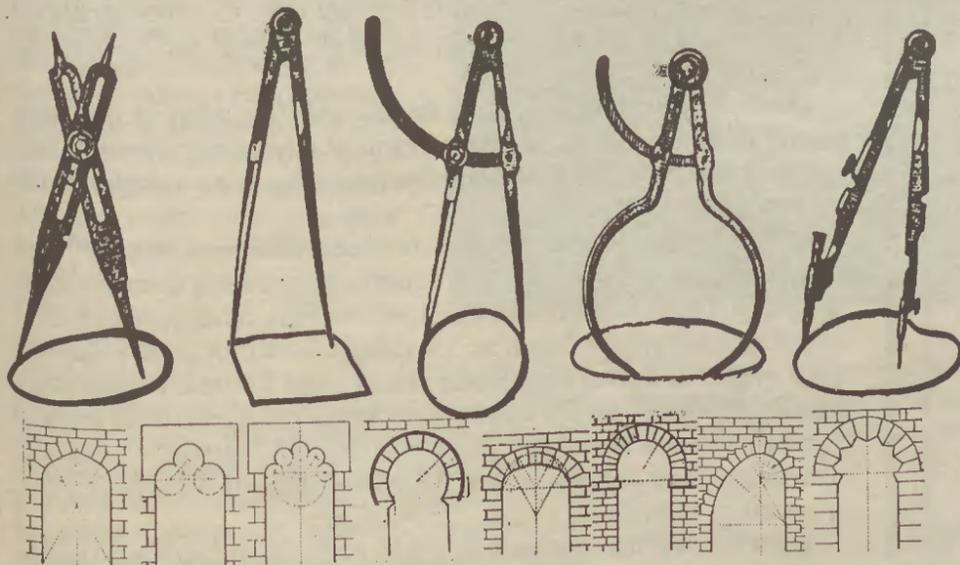
3. Mas acontece ainda que, ao contrário do que foi escrito em vários jornais, o anteprojecto do Governo para a revisão da lei eleitoral faz coincidir a existência simultânea de um círculo nacional, de círculos regionais e de 94 círculos uninominais, mas atribui a cada eleitor um único voto. Confrontado com as alegadas maravilhas dos círculos uninominais, pensaria legitimamente qualquer eleitor que, a partir da sua criação, poderia conjugar o voto num Partido, ajudando a viabilizar uma solução governativa da sua preferência, com o voto num candidato que, sendo embora de outro partido, merecesse a sua confiança. Puro engano.

Fica assim mais claro o que pretende verdadeiramente o PS. No círculo nacional, apresentar-se-ia o "candidato a primeiro-ministro" e toda a mediatização da campanha eleitoral seria construída à sua volta. Nos círculos uninominais, em que, segundo projecções em função dos últimos resultados eleitorais, só o PS e o PSD teriam eleito Deputados, procurar-se-ia acentuar a ideia de que o único voto útil seria aquele que contribuísse para a eleição do único Deputado do círculo. Assim, a campanha a favor da bipolarização conseguiria o milagre de ter sol na eira e chuva no nabal.

Não passa assim esta criação de círculos uninominais de uma verdadeira fraude aos eleitores, que, com boa probabilidade se arriscariam a ter de votar em quem não queriam que fosse eleito. Cruel dilema o de o eleitor que, para votar no Partido da sua preferência no plano nacional ou regional é obrigado a votar, no círculo uninominal, num candidato que tem por incompetente ou desonesto, ou de um eleitor que, para ajudar a eleger um candidato em que confia a nível local é obrigado a contribuir de igual modo para viabilizar uma solução governativa que não deseja. Bela maneira de aproximar os eleitos dos eleitores e de reconciliar os cidadãos com a política.

Resulta claro que os propósitos do PS na alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República não são tão nobres como o engenheiro Guterres pretende fazer crer. Bem ao contrário. O objectivo do PS é sobretudo criar um cenário que condicione o comportamento do eleitorado num sentido bipolarizador, que contribua para inculcar a ideia de que a única opção possível dos eleitores se resume à escolha entre o PS e o PSD, conjugando para isso dois elementos. No plano nacional, a dramatização da escolha do "candidato a primeiro-ministro", reduzindo todos os restantes candidatos à posição de figurantes. No plano local, a insinuação, também falsa, de que está em causa a eleição de um só Deputado e que importa concentrar votos em quem tenha possibilidades reais de vencer.

4. Garante o engenheiro Guterres que a proporcionalidade permaneceria intocada, na medida em que o apuramento do número de eleitos seria feito com base nos círculos nacional e regionais. Pura falácia. Não basta proclamar a proporcionalidade de um sistema eleitoral para que ele efectivamente o seja. Não basta assegurar a existência de um só elemento que caracteriza os sistemas proporcionais para que a proporcionalidade esteja assegurada. A natureza de um qualquer sistema eleitoral define-se em função dos resultados a que conduz e não apenas através da consideração da fórmula de cálculo utilizada para a conversão de votos em mandatos. Não restam dúvidas que, nos propósitos do PS, o nobre princípio da aproximação entre eleitos e eleitores está a ser utilizado para servir o propósito menos nobre de introduzir no sistema eleitoral elementos de desproporcionalização que conduzam à obtenção na prática dos efeitos bipolarizadores típicos dos sistemas maioritários.



proposta no anteprojecto de revisão da lei eleitoral publicitado pela Presidência do Conselho de Ministros, que, introduzindo uma modalidade de "personalização do voto", permitiria uma "mais estreita ligação dos eleitos e dos eleitores e uma responsabilização política mais directa do Deputado perante os seus eleitores".

Ocorre desde logo referir, com pertinência, a propósito das alegadas virtudes dos círculos uninominais na modernização do sistema político e na identificação dos eleitores com os seus eleitos, que os círcu-

a actualização do Governo que, como se sabe, responde politicamente perante a Assembleia da República. Daí que as funções exercidas pelos Deputados tenham sobretudo uma dimensão de carácter nacional e que a Constituição refira explicitamente que os Deputados representam todo o país independentemente do seu círculo de eleição.

Naturalmente que, no exercício das suas funções, os Deputados têm por obrigação dar atenção a problemas concretos de âmbito local e regional e procurar aju-

Por que evitar o ano 2050? 14

Depois de regressado de férias em Portugal, Sacatrapo resolveu consultar um médico inglês. Acreditara pouco nos métodos ilusionistas da dra.-enfermeira D. Maria do Apocalipse, do Hospital de Vilar de Peregrinos. O dr. Albert Evans disse:

– Você não está mal. Uma gripezita. Adaptou-se ao clima da Inglaterra. Chega a Portugal constipa-se forte. Quer dizer, você adaptou-se de mais ao frio, à catástrofe meteorológica das ilhas britânicas. Você é um belo exemplo da teoria de Darwin. Sobreviveu porque era mais apto e mais forte. Essa história da sida dá vontade de rir. Há tratamentos que são ineficazes e até perigosos. Já leu Martin Weitz?

– Nunca. Que ideia!

– Há algo nesse livro que sinto dever divulgar-lhe. Quando temos um doente da sua idade, ou ele resiste porque possui ondas de resistência ou não há nada a fazer. Ou talvez pudéssemos, mas não convém.

SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres

– Não entendo. Não me quer dar nada para curar esta gripezita?

– Sim, sem dúvida. Mas prolongar artificialmente a vida é algo que atenta contra a economia do Estado. A um homem já maduro começam-lhe a falhar os rins. Diálises como as de Évora, célebres em todo o mundo? Dessas, vá que não vá. O doente envenena-se de alumínio. Mas aqui no Reino Unido? Nem pensar. As instruções, nunca escritas, mas sopradas em segredo, são as seguintes. Se há um doente renal, um sexagenário reformado e pobre, recusa-se-lhe a hemodiálise porque fica muito cara. Que hipoteque a casa, se a tem!

– E deixa-se o homem morrer? – banzou-se Sacatrapo.

– Claro – respondeu o dr. Evans com voz de inevitabilidade fria. – Não se deixaria morrer se o doente fosse rico e desse lucro. Tudo tem que dar lucro nos dias de hoje. Resultado do peso das leis que regulam a Economia de Mercado. A produtividade é que conta. O Estado tem de cortar nas despesas.

– Mas isso é uma forma indirecta de eutanásia – protestou Sacatrapo de mão no ar, como se tivesse sido assaltado.

O dr. Albert Evans divertia-se:

– Já pensou que se não for assim, aí pelo ano 2050 haverá mais velhos ou doentes sobrevivendo à custa dos saudáveis que trabalham esmagados pelos impostos? Repare. De acordo com a Organização Mundial de Saúde as despesas para aguentar de pé os velhos micróbios serão tais que não haverá economia que resista.

– E o juramento de Hipócrates? Ao formar-se em Medicina, o sr. dr. não jurou que faria mesmo o impossível para salvar um doente?

– É verdade. Mas veja os pratos da balança. Para salvar um não posso condenar milhares a morrer de fome. Levar os países à bancarrota? Que ideia é essa. O Hipócrates não podia adivinhar o futuro.

– E quem é que pode? – irritou-se o nosso Sacatrapo.

– É o problema do Fausto. O problema do elixir da longa vida. Vamos fazer com que um centenário possa andar pelos bares de alterme ou discotecas a dançar pletóricos de energia, a roubar as raparigas aos moços de vinte e poucos anos?

– Mas esse Fausto não fez pacto com o Diabo?

– Claro que fez. Só que nós, os médicos, ou Estado, não queremos nada com esse senhor. Até porque é um indivíduo incómodo, muito nervoso, sempre a beber café, um tipo que não se lava e coxeia.

– Então que fazer?

– Olhe, Sacatrapo. Não há país que possa manter na vertical cadáveres-vivos. Em 2050, como já disse, o número de pessoas hospitalizadas ou a receber tratamento para prolongar a vida será muito maior que o das que não necessitam dos estabelecimentos de saúde para esse fim.

– Mas então acaba-se o mundo – explodiu Sacatrapo já sem mais fogo de artifício para queimar.

– Talvez – aquiesceu o dr. Evans. – É que o já referido Martin Weitz afirma que aquilo que então dividirá a sociedade não será o sexo, raças ou classes sociais. Será a Saúde e a Doença. Ou seja, o Dinheiro e o Não-dinheiro. Os saudáveis fartos de pagar impostos para manterem vivos os velhos doentes que não querem morrer, e, pelo contrário, querem viver pelo menos mais um dia, sempre mais um dia, organizarão esquadrões da morte para assaltar os hospitais e chacinhar os doentes sem cheta.

Sacatrapo não se conteve que não dissesse:

– Não volto a consultá-lo. Que diabo de futuro é que um médico como você augura para aqueles que não tiverem dinheiro próprio para se tratarem? Se isso estiver certo, não quero viver até 2050.

O doutor inglês olhou Sacatrapo. Uma mirada

desiludida. Brincava com o seu cliente português, brincava com coisas sérias, e a reacção de Sacatrapo alertou-o.

– Você tem razão – disse. – Ninguém vai querer viver até 2050. Até porque em 2050 haverá no planeta mais alguns biliões de pessoas. Você não leu *The Health Scandal* («O Escândalo da Saúde») do dr. Vernon Coleman?

– Oh, sr. dr. Evans, então você pensa que eu ando a ler livros que me assustem?

– É que o dr. Vernon Coleman revela-nos qual é a média anual de pessoas a quem se termina a vida nas salas de operações.

– Mas isso é verdadeiro? – vociferou Sacatrapo.

– Aqui na Inglaterra, neste momento, posso confidenciar-lhe que a média anual é de 30 000. Os médicos decidem que o melhor para elas é passarem para o outro mundo.

– Médicos assassinos? Mas a Grã-Bretanha, então, é um país que não pode ser levado a sério – gritou o portuguêsinho.

– Eu já estive em Portugal. Conheço bem o seu país – advertiu o dr. Evans. – Um país em que 90% da população envelhecida gasta o dia todo a ver telenovelas brasileiras e futebol de baixa qualidade. Acha que um país destes pode ser levado mais a sério? Manter vivos os velhos e velhas caducos só para verem telenovelas, sempre mais telenovelas?

– Portugal é um país livre. Tão livre como qualquer país que o seja. Cada um vê o que lhe apetece.

– Seja como for – assevera o clínico. – A tática terá que ser mais ajudar a morrer. É que não há solução. Só se alguém conseguisse fazer desabar esse novo Muro de Berlim que é o fosso entre ricos e pobres. Mas esse Muro ninguém o derruba. Por que motivo, Sacatrapo, Bruxelas entregou no ano passado um bilião de libras para ajudar os cultivadores de tabaco?

– Talvez para acelerar a morte dos fumadores – anuiu Sacatrapo.

– E vamos tentar salvar os fumadores de saúde perdida? Não podia Bruxelas ter entregue esse bilião, e outros biliões para demolir um bocado esse tal Muro de Berlim entre os ricos e os miseráveis? Sim, porque os há. Aos fumadores que queimaram os pulmões, porque a isso se determinaram, vamos prolongar-lhes a vida?

Sacatrapo só encontrou esta resposta:

– Mas sr. dr., eu não pretendo chegar ao ano 2050. Deus me livre! Só quero ver-me livre desta gripezita. Ou será pedir muito?



CRÓNICA DO NORDESTE O 1.º Ministro voa, voa...

O eng. António Guterres não terá mais nada para fazer?

Inaugurar a reabertura de uma linha de carreiras aéreas domésticas, que encerrou há cerca de 2 anos, pelas mesmas razões que poderá fechar novamente daqui a 2, é demagogia a mais da parte de quem se apresentou como alternativa ao cavaquismo. Afinal, o que faz correr este Governo e o seu 1º Ministro?

O voo inaugural da reabertura das ligações aéreas Lisboa-Bragança, teve a presença do 1º Ministro, do ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território e dos secretários de Estado dos Transportes e da Administração Interna.

Porque, efectivamente, se tratava da reabertura duma linha aérea regional foi com espanto que as gentes do Nordeste e em especial de Bragança verificaram, mais uma vez, que a comitiva governamental não perde oportunidade para vir em passeata ao interior do País. Embora, sistematicamente, de mãos vazias.

Todos concordamos que a melhoria das acessibilidades à região, quer por terra quer por ar, é condição fundamental para a fixação das populações. Mas o que é estranho, é que tenha sido a empresa Aerocondor a fechar esta carreira e agora é a mesma empresa a ficar novamente com a sua concessão.

A entrega desta linha aérea a uma empresa como esta, na prática, serve para desresponsabilizar o Governo e o Estado relativamente às suas obrigações com a região, em matéria de transportes aéreos. O que de facto se duvida é do seu interesse em servir as populações.

Uma certeza todos temos com a reabertura desta linha aérea, a Aerocondor vai arrecadar em dois anos, a fundo perdido, quase 400 mil contos (cerca de 170 mil contos/ano). Sem, sequer, ter obrigação de, findo esse prazo, continuar a garantir as ditas carreiras.

E que dizer do preço da viagem de ida e volta, 27 900\$00?

Quantos transmontanos se poderão «dar ao lux» de utilizar este transporte por este preço?

Valia a pena perguntar ainda: o que foi feito no ano e meio que decorreu depois da 1ª governação aberta para viabilizar estas carreiras com regularidade e segurança?

Julgamos que o actual aeródromo de Bragança reúne condições estratégicas para poder vir a ser um aeroporto com significado regional, nacional e mesmo internacional.

Dizem-nos algumas pessoas, que se têm debruçado sobre a matéria, que o aeroporto de Bragança já tem iluminação para carreiras aéreas e instrumentos de rádio modernos (inclusive rádio-farol). Afirmam que o necessário é o alargamento da sua pista para os 1500 metros.

A verificaram-se estas beneficiações tornar-se-á viável: para voos de 90 lugares, nomeadamente *charters* para os emigrantes; como pólo de desenvolvimento da região do Douro, em alternativa ao aeroporto do Porto, recebendo aqui os turistas que seguiriam pelo rio Douro (circuito turístico) até ao litoral; que podia ainda servir a região de Zamora (actualmente as suas gentes têm de se deslocar para o aeroporto de Madrid, que fica a cerca de 4/5 horas e que no caso do de Bragança ficaria a 1 hora mais ou menos); considerando ainda que a pista de Vila Real dificilmente poderá ser aumentada e a de Zamora não comporta aviões desta natureza, por razões geográficas.

É destas e de outras questões relacionadas com o futuro do aeroporto de Bragança e do seu interesse estratégico que o Governo, se quiser encarar seriamente o assunto, terá que perder o seu tempo.

É, também, da reabertura das Linhas do Caminho-de-Ferro de Trás-os-Montes, que foram encerradas pela mão do ministro do Bloco Central, Rosado Correia, que o Governo poderá dar provas de que quer resolver o problema dos transportes da nossa região.

Em suma, julgamos que o sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo poderiam ocupar melhor o seu tempo se implementassem um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional**, onde os transportes e as acessibilidades, a par do investimento público e privado, tivessem lugar de relevo.

Então, nessa altura, justificar-se-ia virem em comitiva a Bragança, até mesmo, poderiam reunir aqui o Conselho de Ministros.

■ José Brinquete

■ Eugénia Rosa

As propostas do Livro Verde da Segurança Social (III)

No artigo anterior sobre o chamado Livro Verde da Comissão do Livro Branco da Segurança Social («Avante!» de 24.7.97), mostramos que as grandes questões cuja resolução garantiria, a nosso ver, a sustentabilidade financeira futura da Segurança Social, ou foram ignoradas ou não mereceram o tratamento que a sua importância exigia por parte daquela Comissão nomeada pelo governo.

Efectivamente, questões como a fuga e a evasão maciça ao pagamento de contribuições, que fazem perder à Segurança Social, todos os anos, mais de meio milhão de contos de receitas; o aumento contínuo das dívidas das empresas à Segurança Social, que já ronda os 500 milhões de contos a preços correntes, e que nos últimos anos tem crescido a uma média de 50 milhões de contos por ano; as dívidas do Estado à Segurança Social que, segundo o grupo da Comissão liderado pelo Dr. Correia Campos, atingem 1.200 milhões de contos a preços correntes, mas de acordo com o grupo do Prof. Boaventura Santos somam já 7.300 milhões de contos, a preços de 1996; o pagamento pelo Regime Geral de prestações não contributivas, como acontece com uma parcela significativa da pensão mínima deste regime, que contribui também para a sua contínua descapitalização (só em 1995, cerca de 259 milhões de contos); um sistema do cálculo das contribuições das empresas desactualizado, que gera desigualdades e perdas importantes de receitas; um chamado sub-regime dos independentes, composto por uma série de mini-regimes, cujos custos não estão devidamente avaliados, onde a manipulação das contribuições, o pagamento de taxas inferiores às necessárias à cobertura financeira dos custos de cada mini-regime, continuam a ser práticas correntes; etc. Em resumo, questões fundamentais, cujo estudo aprofundado das "diversas alternativas e a apresentação de propostas de medidas" devia ter sido feito pela Comissão do Livro Branco da Segurança Social, como estabelecia a Resolução do Conselho de Ministros que a criou, mas que esta não realizou.

Enquanto a Comissão deu reduzida importância a estas questões fundamentais, a nosso ver, para garantir a sustentabilidade futura da Segurança Social, em relação ao plafonamento dos salários, uma questão de tão grande agrado das sociedades gestoras de fundos de pensões e das seguradoras, o grupo da Comissão liderado pelo seu presidente, o Dr. Correia Campos, prestou um cuidado muito especial, ocupando grande parte da sua atenção e tempo. E isto apesar da sua implementação, para além de violar o princípio da solidariedade em que assenta toda a Segurança Social, gerar, quanto muito, poupanças líquidas só daqui a 15 anos (porque durante os primeiros 15 anos, de acordo com os seus próprios defensores, só determinará perdas de receitas), avaliadas em apenas 19 milhões de contos por ano, a preços actuais. Este valor que, face ao aumento de receitas que poderiam ser obtidos, como referimos, com medidas eficazes, é ridículo, levou um dos seus grandes defensores, o Dr. Bagão Felix, vice-presidente do grupo segurador do banqueiro Jardim Gonçalves, a confessar que a implementação do plafonamento dos salários visava, não a garantir a sustentabilidade da Segurança Social, mas sim "evitar, definitivamente, o culto da monoddependência estatal" (Diário Económico, 31.07.97); portanto, um objectivo estranho aos fixados pelo governo à Comissão do Livro Branco da Segurança Social.

Os cenários do grupo do presidente

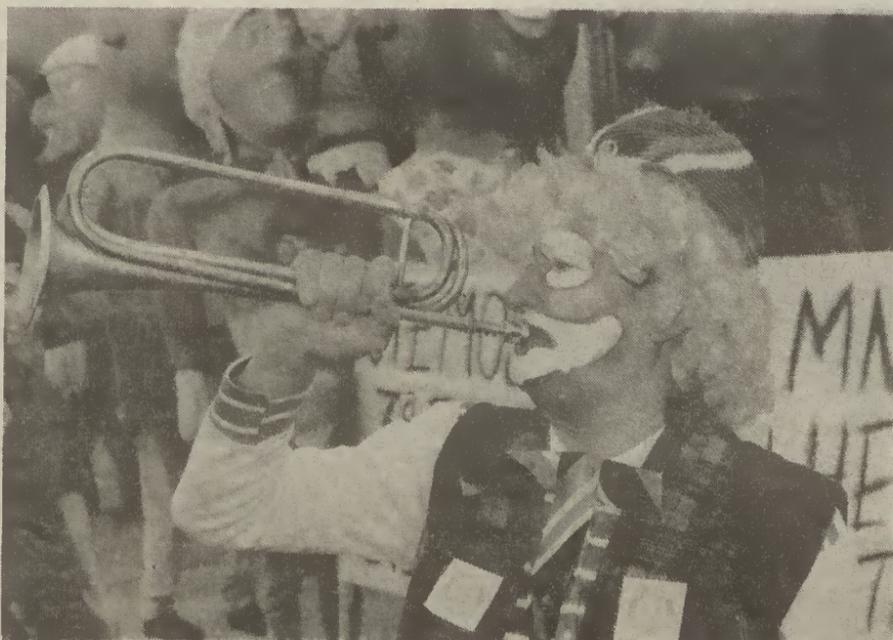
Afastando sem justificação consistente o estudo aprofundado daquelas questões fundamentais, o grupo da Comissão liderado pelo seu presidente, Dr. Correia Campos, construiu quatro cenários alternativos, todos eles, como iremos ver, assentes em hipóteses arbitrá-

rias de crescimento do emprego, da produtividade, do PIB, etc., para um período irrealista de 50 anos (como sabemos, nem o próprio governo consegue acertar nas suas previsões para cinco anos, que credibilidade podem merecer as previsões de uma Comissão que as faz para 50 anos, num mundo em profunda e vertiginosa mudança?).

E os cenários que construiu são quatro, a que chamou: - Cenário Base, Cenário V1, Cenário V2 e Cenário V3. Vejamos, embora sucintamente, cada um deles.

De acordo o Cenário Base, a ruptura do equilíbrio financeiro da Segurança Social teria lugar no ano 2015. Segundo o Cenário V1, que assenta na redução progressiva da chamada taxa de substituição (% que a 1ª pensão representa em relação ao último salário líquido recebido pelo trabalhador que se reforma) de 80% para 70%, registar-se-ia um adiamento de ruptura em cerca de 5 anos, ou seja, a partir do ano 2020. De acordo com o Cenário V2, que pressupõe o aumento do período de cálculo da pensão dos actuais 15 anos para 25 anos, verificar-se-ia um adiamento da ruptura do equilíbrio financeiro também de cinco anos, portanto um resultado idêntico ao da medida anterior. Finalmente, segundo o Cenário V3, que assenta no aumento da idade de reforma dos actuais 65 anos para 68 anos, observar-se-ia um adiamento da ruptura financeira idêntica à registada nos dois cenários anteriores, ou seja, também de cinco anos.

Em resumo, segundo o próprio grupo liderado pelo presidente da Comissão do Livro Branco, Dr. Correia Campos, a introdução simultânea das medidas anteriores - redução da taxa máxima de substituição de 80% para 70%; aumento do período de cálculo da pensão dos actuais 15 anos para 25 anos; aumento da idade de reforma de 65 anos para 68 anos - não resolveria a longo prazo o problema da sustentabilidade financeira da Segurança Social, apenas adiará a ruptura do equilíbrio financeiro da Segurança Social em cerca de 15 anos; ou seja, no lugar de ela ter lugar no ano 2015, dar-se-ia a partir do ano



2030. Em resumo, o problema apenas ficaria adiado por mais 15 anos, o que significa que este tipo de medidas são simples paliativos de acordo com as confissões dos seus próprios defensores.

Propostas que não garantem a sustentabilidade

Curiosamente, embora este grupo da Comissão apresente estes cenários de rupturas, com carácter de determinismo e inevitabilidade, o que só poderá ser determinado por uma auto-suficiência e um pretensiosismo pseudocientífico (quem é que num mundo em vertiginosa mudança, poderá ter a pretensão de fazer previsões a 50 anos?), no entanto nos capítulos finais intitulados "Estratégia da Reforma" e "Conclusões" (págs 198 a 209 do Livro Verde), que contém as propostas por ele defendidas, várias das medidas em que assentaram a construção daqueles cenários de ruptura inevitável - redução geral da taxa de substituição, aumento da idade de reforma, etc., - são abandonadas, o que leva a pensar que nem os próprios autores dessas previsões acreditam verdadeiramente nelas, pois, caso contrário, por uma questão até de coerência, deveriam incluir

todas as medidas referidas nas suas propostas finais.

Efectivamente, o que o grupo do presidente da Comissão vem a defender como "Estratégia da Reforma" e nas "Conclusões" é o financiamento integral por parte do Estado do chamado subsistema de solidariedade (regimes não contributivos), do sistema de acção social, e a responsabilidade partilhada do Estado em relação às isenções e bonificações de taxas, redução de receitas e aumentos de despesas por antecipação da idade de reforma, o que não deixa de ser correcto, embora deixe de fora, por ex., a parcela não contributiva da pensão mínima do regime geral; é o plafonamento dos salários e a criação de uma pensão complementar obrigatória gerida maioritariamente por entidades privadas, que nada contribui para a sustentabilidade futura da Segurança Social, como já mostramos, e como também já confessaram muitos dos seus mais acérrimos defensores; é a flexibilização da idade de reforma entre 62 anos e mais de 65 anos; é o aumento do período de cálculo da pensão dos actuais 15 anos para 25 anos, é a variação regressiva da taxa de substituição entre 100% (para as pensões até a um salário mínimo nacional) e 70% (para pensões até 5 salários mínimos nacionais); é a tributação das prestações da Segurança Social em categoria A do IRS; etc. Em resumo, medidas, algumas delas correctas, que não resolvem o problema da sustentabilidade financeira futura da Segurança Social.

Comentários finais

De acordo com o próprio grupo da Comissão liderado pelo seu presidente, Dr. Correia Campos, só no ano 2015 é que se verificaria a ruptura do equilíbrio financeiro da Segurança Social. No entanto, o Cenário Base que levou a esta conclusão assenta sobre as seguintes hipóteses: - até ao ano 2000, o emprego apenas crescerá 0,25%, e nos 5 anos seguintes apenas 0,15%, para, a partir do ano 2010 até ao ano 2050, o emprego nunca mais aumentar. Em relação à produtividade, até ao ano 2020 crescerá 2,5%, e partir deste ano apenas 1,5%. Como consequência, o crescimento económico seria apenas de 2% até 2020, e a partir deste ano somente 1,5%. Portanto, longe vão as pretensões de aproximar o nível de desenvolvimento económico e de vida do nosso país do

da UE. Por outro lado, é difícil de aceitar que o emprego deixará de crescer em Portugal como defende a Comissão, e que o aumento de produtividade, com as profundas e vertiginosas mudanças que se verificam no campo tecnológico, se reduza para 1,5%.

Para além disso, a ruptura do equilíbrio financeiro da Segurança Social no ano 2015 assenta, como já mostramos: (1) Na ausência do combate à evasão e à fraude que se verifica em larga escala no campo do pagamento das contribuições para a Segurança Social, e não só na área fiscal; (2) Na ausência do pagamento das dívidas das empresas à Segurança Social que rondam já os 500 milhões de contos a preços correntes; (3) No não pagamento da dívida do Estado ao Regime Geral, que segundo o grupo do presidente, Dr. Correia Campos, ronda os 1200 milhões de contos a preços correntes, mas que de acordo com o grupo da mesma Comissão liderado pelo Prof. Boaventura Santos atinge já 7.300 milhões de contos a preços de 1996; (4) Na manutenção de um sistema desactualizado de cálculo das contribuições das empresas para a Segurança Social; (5) Na manutenção de um Sub-regime de Independentes, que continuando a permitir a manipulação de carreiras contributivas e de bases de cálculo de contribuições, e mantendo taxas que não cobrem os custos dos benefícios prestados, determina todos os anos prejuízos que crescem continuamente.

EM FOCO

■ Zillah Branco

Brasil

País do passado

A situação do povo brasileiro – com toda a riqueza do seu território, a criatividade da sua gente, a cordialidade e alegria, a contenção da inflação, o brilhantismo académico da equipa governante, etc. – não permite que seja superado o velho refrão popular: «*Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come.*» O Brasil, esperança de tantos, parece ter ancorado no passado colonial mesmo com a troca de metrópole mandante. Para falar claro, os portugueses do século XVI hoje são substituídos pelos agentes vindos do Norte (americanos ou sócios transnacionais).

Toda a brilhante elite intelectual (a começar no Presidente da República) que paira acima da realidade nacional e discute as hipóteses teóricas elaboradas em gabinete, reconhece que a sociedade é injusta, que as disparidades económicas aumentam, que mais de 50% da população sobrevive abaixo do nível de miséria. Mas ninguém quer assumir a culpa. Deixam-na por conta de Deus, do destino, ou da origem colonial e escravista do país. Sociólogos e economistas usam toneladas de papel para divulgar as suas teorias complicadas e vazias, os meios de comunicação social reduzem os factos históricos à dimensão dos seus próprios objectivos, cronistas da história nacional seleccionam trechos dos acontecimentos saltando as referências às razões subjacentes que politicamente não convém recordar, professores de administração e gestão empresarial dão receitas fantásticas para produzir riquezas sectoriais em substituição à que se esbanja a nível nacional.

Tudo mentira, cinismo, maldade, oportunismo, irresponsabilidade, que só encontra adeptos porque a grande massa está condicionada pela ideologia da dependência e da alienação, é manipulada para consumir inutilidades, drogas e perversões, recebe aulas de ignorância e fraudes. Nestas matérias há grandes mestres, alguns doutorados e outros práticos licenciados. O que se assiste neste belo e rico Brasil é uma sequência de crimes não só contra o seu povo mas contra toda a humanidade. São quase 160 milhões de habitantes: a esmagadora maioria explorada e os demais exploradores directa ou indirectamente, como se do desenrolar da história da ciência e do conhecimento mundial tivesse restado apenas o lado mau. É um Estado que tornado Mínimo se transforma no algoz dos que dele dependem e no garante de uma minoria autoritária que fala em nome da democracia.

Senhores e escravos, elite e povo

Até hoje, os herdeiros das sesmarias e das oligarquias nascidas nos tempos coloniais prejudicam o desenvolvimento do sector rural brasileiro. No final do século XX sobrevive uma cultura escravocrata, de grandes senhores rodeados dos seus próprios homens de armas fazedores das suas próprias leis, a velha oligarquia que mina o

desenvolvimento de todos os países subdesenvolvidos. Fazem pensar nos primórdios da ocupação colonial. A bem da verdade, mais do que os resquícios do que ocorreu, há quatro séculos, pelas mãos lusitanas, pesam as estratégias político-económicas adoptadas pelos governantes brasileiros que, depois da independência nacional e da proclamação da República, mantiveram o poder de elites privilegiadas e impediram a necessária reforma agrária e a democrática distribuição de riquezas.

Ainda hoje se pratica a escravidão de negros e também de brancos, de brasileiros miseráveis por brasileiros ou estrangeiros exploradores e criminosos. As *escravas Isauras* do passado inspiram telenovelas, assim como a valiosa obra de autores como Gilberto Freire e tantos outros esclarece sobre a história pretérita que marcou a cultura presente. Mas, nem uma nem outras explicam porque as crianças no Brasil de hoje são escravizadas na produção do carvão ou no corte da cana ou porque nas empresas urbanas o assédio sexual dos patrões repete os exemplos ocorridos nas ancestrais «*casas grandes e senzalas*».

Ao contrário do que pretendem os políticos que manipulam irresponsavelmente conceitos da ciência social para *explicar com compungido fatalismo* a injustiça social que predomina na socie-

dade brasileira, qualquer pessoa que observe a realidade constata que à elite dominante interessa manter as condições do passado de controlo do poder económico, social e político mesmo que tal anacronismo manche o país com a imagem do atraso denunciado nas avaliações internacionais. Transcreve informações insuspeitas: segundo a *Heritage Foundation* e o *Wall Street Journal*, que classificaram 150 países quanto à economia, o Brasil está em 94º lugar, acima da Venezuela mas abaixo do Paquistão: o *Forum Económico Mundial* atribui o 48º numa lista de 49; para o instituto *Freedom of the World*, aparece em 97º lugar em 103 países e, para o banco *American Express*, o Brasil está no último grupo ao lado do Zimbabwe.

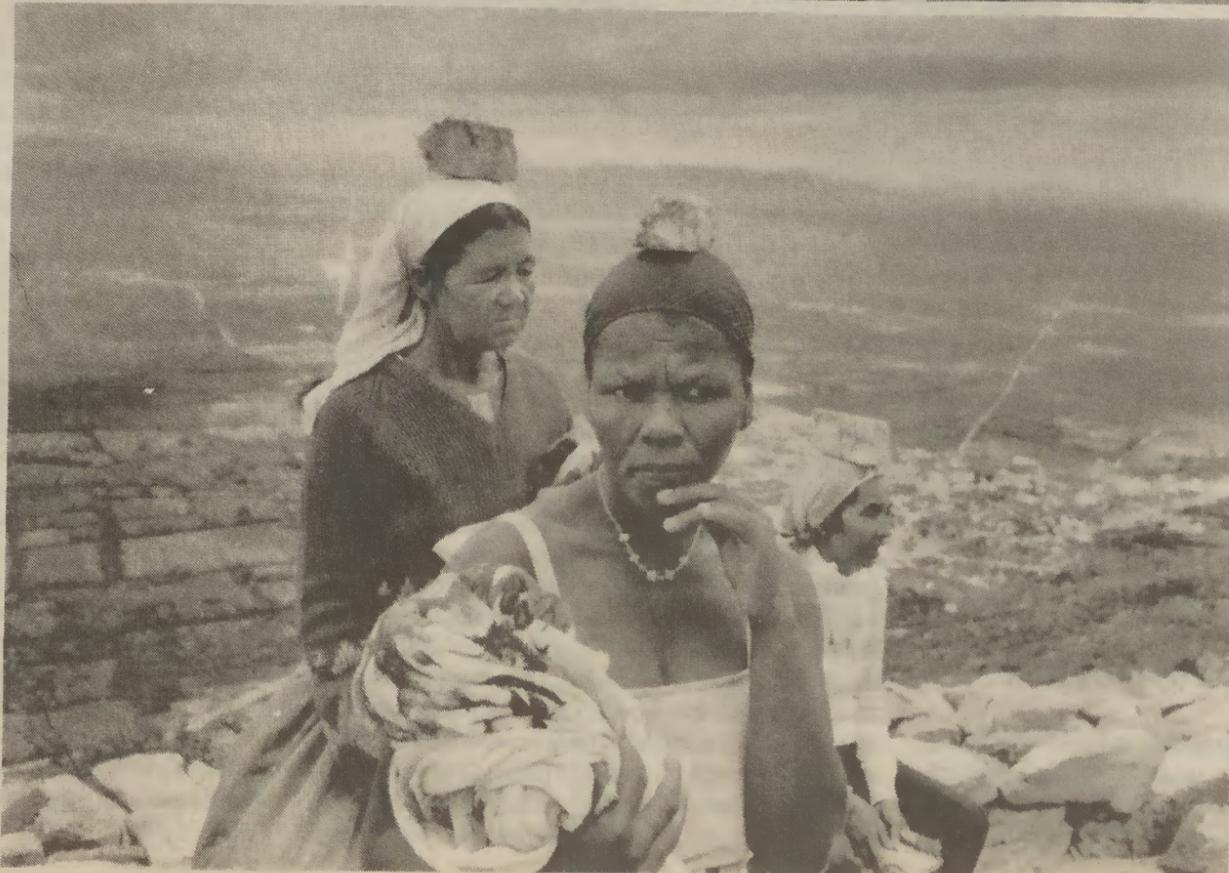
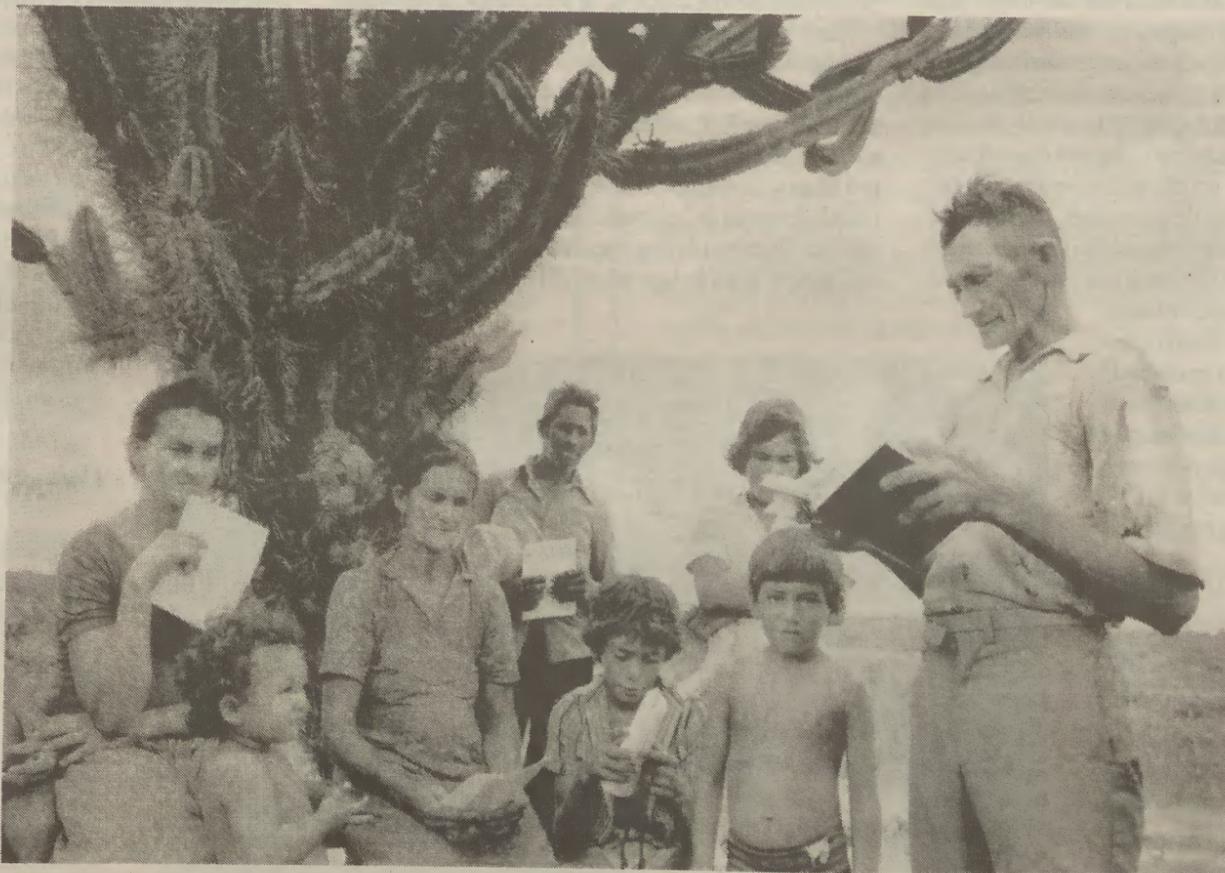
Atribuir tal situação ao rumo traçado no século XVI é história da carochinha. A responsabilidade é dos donos do poder de hoje que defendem os seus congéneres de ontem. Nem a história nem o povo do presente sofrem hoje os efeitos do passado colonial. O Brasil tornou-se independente em 1822 e proclamou a República em 1889. Não fossem os governantes pretenderem substituir os colonizadores e imperadores mantendo o povo na miséria e sem participação nas riquezas e nas decisões nacionais, todas as condições sempre existiram para que o país se desenvolvesse equilibrada e honradamente.

A imagem que o brasileiro comum tem do português, também

comum, é solidária. Vêm-no como o imigrante chegado da Europa em busca de melhores condições de vida, com uma cultura diferente, mais apetrechada para enfrentar os desafios da vida urbana e com pouca malícia e menos *gingada* de corpo para o samba. Nada tem a ver com as crueldades dos colonizadores ou com o sistema latifundiário que nasceu das capitânias hereditárias. É uma imagem fraterna, com identidades que facilitam o entendimento e diferenças que alimentam o intercâmbio cultural e a miscigenação. Sabem que Portugal é um país pobre, também vitimado pelos oligarcas nacionais e parasitas estrangeiros.

A investigação intelectual revela a integração na cultura brasileira da música, do teatro, da literatura, dos hábitos domésticos, da culinária, das técnicas artesanais. Não fossem os estudos feitos e o brasileiro actual pensaria que toda esta herança foi gerada no seu país.

Esta identidade natural não sofre qualquer alteração com a vida dos *grande senhores* modernos – com grandes fortunas, sonoros nomes de famílias tradicionais ou elevados cargos políticos, com a posse de modernos colonizadores – que chegam de Portugal sentindo-se como os novos D. João VI e querendo aparentar a força dos primeiros navegadores perante os indígenas. Fazem uma triste figura e são vistos como simples patrões, iguais aos de qualquer outro país, e até mesmo com prestígio inferior aos que falam outro idioma e lidam com outras moedas. Os laços que tentam agora criar como o Portugal da União Europeia serão sempre insignificantes e artificiais comparando-se com os que historicamente se consolidaram nas duas culturas entrelaçadas.



EM FOCO

Traços institucionais comuns

Apesar das influências, ao longo da história, de modelos institucionais norte-americanos ou franceses, a origem administrativa portuguesa está presente na organização do Estado. Também o traçado de muitas cidades antigas lembram o modelo pombalino, as cores do Alentejo, a antiga arquitectura portuguesa. E como se tivessem restado a forma antiga cristalizada. Nem tudo é positivo, justamente por causa da ausência de evolução. Um exemplo é o peso da burocracia nos serviços públicos que consegue ser pior do que a que se enfrenta em Portugal. Mas o que mais falta faz, comparativamente, são as influências que circularam na Europa depois da Revolução Francesa e, mais tarde, com os movimentos sociais do século XIX, dando origem à conscientização e organização dos trabalhadores que passaram a exigir os seus direitos.

Como se disse acima, as carências não são devidas ao modelo implantado no Brasil pelos colonizadores mas sim à incompetência criminosa dos herdeiros do poder governamental e ao bloqueio às pressões sociais (que arejaram a Europa beneficiando Portugal) com a manutenção das carências económicas e sociais que obriga a maior parte da população a lutar exclusivamente pelo prato de comida.

A democracia e os direitos do homem no Brasil são uma fachada adoptada pelos governos oligarcas que vieram logo após os ensaios republicanos. Nestes aspectos, qualquer semelhança em Portugal é mera coincidência. Talvez pelas características de subdesenvolvimento e dependência que os dois países carregam, apesar de caminhos históricos diferentes. E, sob o império de neoliberalismo que se expandiu como vírus globalizante, é natural que muitos azares irmanem não só Portugal e Brasil mas todos os demais países dependentes deste depauperado e poluído planeta.

Significativas diferenças

A ditadura salazarista teve continuidade no governo de Marcelo Caetano que pretendeu modernizar o regime sem abdicar da velha estrutura de poder. Foi derrubada por uma vanguarda militar pressionada e apoiada por amplos sectores organizados da sociedade. As antigas lutas dos trabalhadores, um sólido Partido Comunista com acção nacional, o repúdio de uma população esmagadora e os ideais libertários de uma intelectualidade inspirada nos movimentos sociais da Europa, traçaram um novo rumo para Portugal que ainda não foi destruído passados 22 anos, apesar da social-democracia, do neoliberalismo e da globalização.

O golpe militar que implantou a ditadura no Brasil em 1964 organizou o país de acordo com o projecto imperialista comandado pelo FMI: reprimiu com violência todas as formas de oposição, anulou os direitos de cidadania, fortaleceu o poder económico centralizado, abriu as portas à formação militar norte-americana, implantou no ensino e nos meios de comunicação



social as fórmulas antidemocráticas para apagar da consciência nacional as noções de liberdade e de direitos humanos.

Conseguiram o que Marcelo Caetano não alcançou: venceram uma geração, sobretudo de jovens empresários e políticos, de que a ditadura havia sido uma revolução. Enganaram muito boa gente (que não vivia do salário mínimo) com o milagre brasileiro, fruto da disciplina férrea no combate à inflação às custas do achatamento salarial, da centralização da economia, da abertura ao capital estrangeiro com um endividamento que, de 4,4 mil milhões de dólares em 1969, chegou a 101 mil milhões em 1986, e ainda do empobrecimento de vasto sector marginalizado da sociedade.

Quando o desgaste causado pela ausência de eleições democráticas e a continuada repressão social começaram a incentivar uma oposição ampla que reunia sindicatos, base da Igreja Católica, democratas e até conservadores que prezavam o sentido da dignidade; quando os excessos de sadismo na prática policial e os vínculos com as redes mafiosas internacionais revelaram a existência de um poder paralelo subterrâneo nas forças militares e, sobretudo, quando os efeitos milagrosos de uma economia dependente entraram em crise, os ditadores decidiram que as organizações sociais estavam suficientemente desmanteladas para poderem criar uma alternativa ao rumo de subalternidade ao imperialismo consolidado em 21 anos.

Estava aberto o caminho à social-democracia com os projectos neoliberais já testados no Chile com Pinochet e na Inglaterra com Thatcher. Dispensava-se a imagem do poder militar ditatorial num sistema sociopolítico inteiramente manietado pelas leis do capitalismo perverso. A abertura democrática pacífica transmitiu dois graves problemas que ameaçam os brasileiros por muitos anos: o «entulho autoritário», que permanece na máquina do Estado com os esquemas de corrupção, nepotismo e impunidade como fundamento de uma justiça classista, e a hipoteca da riqueza nacional a ser paga pelas novas gerações às custas do sacrifício dos recursos básicos de existência (saúde, educação, previdência social, habitação e emprego).

Globalização do esbulho

Conforme diz Hans-Peter Martin no seu livro «A Armadilha da Globalização – O Ataque à Democracia e ao Bem-Estar» (best-seller em toda a Europa mas ainda não editado no Brasil), adopta-se uma política económica específica, fruto de leis nacionais e tratados internacionais que favorecem acima de tudo a liberdade de circulação do capital e mercadorias, corrói o pacto social que sustentou as principais democracias do século XX, permite que as grandes empresas paguem cada vez menos taxas (o que resulta em problemas de défice público e na concentração das rendas). Os governantes hoje eleitos são fantoches do mercado financeiro e, mesmo que nas suas campanhas eleitorais prometam atenção aos problemas sociais, estão condicionados para anular as conquistas populares e exercerem uma democracia autoritária, para não dizer ditadura disfarçada.

Os problemas sociais no Brasil são gravíssimos e tudo indica que ficarão piores por duas razões muito claras: os recursos nacionais são utilizados para encobrir falências bancárias, perdoar as dívidas de imposto territorial aos latifundiários e de Previdência Social aos grandes empresários e manter o esbanjamento legalizado pelo Governo para garantir a existência nababesca de uma elite política que aparenta a existência democrática. Para além das falcaturas descobertas sempre pelos media antes da polícia e do sistema fiscal oficial, uma pequena amostra do esbanjamento autorizado pelo Governo: cada deputado federal recebe mensalmente, além do seu gordo salário, uma verba equivalente a 20 mil dólares para contratar profissionais de apoio e contratar ser-

viços no seu gabinete (segundo consta, os senadores recebem mais de 70 mil dólares para o mesmo fim). Mas ainda existe a seguinte marosca: se um deputado é substituído pelo seu suplente, conserva o salário e, se o suplente for substituído por outro suplente, idem. O que se esbaja no Planalto dava para solucionar o problema da saúde pública no país, ou da educação básica para atender os 160 milhões de brasileiros.

A questão da justiça é comparável à da distribuição da renda – justiça de primeira, com toda a rigidez da lei para os brasileiros de segunda e justiça branda e compreensiva para os cidadãos de primeira. Enquanto o líder do Movimento dos Sem Terra é condenado a 26 anos de prisão por um crime que não cometeu, apesar de demonstrada a sua ausência no local e das testemunhas de acusação não terem aparecido no Tribunal, os jovens de «boas famílias» que premeditaram previamente um crime hediondo deitando dois litros de álcool sobre o corpo de um cidadão – o índio Galdino – que dormia na rua, e ateando fogo, têm a sua pena abrandada por consideração «à falta de intenção de matar» e poderão responder em liberdade ao processo generoso. Coincide que a juíza Sandra de Santis Mello é a mesma que, ao condenar um gang que matou um estudante de 16 anos em 1994, «chorou com pena das mães dos assassinos». Coincide ainda que este exemplar da justiça é casada com o ministro do Supremo Tribunal – Marco Aurélio de Mello – que ficou famoso por perdoar um estupro de uma menor de 12 anos «por ter ela a aparência de uma mulher que consentiu a relação sexual». Estas coincidências todas deixam a amarga sensação de que os resquícios da crueldade, sadismo, autoritarismo, impunidade, perversão social, herdados dos 21 anos de ditadura, permanecem, no mais alto escalão da sociedade.

O povo brasileiro hoje não pode confiar nas ditas instituições democráticas e nos ocupantes do poder. Evidentemente tentará sobreviver como se estivesse na selva, fazendo a sua justiça e imitando heróis mais bem sucedidos.

– As fotos que ilustram este artigo são de Sebastião Salgado e foram tiradas do volume «Terra» na edição da Editorial Caminho.

A «zanga» da CAP

Inesperadamente, a CAP abriu fogo cerrado contra o actual ministro da Agricultura, Gomes da Silva, aliás um homem que, antes das suas responsabilidades governativas, era tido como próximo desta associação. Quem saiu à estacada contra o governante foi José Andrade, actual presidente da CAP e, no passado, efémero deputado pelo CDS.

Diz José Andrade que «Gomes da Silva é um incapaz», argumentando que «das 25 medidas que ficaram assentes» entre o Governo e a CAP através de um acordo estratégico, «só foi aplicada uma e mal», pelo que a CAP suspendeu a sua participação no referido acordo estratégico. Mas vai mais longe, o novel presidente da CAP: considera que «Gomes da Silva está a criar manobras para dividir a classe e diluir o peso da CAP», especificando que o ministro

PONTOS CARDEAIS

«tem desrespeitado o estabelecido por António Guterres», que - José Andrade *dixit* - «assumi pessoalmente com a CAP o compromisso de se criar uma lei de representatividade». Acrescenta ainda que «tenho dúvidas de que algumas organizações agrícolas sejam independentes do poder político». Na sua espreteza salaia, o

«agricultor» Andrade quase se denunciava: na verdade, o que não há dúvidas é que o poder político em Portugal não tem sido independente de algumas organizações agrícolas. Concretamente, o poder político não tem sido independente da CAP, a quem há mais de uma década faz todos os fretes e dá todas as prebendas, a começar pelos célebres fundos comunitários para a agricultura portuguesa, que têm ido parar quase inteirinhos às mãos dos grandes agrários a quem a CAP sempre representou. Assinale-se, entretanto, a crua inconfidência do presidente da CAP sobre os compromissos assumidos «pessoalmente» pelo primeiro-ministro com esta organização, o que só confirma que, também aqui, a política do Governo de António Guterres em nada se distingue da que foi executada pelo cavaquismo. Quanto às reais queixas da CAP contra o actual ministro, o próprio Andrade dá uma pista, ao afirmar que «os políticos anteriores eram mais sensíveis a responder às necessidades dos agricultores». Traduza-se: a «teta» está mais vigiada, pelo que a CAP se queixa de não ver a «mama» a escorrer tão à vontade como no passado... Tudo o resto é conversa fiada, assenta em distorções e mentiras descaradas (como, aliás, o próprio ministro já denunciou, ao acusar Andrade de mentiroso no que toca ao cumprimento das 25 medidas acordadas entre eles), um estilo, aliás, característico desta agremiação dita de agricultores e criada, essencialmente, para defender os interesses dos grandes agrários.

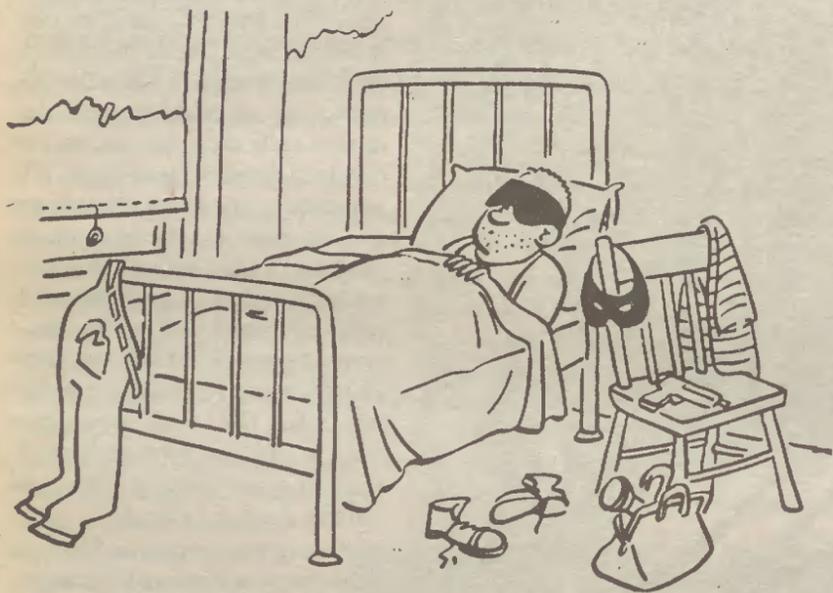
O candidato e os intestinos

O general Carlos Azeredo, candidato numa aliança PSD/PP à Câmara Municipal do Porto, continua desconcertante nas suas intervenções públicas e, aparentemente, nem o seu desastroso escrito sobre o ouro nazi o fez ponderar melhor o que escreve e diz. Confrontado há dias pelos jornalistas com as divergências que grassam no PP a propósito da sua candidatura, o candidato respondeu, vertiginosa e muito marcialmente, duas coisas no mínimo contraditórias entre si: primeiro, que «o que se passa nos partidos não sei, nem quero saber e quase que tenho raiva a quem sabe», depois, que «não pertença a nenhuma esquadra da política portuguesa, quer seja PPD, quer seja PP, que aliás me apoiam e pelos quais tenho muito apreço». Talvez por temer que os jornalistas não conseguissem acompanhar a velocidade do seu raciocínio, o general rematou com o recurso a uma figura de retórica de fina extracção, voltando-se para a jornalista que o interpelara e acrescentando: «Gosto, por exemplo, muito de V. Excia. Mas não sei o que se passa nos seus intestinos...» Esperemos que o general saiba, pelo menos, o que se passa na sua própria cabeça.

Custos a triplicar?!...

A notícia, surgida anteontem no *Diário de Notícias* sobre o futuro Metropolitano do Porto, é chocante em si mesma: a sociedade Metro do Porto, presidida por Fernando Gomes, também presidente da edilidade portuense,

decidiu escolher a solução subterrânea contra a recomendada solução de superfície proposta pelos técnicos, triplicando assim os custos do empreendimento. Ou seja, o Metropolitano assente sobretudo em vias de superfície custaria entre 40 e 60 milhões de contos, enquanto a opção maioritariamente subterrânea atira os custos para 160 milhões de contos. Aliás, qualquer leigo percebe porquê: a cidade do Porto está assente em granito, pelo que as perfurações em tal solo levantam não apenas problemas técnicos complicadíssimos mas, sobretudo, desencadeia uma despesa descomunal e perfeitamente dispensável. Que levou Fernando Gomes e seus pares a tão irracional medida? Um bairrismo exacerbado, que quer à viva força ter um Metropolitano subterrâneo para ser «igual ao de Lisboa»?!... É evidente que não. Fernando Gomes e seus pares podem ser peritos na demagogia eleiçoeira, mas não podem ser idiotas chapados. O que levou Fernando Gomes e seus pares a optar pelo Metro subterrâneo tem outra origem, bem concreta e identificada. Segundo a notícia, «as empresas de construção, nomeadamente as especialistas em túneis, estão por trás de pressões junto da sociedade promotora do investimento para que o Metro do Porto fosse essencialmente subterrâneo». Se assim é, estamos perante um escândalo nacional. Se assim não é, torna-se indispensável e urgente explicações concretas por parte de Fernando Gomes, do PS e do próprio Governo.



PONTOS NATURAIS

Canção Infantil

Formiguinha foi à festa
tão longe dos dias vão.
Estrelas, pessoas, árvores
tudo era ser irmãos.

Formiguinha foi à festa.
- Por que vais tão amorosa?
- Porque esta festa é minha
porque esta festa é nossa.

Formiguinha foi à festa
com o seu vestido novo
festa de uma vez por ano
assinada pelo povo.

Formiguinha foi à festa
disse a velha dos balões:
- Averte-te menina
enquanto não tens prisões.

Formiguinha foi à festa
e comprou uma pulseira
feita dos pequenos astros
que estão à venda na feira.

Formiguinha foi à festa
tentou-se por um colar
feito de puros desejos
que andam dispersos no ar.

Formiguinha foi à festa
mercou um par de sapatos
com as solas de luar
pra nunca mais serem

[gastos.

Formiguinha foi à festa
e cantou o que sabia
e mais aquelas toadas
que lhe ensinou a alegria.

Formiguinha foi à festa
para encontrar o seu par
andou-lhe a cabeça à roda
no fim de tanto dançar.

Formiguinha foi à festa
com o seu vestido novo
semeou o corpo franzino
no imenso corpo do povo.

Formiguinha foi à festa
e não parou um instante
até a noite gastar
o seu último diamante.

«Formiguinha,
[formiguinha
(ouviu sua mãe chamar)
Formiguinha já é dia
são horas de ir
[trabalhar.»

Já era dia. Já era.
A noite já se abalava.
Formiguinha abriu os olhos.
Com um pé dançava ainda
com o outro já caminhava.

Mário Castro



AGENDA

Carlos Carvalhas no Montijo

Sábado, dia 20

19,30 h. - **Inauguração do Espaço CDU no Montijo**

(Av. João XXI, junto à Caixa de Crédito Agrícola)

21,30 h. - **COMÍCIO FESTA DA CDU**

nos Jardins da Casa Mora, no Montijo

AMADORA

Apresentação pública dos candidatos CDU aos órgãos autárquicos do Concelho: sábado, dia 20, às 15 h., no Cine-Teatro Municipal D. João V. Participa o camarada Luís Sá.

ALCABIDECHE

Encontro CDU da freguesia sobre as eleições autárquicas: sábado, 20, às 15,30 h., na Sala do Montepio (R. João Pires Correia).

BARREIRO

Festa CDU «Viver e amar o Barreiro» - Domingo, 28, a partir das 10 h., na Av. Bento Gonçalves, com a participação de Luís Sá.

CARCAVELOS

Plenário da CDU, sobre as eleições autárquicas, programa eleitoral e acções a desenvolver: dia 21, domingo, às 16 h.

CASTRO VERDE

Encontro concelhio da CDU, aberto à população, que inclui o balanço da actividade desenvolvida na preparação das eleições: sábado, dia 20, com início às 17,30 h., na Esc. Secundária de Castro Verde. Jantar-convívio no final.

CANTANHEDE

«Praça viva - Para uma nova política cultural» - iniciativa cultural que decorrerá domingo, dia 21, no Largo D. João Crisóstomo, em **Agueiro**, com a participação de jovens pintores, fotógrafos e músicos do concelho de Cantanhede. A partir das 15 h.

ENTRONCAMENTO

Jantar de apresentação de candidatos: sábado, 20, no restaurante «Subeca» (R. D. João II), às 19,30 h., com a participação de **Sérgio Ribeiro** (Inscrições: tels. 67445 e 65965, do Entroncamento).

ERMESINDE

Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à Assembleia de Freguesia: no CT do PCP, dia 20 às 17 h.

FERREIRA DO ZÊZERE

Almoço-convívio da CDU no restaurante «Flor do Zêzere» (junto aos Bombeiros): domingo, 21, às 13 h.

LOURES

Plenários CDU em Fanhões (hoje, 18, às 21 h., no CT do PCP), **Prior Velho** (sexta, 19, às 21 h., no Salão da JF), **Sta. Iria da Azóia** (sexta às 21 h., no CT do PCP), **Sacavém** (sábado, 20, às 16 h., no CT do PCP) e **Lousa** (sábado, às 16 h., na Adega do cam. Zé Clemente).

Sto. António dos Cavaleiros - Vídeo-festa com a banda «Trifty»: no Largo da Entrada, dia 19 às 21 h.

Bucelas - Concerto da Juventude CDU com os «Três de Abril»: sábado, 20, às 21,30 h., no Lg. Espírito Santo.

MAFRA

Plenário CDU para preparação da intervenção eleitoral da CDU na freguesia e no concelho: dia 23 às 21,30 h., no CT do PCP.

MARCO DE CANAVEZES

Turismo e património histórico - Debate com a participação dos especialistas **Joana Baldaia Moreira** e **João Belmiro Silva** e dos candidatos da CDU **Soledade Coutinho Varela** e **Rodrigo Lopes Pinto**: dia 19 às 21,30 h., no Auditório Municipal.

MATOSINHOS

Reunião de activistas e apoiantes da CDU em Perafita, para preparação das eleições autárquicas: sábado, dia 20,



AUTARQUIAS

CDU

para fazer
o que é preciso.

PCP-PEV

às 17 h., em casa do cam. Domingos Costa (Trav. D. Francisco Manuel de Melo, 97).

MONCHIQUE

Apresentação pública do candidato da CDU à presidência da CM: terça-feira, 23, às 18 h., no snack-bar «A Nora».

S. DOMINGOS DE RANA

Encontro de apoiantes da CDU na freguesia: dia 21 no Clube Recreativo «Os Vinhais», com a participação dos candidatos CDU à Freguesia e ainda de **Demétrio Alves**, presidente e candidato à presidência da CM de Loures, **Carlos Rabaçal**, candidato à presidência da CM Cascais, **Vitor Silva**, vereador na CM Cascais, **Maria Clementina Henriques**, cabeça de lista da CDU na freguesia de S. Domingos de Rana. O encontro tem início à 10 h. e prolonga-se após um almoço-convívio a realizar no mesmo local.

SINTRA

Mudar Sintra - Encontro CDU, aberto à participação de todos os cidadãos empenhados na resolução dos problemas do concelho: sábado, 20, das 15 às 18 h., na Esc. Secundária Miguel Torga, em Monte Abraão (junto à Estação da CP de Queluz-Massamá).

Casal de Cambra - Jantar-convívio da CDU para apresentação da candidatura de Dias Melo à freguesia: no restaurante «Lamego» (R. de Lisboa), sexta, 19, às 20 h. Participa **Lino Paulo**.

TORRES NOVAS

Jantar de apresentação dos candidatos CDU, com a participação de **José Casanova**: sexta, 19, às 20 h., na «Casa das Febras» (Stº António)

VILA FRANCA DE XIRA

Festa CDU no Campo - Sábado, 20, das 10 às 19 h., no Cabo da Lezíria. Pesca Desportiva, Jogos Tradicionais, Garraída, Ranchos Folclóricos. Almoço-convívio.

Cachoeiras - Plenário CDU da Freguesia: sexta, 19, às 21,30 h., no Salão da JF.

Póvoa de Sta. Iria - Plenário CDU da Freguesia: sexta, 19, às 21,30 h., no CT do PCP.

Alverca do Ribatejo - Apresentação dos candidatos da CDU à freguesia: sábado, 20, às 16 h., na Praceta das Oliveiras / Quinta das Drogas.

S. João dos Montes - Apresentação dos candidatos da CDU à freguesia: domingo, 21, às 17 h., na sede da UDCA (A-dos-Loucos)

Reuniões e outras iniciativas das organizações do PCP

Encontro Nacional do PCP do Grupo Portugal Telecom

Lisboa - CT Vitória - 20 de Setembro de 1997
às 10h30

com a participação de

Carlos Carvalhas

ALMADA

Célula do Arsenal do Alfeite - Plenário de militantes no CT concelhio, dia 23 às 18h.

Célula da Lisnave - Plenário de militantes no CT concelhio: dia 24 às 17h30

LISBOA

Sector de Empresas da Cidade - Plenário de militantes sobre a situação política e social: sexta, 18, às 19h15 no CT da Av. Duque de Loulé.

Freguesias de Ameixoeira, Charneca, Lumiar - Plenário de militantes, aberto a amigos, sobre a situação política e eleições autárquicas, com a participação do camarada **António Andrez**: quinta-feira, dia 25, às 21h30, no CT do Lumiar.

Debate sobre a situação económica - Dia 26, sexta-feira, às 21h, no CT Vitória, promovido pela Sector Sindical da ORL e com a participação do camarada **Agostinho Lopes**.

Célula na CML - Plenário de militantes sobre a situação política e as eleições autárquicas: hoje, dia 18, às 19h, no CT Vitória.

Freguesias de Alcântara, Belém, Campolide, Prazeres e Sto. Condestável - Sobre a situação política e as eleições autárquicas, com a participação da camarada **Fernanda Mateus**: sábado, 20, às 15h, no CT de Alcântara.

Célula da Autocoope - Reunião para debate da situação política e de questões de organização (pelo reforço do trabalho de direcção): sábado, 20, às 15h, no CT Vitória.

SETÚBAL

Freguesia de S. Sebastião - Plenário de militantes para discutir linhas da campanha eleitoral e arrumação de listas: sábado, 20, às 15h, no CT do Edifício Arrábida.

OEIRAS

Plenário de militantes sobre as eleições autárquicas: sexta, 19, às 21h30, no CT de Algés.

SINTRA

Queluz - Plenário de militantes da freguesia, para discussão da lista e programa autárquicos: sexta-feira, 19, às 21h30, no CT de Queluz.

Monte Abraão - Plenário na Esc. Primária nº 1 de Monte Abraão, para discussão da lista para esta nova freguesia: sexta-feira, 19, às 21h30.

Terrugem - Plenário para discussão do trabalho autárquico: hoje, dia 18, às 21h30.

Mira-Sintra - Plenário para discussão do trabalho autárquico: sexta, 19, às 21h30.

Colares - Plenário para discussão do trabalho autárquico: quinta-feira, dia 25, às 21h30, no CT do Mucifal.

Aleida Guevara em Portugal

De visita a Portugal de 16 a 23 de Setembro, a convite da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Aleida Guevara tem uma vasta agenda de contactos com meios políticos e culturais nacionais, mas participará também em sessões públicas, das quais destacamos:

- **Hoje, quinta-feira, às 15h - Encontro-debate sobre Cuba com jovens, na Igreja Paroquial de Rio de Mouro.**

- **Ainda hoje, às 21h30, Aleida Guevara estará presente no debate que terá lugar no Hotel Roma.**

- **Sábado, dia 20,** a partir das 16h, a JCP promove um encontro com Aleida Guevara no **Bar Havana**, na Doca de Sto. Amaro, em Alcântara

- **Domingo, dia 21,** às 21h30, por iniciativa do Núcleo de Setúbal da Associação, estará presente no **Salão Nobre da CM de Setúbal** para uma sessão pública de homenagem a Che Guevara no 30º aniversário da sua morte, em que também participam Mercedes Aguilar Peña, Embaixatriz de Cuba, e a cantora Maria Guinot.

- **Segunda-feira, 22,** no termo da visita que fará à cidade de Évora, participará naquela cidade num jantar e sessão pública.

Álvaro Cunhal no Distrito da Guarda

Para participar em iniciativas de apoio à CDU e de apresentação dos seus candidatos, o camarada Álvaro Cunhal desloca-se ao distrito da Guarda nos próximos dias 19 e 20 (sexta e sábado).

Na sexta-feira, Álvaro Cunhal estará presente no jantar de apoio à CDU e de apresentação de **Júlio Lameiras** como candidato à Assembleia Municipal, que se realiza a partir das 20h em **Gouveia** - no restaurante «Panorama», junto às Piscinas Municipais.

No dia 20, o camarada Álvaro Cunhal participa, em **Scia**, de manhã, numa reunião do Conselho Coordenador Regional do PCP e, às 12h30, no almoço de apoio à CDU que terá lugar no restaurante «Nobre do Churrasco». À noite, na **Guarda**, estará presente noutro jantar de apoio à CDU que se realiza no restaurante «A Fragata».

TELEVISÃO

Quinta, 18

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Nós, os Ricos
15.15 Carmen
16.15 Antenas no Ar
17.15 Na Paz dos Anjos
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.55 As Lições do Tonecas
21.20 TV Verdade
21.50 Casa de Artistas
22.50 Royal Variety Performance (II)
00.10 24 Horas
01.10 Motores
01.50 No Calor da Noite

RTP 2

14.00 Volta a Espanha em Bicicleta
16.00 Informação Gestual
17.00 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Amigos por Acaso
22.00 Jornal 2
22.35 Paixões Secretas de Uma Mulher
(de James Lapine, Fr./Gr.Br./1990, com Judy Davis, Hugh Grant, Mandy Patinkin. Ver Destaque)
00.30 Magacine

SIC

09.10 Buêréré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Dra. Quinn
15.45 Buêréré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Indomada
22.30 Paródia Nacional
24.00 Último Jornal
00.25 O Cliente
01.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
15.45 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Voltron
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Ficheiros Secretos (4ª Série)
00.10 Doido por Ti
00.50 Fora de Jogo
01.10 A Balada de Hill Street

Amanda Burton é a protagonista de «Testemunha Silenciosa», uma série à-la-BBC que regressa com novos episódios

Sexta, 19

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Olho Clínico
14.40 Força de Mulher
15.30 Reformado e Mal Pago
16.10 Carmen
17.30 País País
18.10 País Regiões
18.25 Hóquei em Patins - Campeonato do Mundo
20.00 Telegiornal
20.55 TV Verdade
21.05 Jogos Intercidades
22.35 Rádio-Patrolha
23.35 24 Horas
00.35 Ciclismo - Volta a Espanha
00.50 Songs & Visions (Parte III)
02.10 Águas de Fogo
(de Sidney J. Furie, Can./1995, com Louis Gossett, Jr., Al Waxman, Jason Cadieux, Joanne Vannicola. Acção)

RTP 2

14.00 Volta a Espanha em Bicicleta
16.00 Informação Gestual
17.00 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sonhos Perdidos
22.00 Jornal 2
22.35 Mélo
(de Alain Resnais, Fr./1986, com Sabine Azéma, Pierre Arditi, André Dussolier, Fanny Ardant, Jacques Dacqmine. Ver Destaque)
00.30 Estranhas Circunstâncias
01.30 Música Maestro - Concerto de Sarajevo

SIC

09.10 Buêréré
11.00 Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Dra. Quinn
15.45 Buêréré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Srs. Doutores
21.20 A Indomada
22.30 All You Need Is Love
23.40 Os Donos da Bola
02.30 Último Jornal
02.55 Os Astronautas
03.45 Vibrações

TVI

10.05 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Voltron
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Pretender
23.00 Víctima Fatal
(de Jerry London, EUA/1993, com Pierce Brosnan, Jobeth Williams, Virginia Madsen. Drama)
01.20 Doido por Ti
02.15 A Balada de Hill Street

Sábado, 20

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.45 Último Nível
12.20 Confissões de Adolescentes
12.00 Fórmula 1 - GP da Áustria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Alta Voltagem
15.30 Amores e Rebelia
16.30 Os Andrades
17.20 Super Bébés
18.00 Jet 7
18.30 Hóquei em Patins (Camp. do Mundo -1/2 Finais)
20.00 Telegiornal
20.45 Há Horas Felizes
21.30 Futebol: Leça-Porto
23.30 O Caminho das Estrelas
00.30 24 Horas
01.25 Confronto de Irmãos
(de Jeffrey Bell, EUA/1994, com William McNamara, Elizabeth Shue, Dylan Walsh. Drama)
03.15 Une Vraie Jeune Fille
(de Catherine Breillat, Fr./1977 - nenhuma informação suplementar foi prestada pela RTP)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.00 Ellen III
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Sinais do Tempo
20.00 Foyer - «Bernard Herrmann»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
23.00 Serenata à Chuva
(com Gene Kelly, Donald O'Connor, Debbie Reynolds, Cyd Charisse, Jean Hagen, Millard Mitchell. Ver Destaque)
01.00 O Guia do Sexo
01.30 Musical

SIC

08.00 Buêréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.50 A Sentinela
16.00 Marshall
17.00 007, Alvo em Movimento
(de John Glen, Gr.Br./1985, com Roger Moore, Christopher Walken, Tanya Roberts. Espionagem / Acção)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.50 Salsa e Merengue
22.45 Big Show Sic
01.40 Último Jornal
02.00 Uma Mulher na Noite
(de Eric Woreth, 1995, com Natacha Lindinger, Frédéric Pierrot. «Thriller»)

TVI

09.30 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
14.55 Trofeu Carina
15.20 Linha Directa
16.10 Competente e Descarada
16.35 Texas
18.20 1 West Waikiki
20.00 FX: Efeitos Mortais
21.20 Telegiornal
22.00 Edição Especial
22.50 Picket Fences
23.45 Mangler, a Máquina Mortífera
(de Tobe Hooper, EUA/1995, com Ted Levine, Robert Englund, Daniel Matmor. Terror)

Domingo, 21

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.05 Sem Limites
11.45 Confissões de Adolescentes
12.00 Fórmula 1 - GP da Áustria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
14.55 Alta Voltagem
15.30 Amores e Rebelia
16.30 Os Andrades
17.45 Casa Cheia
18.25 Hóquei em Patins (Camp. do Mundo - Final)
20.00 Telegiornal
21.10 Casa de Artistas
22.30 Domingo Desportivo
00.30 24 Horas
01.10 Sete Mulheres por Cada Homem
(Documentário de Steno, RFA/1969)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 As Quatro Estações do Verão Vermelho
12.10 Máquinas
12.35 Uma Vida Nova
13.25 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.10 O Miradouro da Lua
(de Jorge António, Por./Angola/1993, com João Cabral, Aline Solange, Paulo Xisto, Custódia Correia, Isabel de Castro. Ver Destaque)
19.30 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - Evelyn Waugh»
21.00 Philippe Marlowe, O Detetive
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «Othello»

SIC

08.30 Buêréré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Hércules
16.00 Cidade Escaldante
17.00 A Mulher Falcão
(de Richard Donner, EUA/1985, com Matthew Broderick, Rutger Hauer, Michelle Pfeiffer, Leo McKern. Ver Destaque)
19.00 Sonho Meu
20.00 Jornal da Noite
20.45 Salsa e Merengue
21.45 Agora ou Nunca
22.45 Madonna: A Inocência Perdida
(de Bradford May, EUA/1994, com Terumi Matthews, Wendie Malick, Jeff Yagher, Diana LeBlanc. Telefilme)
00.45 Último Jornal
01.15 Jô Soares

TVI

09.30 Animação
10.00 Vamos ao Circo
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.05 O Detetive das Mil Caras
15.05 Cousteau: As Novas Descobertas
16.25 Não Mexa com a Minha Filha
(de Stan Dragoti, EUA/1989, com Tony Danza, Catherine Hicks, Wallace Shawn. Comédia)
18.15 Feed Back
19.10 Desafios
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.25 Telegiornal
22.25 Pontos nos 1's
23.20 Azul
(de Krzysztof Kieslowski, Fr./1993, com Juliette Binoche, Benoît Regent, Florence Pernel, Charlotte Véry. Ver Destaque)

Segunda, 22

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Nico d'Obra
15.15 Carmen
16.15 Jogos Sem Fronteiras
17.15 Na Paz dos Anjos
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegiornal
20.55 Futebol: Leça-Porto
23.00 TV Verdade
23.45 24 Horas
00.45 O Preço do Sucesso
(de Jack Hofsis, EUA/1982, com Jill Clayburn. Drama)

RTP 2

14.00 Ciclismo - Volta a Espanha
16.00 Informação Gestual
17.00 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.25 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Dois Homens e um Destino
(de George Roy Hill, EUA/1969, com Paul Newman, Robert Redford, Katharine Ross, Strother Martin. Ver Destaque)
00.25 Nas Entrélinhas

SIC

09.10 Buêréré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Dra. Quinn
15.45 Buêréré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Indomada
21.50 Ponto de Encontro
22.50 Um Sonho de Mulher
(de Gary Marshall, EUA/1990, com Richard Gere, Julia Roberts, Ralph Bellamy, Laura San Giacomo. Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.25 Conversas Secretas
02.55 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
15.45 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Voltron
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 Um Homem sem Passado
23.00 PSI Factor
23.30 Linha de Fundo
00.45 Doido por Ti
01.15 Notícias
01.25 A Balada de Hill Street



Joaquin Cortés, um dos intervenientes no «Royal Variety»

Terça, 23

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Força de Mulher
14.45 Lições do Tonecas
15.15 Carmen
16.10 Made In Portugal
17.30 Na Paz dos Anjos
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegiornal
21.05 TV Verdade
21.35 A Grande Aposta
22.35 Riso, Mentiras e Vídeo
23.35 Antenas no Ar
00.35 86-60-86
01.05 24 Horas
02.00 Polícia em Acção

RTP 2

14.00 Ciclismo - Volta a Espanha
16.00 Informação Gestual
17.05 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.20 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.25 A Grande Barraca
22.00 Jornal 2
22.35 Silverado
(de Lawrence Kasdan, EUA/1985, com Kevin Kline, Scott Glenn, Rosanna Arquette, John Cleese, Kevin Costner. Ver Destaque)
01.55 Jools Holland

SIC

09.10 Buêréré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Dra. Quinn
15.45 Buêréré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Fantasma
21.20 A Indomada
22.20 Agora ou Nunca
23.30 Toda a Verdade
00.30 Último Jornal
00.55 Campeonato Mundial de Surf
01.55 A Besta
03.15 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
15.45 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Voltron
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
23.00 A Noite dos Furacões
(de Tim Bond, EUA/1995, com John Schneider, Devon Sawa, Lori Hallier, Thomas Lastewka. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.10 Notícias
01.50 A Balada de Hill Street

Quarta, 24

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.40 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Força de Mulher
14.40 Isto Só Vídeo
15.15 Carmen
16.10 Casa de Artistas
17.15 Na Paz dos Anjos
19.00 País País
19.25 Vamos Jogar no Totobola
19.45 País Regiões
20.00 Telegiornal
21.05 TV Verdade
21.35 A Grande Aposta
22.35 Enviado Especial
23.05 24 Horas
23.35 Maré Vermelha
(de Tony Scott, EUA/1995, com Denzel Washington, Gene Hackman, Matt Craven, George Dzundza. Ver Destaque)

RTP 2

14.00 Ciclismo - Volta a Espanha
16.00 Informação Gestual
17.05 O Polvo
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.25 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.40 Lança Quebrada
(de Edward Dmytryk, EUA/1954, com Spencer Tracy, Robert Wagner, Jean Peters, Richard Widmark. Ver Destaque)
00.20 Onda Curta: «O Egoista»

SIC

09.10 Buêréré
11.00 As Receitas do Dia
11.30 Tocaia Grande
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Dra. Quinn
15.45 Buêréré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 O Amor Está no Ar
20.00 Jornal da Noite
20.50 Fantasma
21.20 A Indomada
22.20 Agora ou Nunca
23.30 Toda a Verdade
00.30 Último Jornal
00.55 Campeonato Mundial de Surf
01.55 A Besta
03.15 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Laços de Amor
14.50 Caprichos
15.45 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.30 O Xerife do Espaço
18.00 Voltron
18.20 Em Nome da Justiça
19.15 Primeira Mão
20.00 Xica da Silva
21.00 Directo XXI
22.00 Casamento por Conveniência
(de Peter Weir, EUA/1990, com Gérard Depardieu, Andie MacDowell, Gregg Edelman. Comédia Romântica)
00.10 Doido por Ti
00.40 Notícias
00.50 Desporto
01.40 A Balada de Hill Street



Baptista-Bastos regressou à SIC com as suas «Conversas Secretas»



Texas na TVI

Goucha, mais uma vez reconduzido na grelha da RTP

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Paixões Secretas de uma Mulher

(Quinta, 22.35, RTP2)

A gente sabe que «o outro filme» sobre a vida de Chopin (1945) era um pouco a atirar para o piroso e o lamechas (embora realizado por Charles Vidor!), com o canastrão Cornel Wilde no papel principal e, coitadinho, já tuberculoso, não podendo impedir que as suas hemoptises pingassem sobre o teclado, sendo que este era ainda por cima (se a memória não falha) pessimamente tocado por um tal José Iturbi. A gente sabe tudo isso mas não esquece a espantosa Merle Oberon na criação definitiva da personagem que sempre imaginámos assim fosse *George Sand*, a escritora rebelde e liberal que arrastou Chopin para a maior das paixões. E, talvez por isso, não conseguimos convencer-nos ao ver este filme, realizado eficazmente, com muito mais meios e outro poder de fascínio e atracção, mas que (precisamente por mais uma vez estar em foco a figura de *George Sand*, mesmo interpretada por uma não negligenciável Judy Davis) dificilmente faz esquecer aquele que se estreou no agora ameaçado de extinção Cinema Condes...

Mélo

(Sexta, 22.35, RTP2)

Marcel, um talentoso violinista, faz a corte a Romaine, mulher de Pierre, seu melhor amigo e este sofre a tentativa de envenenamento por parte dela. Mas Romaine, descoberta por uma prima, Christiane, e cheia de remorsos, suicida-se. Pierre casa, então, com Christiane mas, três anos passados, volta a encontrar Marcel que lhe confessa nada ter havido com a sua ex-mulher. Mas será que Pierre já então o sabia?

Cineasta da montagem, da memória e dos brilhantes jogos com o tempo, Alain Resnais - um dos maiores realizadores franceses de sempre - transforma esta truculenta comédia de boulevard em um objecto artístico de grande modernidade, com delicados e surpreendentes movimentos de câmara, fazendo como sempre grande cinema mas, desta vez, com um enorme sentido do «teatral». Indispensável.

Serenata à Chuva

(Sábado, 23.00, RTP2)

Ao contrário do que tradicio-

nalmente era frequente em tantos e tantos filmes pertencentes a um dos géneros maiores do cinema americano - a comédia musical - *Serenata à Chuva*, para além de se situar ao seu mais alto nível, também quanto ao argumento de que partia constituiu um toque de rara «verosimilhança» em relação ao mundo que pretendia retratar - neste caso, o ambiente dos estúdios de Hollywood numa época de transição do «cinema mudo» para o «cinema sonoro», com os dramas, as inquietações, as frustrações, mas também os arrojados, as aventuras e as mudanças qualitativas que tanto protagonistas daqueles tempos viveram e fizeram marcar. É precisamente por isso que, quando aos actores e atrizes principais de *Serenata à Chuva* lhes dá para começar a dançar e a cantar no meio dos diálogos, nada nos parece artificial e tudo se liga num todo absolutamente único. Também por isso ficaram na história do cinema musical, como algumas das suas sequências mais inesquecíveis, números tão excepcionalmente coreografados e encenados como o célebre *Singin' in the Rain* (com um insuperável Gene Kelly sapateando por entre dilúvios e goteiras) ou *Broadway Ballet* (um soberbo e moderno «pas-de-deux» por Cyd Charisse e o mesmo Gene Kelly) ou os prodígios de acrobacia de Donald O'Connor em *Make Them Laugh* ou, ainda, a alegria esufiante do frenético trio O'Connor-Kelly-Debbie Reynolds em *Good Morning*. Enfim, uma obra-prima de Stanley Donen e Gene Kelly infelizmente banalizada pela enésima passagem pelo pequeno ecrã.

A Mulher do Falcão

(Domingo, 17.00, SIC)

Situada na Idade Média, esta história conta-nos os amores entre a princesa Isabeau (Michelle Pfeifer) e o nobre Navarre (Rutger Hauer) - um romance amaldiçoado por um terrível bispo (John Wood): ao nascer do Sol, a bela Isabeau transforma-se em falcão e, ao pôr do Sol, o nobre Navarre vê-se sob a pele de um lobo preto. Pelo meio, um jovem ladrão (Matthew Broderick) procura auxiliar os dois apaixonados. Envolvida por um extremo requinte e bom gosto visual (para o que, decisivamente, contribui a esplendorosa fotografia de mestre Vittorio Storaro), a realização de Richard Donner é, entretanto, desastrosa, sobretudo no que se refere à forma de contar a história, nunca conseguindo o filme surpreender-nos por um qualquer rasgo de imprevisto. E, além do mais, a direcção da interpretação de Broderick, bem como a sua composição, resultam verdadeiramente ridículas. É pena!

O Miradouro da Lua

(Domingo, 18.10, SIC)

Primeira co-produção entre Portugal e Angola no domínio do cinema, este filme é também a primeira experiência do realizador Jorge António no cinema. E o argumento fala-nos do trajeto de um jovem português que, pretendendo encontrar o seu pai, se desloca a Angola e pela primeira vez

contacta com uma realidade que lhe é estranha. Um filme que se diz realizado com sinceridade e sensibilidade e em que se destacam as interpretações de João Cabral, Aline Solange, Isabel de Castro ou Vítor Norte. A descobrir.

Azul

(Domingo, 23.20, TVI)

Depois de ter sofrido a perda da sua filha e do seu marido (um reputado compositor) num desastre de viação, Julie fica desesperada e tenta suicidar-se. Sem êxito. Abandona então a casa onde vivia, afasta-se de tudo e de todos e decide-se a encetar uma nova vida. As suspeitas de que tinha sido ela a escrever as obras que haviam tornado famoso o mari-

lia. Até que tudo acaba num massacre. O crime, de facto, não compensa. Mas é pena...

Um Sonho de Mulher

(Segunda, 22.50, SIC)

Espécie de «história de fadas» à maneira do nosso tempo - e também já visto e revisto nas nossas televisões - este filme é dos tais em relação aos quais quaisquer preconceitos éticos devem ser postos rigorosamente de lado! O que acontece é que um milionário arrogante, autoritário e frio financeiro (Richard Gere), encontrando-se em Los Angeles para sucessivas e complexas reuniões de negócios, tem a necessidade de se apresentar em público com uma companhia feminina que dê «bom tom» à sua pos-



A galeria de intérpretes de «Paixões Secretas de Uma Mulher», com Jus Davis no papel de George Sand



Um dos mais espectaculares bailados de «Serenata à Chuva» de Stanley Donen/Gene Kelly



Um fotograma de «Azul», da trilogia «Cores» de Krzysztof Kuzlowski



Robert Redford e Paul Newman, em «Dois Homens e um Destino» de George Roy Hill

do vêm a confirmar-se dado que é Julie que acaba de escrever a partitura de uma obra que aquele deixara incompleta e que um outro amigo compositor (com quem ela tinha tido uma ligação passageira) fora encarregado de terminar. Filmada com admirável sensibilidade num estilo visual que o celebrizou, esta obra de Kieslowski vai-nos mostrando gradualmente que as coisas às vezes não são o que parecem ser à primeira vista. Primeiro filme da célebre trilogia do realizador polaco, foi estreado no canal que hoje volta a transmiti-lo, facto que na altura se assinalou, mas constitui hoje, na (agora) paupérrima programação da estação neste domínio, uma raridade!

Dois Homens e um Destino

(Segunda, 22.35, RTP2)

Duas personagens «lendárias» do Oeste, *Butch Cassidy e Sundance Kid*, prosseguem os seus assaltos aos comboios e depois de um banco, até ao dia em que a companhia de caminhos-de-ferro decide ir na sua captura. Excelente «western» e com actores excepcionais (Paul Newman e Robert Redford), o seu grande trunfo reside no argumento: uma espécie de «busca da terra prometida», já que, tendo o caminho-de-ferro significado o fim da sua liberdade no Oeste, os dois homens fogem para a Bolívia e, quando esta os decepciona, sonham já em partir em demanda da Austrá-

tura, e em relação à qual não haja qualquer risco de ligação futura. Assim, e como em qualquer outra situação da sua vida «profissional», a solução é contratar e pagar os serviços de uma belíssima *call girl* que encontra em Hollywood Boulevard e investir numa completa renovação do guarda-roupa desta. Mas o que se segue é que é o melhor da fita! Não só a promissora rapariga se revela absolutamente fabulosa para o papel que lhe era exigido, como os seus palpites, apoiados no sentido prático da vida, são algo a que o nosso milionário não vai poder resistir. E nós, com ele! Julia Roberts é verdadeiramente imparável em todos os fotogramas deste filme que, naturalmente, faz óbvia alusão a *My Fair Lady*. Um divertimento!

Silverado

(Terça, 22.35, RTP2)

Com um elenco irrepreensível e um habilíssimo argumento dos irmãos Kasdan (Mark e Lawrence) este filme, realizado com brilhantismo pelo segundo, chegou às salas de cinema em meados da década de 80, após longos anos de eclipse do western. E logo se percebeu constituir como que uma homenagem a um género glorioso do cinema clássico americano, num desenvolvimento e criativo *pastiche* dos tiques e dos ingredientes dramáticos (e cómicos) que encontramos nos seus melhores exemplos. História movimentada que nos fala da construção de amizades entre aventureiros solitários que o acaso faz

cruzar, não falta também aqui a conjugação de esforços dos «justiçeiros» para enfrentar a corrupção e o autoritarismo de um grande rancheiro mancomunado com o *sheriff*... Enfim, um prazer para os olhos e para a memória.

Lança Quebrada

(Quarta, 22.35, RTP2)

Esta obra de Edward Dmytryk - também um western - não consegue ser do que de mais entusiasmante o cineasta nos deixou; mas a história deste patriarca rancheiro que vai perdendo controlo sobre o seu império e se vê confrontado com as rivalidades entre os seus filhos é, apesar de tudo, bem interpretada por um naipe de excelentes actores, de entre os quais avultam Spencer Tracy e Richard Widmark.

Um momento de grande tensão em «Maré Vermelha» de Tony Scott, com Gene Hackman e Denzel Washington



TELEVISÃO

Em justíssima homenagem à Diva

■ Francisco Costa

É provável que os leitores se recordem de que, quase um ano após terem sido nomeados pelo «novo» poder político, os novos responsáveis pelo serviço público de televisão acabaram por elaborar finalmente as suas grelhas de programas para a RTP 1 e para a RTP 2. Em relação a esta última - pese embora a circunstância de, em geral, lhe podermos atribuir qualidades que, em casos desesperados, funcionam como refúgio e alternativa ao «lixo» que empesta os restantes três canais «generalistas» existentes entre nós - não deixou de verificar-se, entre outros, um erro de opção básico, pelos reflexos negativos directos e indirectos que veio a provocar. Refiro-me à «obrigatoriedade» assim assumida de transmitir nos dias úteis, no período nobre da emissão, entre as 22.30 e as 24 horas, ciclos de cinema subordinados ao título «Cinco Noites, Cinco Filmes».

Não quer isto dizer que a existência de ciclos regulares de cinema, até mesmo sujeitos a tema como acontece no caso vertente, seja algo de indesejável - antes pelo contrário - embora os mesmos pudessem (e deveriam) ter uma frequência e uma regularidade mais espaçadas no tempo, até como legítima defesa em relação à previsível dificuldade da sua manutenção com uma oferta de filmes minimamente dignos de ser neles incluídos; e não, como tem por vezes acontecido, levando à «invenção» forçada de ciclos nos quais seja possível encaixar produ-

te, por exemplo, na ausência de qualquer referência na programação constante do Boletim de Programação referente à semana de 15 a 22 de Setembro e elaborado com data de 8 (portanto, apenas uma semana antes!), disponível para a imprensa tarde e a más horas, como é habitual, e no qual ainda figurava para o final da emissão daquela data (a partir das 00.35) o habitual programa musical «A Noite com Jools Holland», da BBC.

Assim, o espectador mais atento ou que ainda passa os olhos pela imprensa só ficou a saber que a RTP 2 acabaria por arrastamento a sentir-se «obrigada» a substituir este último programa e comemorar aquela efeméride pela informação chegada aos jornais diários, mas transmitida de forma tão desinteressada e burocrática que ninguém poderia ficar a saber antecipadamente qual o conteúdo de um novo programa de que apenas se podia ler a muito vaga referência «Maria Callas - Uma homenagem comemorativa...». Nem sequer através da programação constante do «Teletexto» da própria RTP - um «novo» meio que esta jamais soube aproveitar com dinamismo, designadamente para este tipo de informações detalhadas ou correcções de última hora - alguém teve a ideia de acrescentar fosse o que fosse quanto ao teor da referida emissão! Ou seja, mais uma vez, não só a RTP visivelmente não previu com a necessária antecipação qualquer programa para a circunstância - demonstrando ir a reboque dos acontecimentos - como, ao remediar essa lacuna que seria verdadeiramente intolerável, o fez publicitando-o de forma insuficiente e inadmissível face ao interesse público.

Antes cedo que tarde: a alternativa

Sem falar já na emissão especial sobre a Callas que, desde o meio-dia até às cinco da tarde (e, depois, continuada à noite), a RAI Due transmitiu há dois dias,



tos de contraditória e polémica qualidade, que ali figuram até como corpos estranhos ao espírito de rigor que se supunha presidir a essa estratégia no campo da programação cinematográfica.

Entretanto, o problema é que, independentemente dos aspectos positivos referidos, as consequências negativas são de vária ordem: por um lado, tal opção roubou flexibilidade à programação, sempre exigível a um canal com estas características; essa falta de poder de manobra e escolha, empurrou necessariamente para as franjas extremas do horário (de menor audiência, portanto) outros programas de grande qualidade e eminentemente televisivos, o que não acontece com o cinema, que faria todo o sentido figurarem no horário nobre dos dias úteis e não apenas (quando tal acontece) demasiado cedo ou demasiado tarde ou (na melhor das hipóteses) ao fim-de-semana. É o caso do teatro, da ópera, do bailado ou de outras formas de arte e, inclusive, de programas de informação ou documentários especiais ou outras emissões elaboradas por exemplo para a comemoração de efemérides que logicamente seria desejável fossem vistas a horas decentes e não ingloriamente desperdiçadas, porque transmitidas ao princípio da madrugada.

Vem isto a propósito do 20º aniversário da morte da grande cantora Maria Callas (que ocorreu anteontem) e em relação ao qual a RTP 2 nem sequer tinha previsto emissão especial que se visse! Isto é paten-

te, não se estranhe assim que hoje nos ocupemos de uma outra emissão especial que, em mais uma das suas cuidadíssimas e já célebres noites temáticas, o canal franco-alemão «Arte» (via TV Cabo) realizou no passado Domingo, com a duração de quatro horas e meia (!) e dedicada à grande cantora. (Aliás, a hora de fecho desta edição impediria, em qualquer dos casos, a análise crítica do tal misterioso e incógnito programa que a RTP 2 arranjou à última hora.)

Não se pense que foi exagerado o tempo de emissão dedicado a este tema e a esta inesquecível personalidade do canto lírico. É que, organizada como sempre em diversos módulos, poupando apesar de tudo a «conversa» pretenciosa e demorada e privilegiando a divulgação de documentos de arquivo habilmente tratados em forma de programas com conteúdos específicos ou indo buscar gravações históricas para nos dar a entender a singularidade e importância da mulher e da artista, a emissão do «Arte» foi exemplarmente produzida, conduzida, realizada, e (aspecto importante entre os demais) pós-produzida, já que se tratava de fazer conjugar objectos audiovisuais de origens e características muito diversas que pudessem constituir um puzzle suficientemente diversificado e atraente para despertar o entendimento multifacetado de uma personalidade com um percurso cívico e artístico tão excepcional, porque também não isento de polémica e contradições internas.

Quem poderia supor, por exemplo, que um dos módulos do programa - uma «discussão» de 56 minutos, subordinada ao título «Escutar Callas», e que colocava em estúdio sete personalidades dando a sua opinião sobre algumas das imortais gravações da soprano (uma emissão que, à partida, se diria tipicamente radiofónica) - poderia resultar num excelente programa de televisão?! Por um lado, a inclusão deste módulo veio sublinhar a importância dessa perspectiva de valorização e transmissão pedagógica da opinião abalizada de especialistas, precisamente ao contrário do que se faz em todos os canais televisivos portugueses de onde praticamente desapareceram investigadores, cientistas, críticos, pensadores nacionais, mais parecendo que, para os responsáveis televisivos, ninguém parece existir na cultura portuguesa que seja capaz de pensar e fazer despertar a disponibilidade de fruição inteligente dos espectadores. Por outro lado, independentemente de naquele estúdio estarem presentes sete interessantes, polémicos e habilitados conversadores, tudo estava rodeado de «condimentos» visuais que supriam a eventual «aridez» do tema, risco possível pela esmagadora presença da «palavra». Por exemplo, através de uma realização nada estática e quase sempre «em redondo», eram aproveitados como elementos cenográficos por detrás dos intervenientes ou colocados em primeiro plano numa teia translúcida que, ao mesmo tempo, os deixava descobrir jogando com o foco e a profundidade de campo - integrando-os num todo - enquadramentos admiráveis do belíssimo rosto anguloso e inesquecível da Callas, em espantosas fotografias de Roger Pic. Um achado!

As palavras e a música

Para se ficar com a (pálida) ideia de como uma televisão adulta pode abordar uma personalidade tão rica, basta dizer que (para além desta mesa-redonda) figuravam no conjunto da emissão outros cinco módulos fascinantes e extremamente ricos na sua forma e conteúdo que privilegiavam a abordagem da profunda importância artística da Callas, como um ser único, a um tempo intérprete e criador, mas também o resultado prático e as inúmeras demonstrações artísticas existentes desta faceta.

O primeiro módulo, «Paixão Callas», abordava através de testemunhos de vários críticos, artistas, docentes ou pessoas que directa ou indirectamente estiveram ligados à cantora, a sua personalidade forte e ambiciosa, mas também os seus fraquejos e vulnerabilidades. Aproveitando nalguns casos documentos inéditos, uma perspectiva importante desse módulo foi entretanto fundamental: dar a conhecer Callas através das suas próprias opiniões.

Seguiram-se 45 minutos verdadeiramente históricos e insubstituíveis do ponto de vista estritamente musical: a retransmissão integral, numa gravação da BBC, do segundo acto da «Tosca» de Puccini levada à cena no Covent Garden em 64, com Tito Gobbi (!) e Renato Cioni, numa encenação de Zeffirelli.

Outro momento impressionante, pela frontalidade implacável das opiniões emitidas, foi aquele em que a atriz Laura Betti, amiga pessoal de Pasolini e presidente da Fundação ligada à memória deste, abordava a infeliz (e única) experiência cinematográfica de Maria Callas no filme «Medeia» daquele realizador - um curtíssimo módulo de 15 minutos em que o fabuloso achado foi a montagem de excertos da versão operática de «Medeia» (de Cherubini), através dos quais a Callas como que «respondia», na prática, às opiniões de Betti!

Mais rebuscado e um pouco intelectualóide (mas espelho admirável da inconformista criatividade artística de uma época de espantoso frenesim, 1968) foi o também curto módulo construído sobre excertos de «Mona Lisa», um filme experimental realizado a partir da montagem de fotos da Callas e do famoso quadro de Da Vinci por um apaixonado admirador (e comprovado conhecedor) da arte da cantora: o realizador e encenador alemão Werner Schroeter.

Finalmente, «Maria Callas, Um Concerto Ideal», agora mais compreensível pela variedade de abordagens que haviam transparecido dos módulos anteriores, foi o digno culminar de toda a emissão, com actuações ao vivo da Callas em concertos ou récitas excepcionais, de que destaco: «A Grande Noite de Ópera», realizado na «Ópera de Paris» em Dezembro de 58 pela televisão francesa com a participação do fabuloso George Prêtre; excertos de dois concertos em Hamburgo realizados pela televisão alemã (Maio de 59 e Março de 62); excertos do programa «Os Grandes Intérpretes» conduzido por Bernard Gavoty para a televisão francesa em Maio de 65; e, finalmente, três fragmentos filmados da actuação de Maria Callas no Teatro de S. Carlos em Lisboa na «Traviata» de Verdi, em Março de 58.

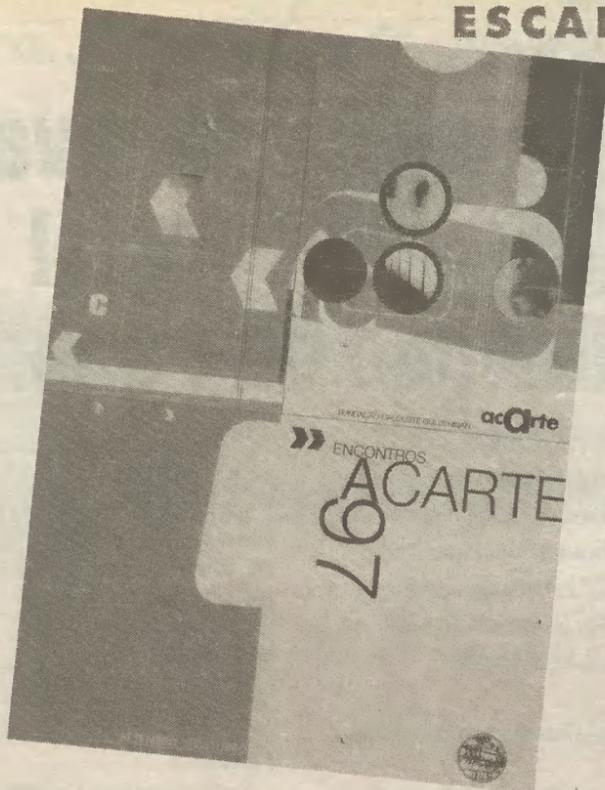
É certo que, na época, os meios técnicos da RTP não se comparavam com os das outras televisões já implantadas há mais tempo. Por isso, os curtos e incompletos excertos filmados com uma única câmara (!) a que obrigava a duração dos «magazines» de 16 mm das Arriflex da época, bem como a pobrezinha zoom que pouco menos dava do que para um «plano apertado» do palco do S. Carlos (filmado, de longe, do camarote central onde Américo Tomaz habitualmente dormitava), dava a exacta medida da periferia e pequenez a que estavam condenados.

Apesar de tudo, foi bom ver no genérico final da longa emissão do «Arte» o nome da RTP como um dos arquivos consultados. Enfim, pobrezinhos mas honrados!

ESCAPARATE

Encontros ACARTE '97

Apresentando todos os anos uma programação extremamente cuidada, normalmente apontando para as experiências artísticas de vanguarda, a edição deste ano dos «Encontros ACARTE» está virada para um conjunto de projectos *multimédia* que, segundo os seus próprios organizadores, «tratam de temas actuais e polémicos, como a exploração artística dos fenómenos da comunicação e da interactividade na era das novas tecnologias da informação». De facto, percorrendo o enunciado das várias propostas deste ano - que já tiveram início há precisamente uma semana e decorrerão até 6 de Outubro - destaca-se uma série de eventos aliciantes. Nos sete dias a que se refere esta edição do jornal, os destaques vão assim para «The Politics of Quiet», espectáculo de *multimédia* de Meredith Monk, em 18, 19 e 20 às 21.30 no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian; em 19 e 20, também pelas 21.30, mas no Teatro Barraca / Cinearte, um espectáculo de dança intitulado «A Queda de um Ego», de Vera Monteiro; nos dias 22, 23 e 24, das 10 às 17 horas, tanto na Sala da Zona dos Congressos da FCG como no Auditório II terão lugar um *workshop* e uma conferência, ambos coordenados pelo Grupo Forum, sobre o tema «Arte + Tecnologia + Multimedia», que seguramente se revelarão muito úteis como pano de fundo para a apresentação, rodeada de enorme expectativa e que assumirá várias «etapas» (uma instalação, um coló-

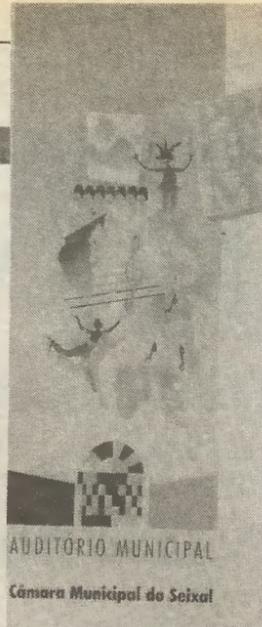


quio e finalmente a apresentação pública), à volta da estreia entre nós da chamada «Brain Opera», um projecto dirigido por Tod Machover e cuja descrição é, desde logo, estimulante: «Três intérpretes tocam uma composição escrita para hiperinstrumentos semelhantes aos existentes na instalação interactiva (cadeira de sensores, cadeira de pé, *baiuta digital*) num palco onde é projectado um vídeo. A intervenção em tempo real através da Internet é possível, podendo os participantes contribuir para o resultado final, tocando um instrumento virtual.» A promoção destes «Encontros» não o informa - a menos que esta participação interactiva possa ser realizada visitando o endereço <http://forum.pt/acartel>, ali mencionado - mas, para os mais interessados, podemos adiantar que o endereço original da «Brain Opera» na Internet é <http://brainop.media.mit.edu/project-overview.html>.

MÚSICA

A música da Sicília no Seixal

Integrada na programação cultural de elevada qualidade que mensalmente é levada a cabo pelos departamentos respectivos da Câmara Municipal do Seixal, realiza-se no próximo sábado, pelas 21.30, no excelente Auditório Municipal, um espectáculo musical invulgar: a apresentação de «canto lírico» original da Sicília, num concerto em que o grupo Fratelli Mancuso fará ouvir cantos de trabalho, monódicos e a *cappella*, cantos religiosos, serenatas, romances e nanas-nanas.



Machina Mundi, no S. Luís

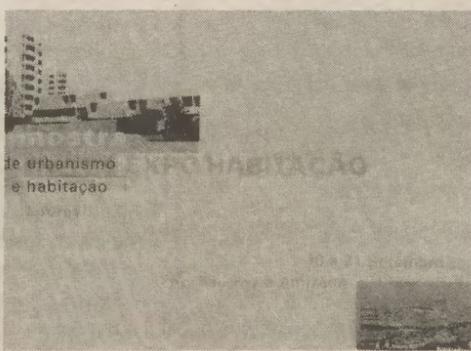
Outro espectáculo musical não menos invulgar é aquele que se realizará no quadro da Temporada de Concertos da Câmara Municipal de Lisboa que, depois das férias de Verão, regressam ao Teatro S. Luís. Descrito como uma «zaragata interminável entre várias flautas do Oriente, bombos, vibrações e até uma irrequieta marimba», o concerto terá a colaboração da «Machina Mundi» de Katharine Rawdon (flautas) e Elizabeth Davis (percussões), um duo que tem desempenhado um papel importante no nosso país na estreia de obras musicais contemporâneas. Entre estas, contam-se neste concerto as de Toru Takemitsu, David Loebe, Steve Reich, Roberto Serra, David Bedford e dos portugueses Carlos Marecos e Alexandre Delgado.

EXPOSIÇÕES

Urbanismo e Habitação em Loures

Com inauguração hoje e duração prevista até ao próximo domingo, 21 do corrente, está patente ao público uma importante exposição denominada «1ª Mostra de Urbanismo e Habitação em Loures - Expo Habitação» a qual dará a conhecer as profundas transformações em curso no Concelho de Loures no sentido de fazer deste Concelho, nas palavras dos seus organizadores, «um espaço onde viver e tra-

balhar sejam sinónimo de bem-estar e qualidade de vida, eixo central do projecto de desenvolvimento protagonizado pelo executivo municipal.» Esta exposição que se realiza no Pavilhão Paz e Amizade está dividida nas seguintes secções: Gestão Urbanística, Recuperação de Bairros de Génese Ilegal, Planeamento, Habitação Social, Condomínio e Património Edificado. Um aspecto importante deste certame é a sua abertura a empresas comerciais e de serviços, empresas de construção e obras públicas, associações empresariais e profissionais e outras entidades públicas e privadas. Dias úteis: 18.00 às 23.00. Fim de semana: 15.00 às 14.00.



TEATRO



«Haja Harmonia», na Malaposta

Antecedida de particular expectativa, foi estreada, há precisamente oito dias, no Teatro Malaposta (da Amascultura), a peça «Haja Harmonia» da autoria do escritor Mário de Carvalho, com encenação de Mário Jacques, cenografia de José Carlos Barros, figurinos de Susana Afonso, música de Luís Cília, sonoplastia de José Pedro Caiado, desenho de luzes de Manuel Costa e Silva e coreografia de Aldara Bizarro. O texto de apresentação deste espectáculo fala-nos de uma peça cujo enredo se passa numa prisão, «um mundo diferente do nosso. Um mundo louco, absurdo, cheio de sinais. Inventado. De certa maneira, um microcosmos do nosso mundo. Onde as regras sociais de relacionamento entre as pessoas estão subvertidas e os códigos de conduta estranhos. (...) Por entre assomos de humor, situações irrisórias e muito absurdo, «Haja Harmonia» é uma interrogação sobre o sentido da vida». Nos principais papéis estão Alexandre Ferreira, Ana Nave, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Jorge Estreia, Jorge Gonçalves, Jorge Silva, Luís Alberto, Mário Redondo e Victor Santos. De 3ª a sábado às 21.30 e aos domingos às 16 horas.

Futebol & Outras Peças

Ainda no domínio dos espectáculos invulgares (uma tónica desta semana) está um espectáculo da autoria de José Eduardo Rocha com o Ensemble J.E.R. e artistas convidados que, enfim, podemos incluir na categoria de «teatro musical» e que será levado à cena na Sala de Ensaio do CCB. O chamado Ensemble J.E.R., cognominado «Os Plásticos de Lisboa», é precisamente isso: «um grupo de artistas / músicos especialmente formado para interpretar um repertório para instrumentos de plástico e brinquedos musicais». No repertório deste espectáculo (cujo público alvo é a partir dos 7 anos de idade!) e que se realizará nos dias 21 (às 11.30 e 15.00) e nos dias 23, 24 e 25 (às 11.00), estão incluídos: «Kagelnisso», uma suite em sete números; Sinfonia op. 21 de Anton Webern, numa transcrição de Nuno Silva; Bolero de Maurice Ravel, numa transcrição de J. E. Rocha; e «Futebol», uma partitura em nove quadros sobre textos de Virgílio.

XADREZ

DCXXV - 18 DE SETEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X34
Por: C. C. W. MANN
Deutsche Schachzeitung, 1893

Pr.: [4] Ps. f6, g4, g6 - Rg5
Br.: [2] Dh1 - Rg3



Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÃO DO Nº 1997X34 [C. C. W. M.]

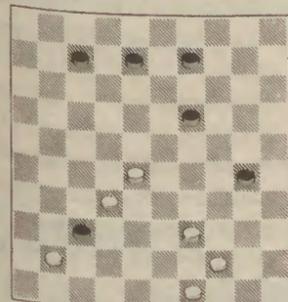
Jogo Aparente: 1. ... f5 [Rf5]; 2. Dh4 [Dd5] # 1, Da8!, Rh6 [f5]; 2. Dh8+ [Dd8+], Rg5 [Rh6]; 3. Dh1! [Dh8+] ... #

A. de M. M.

DAMAS

DCXXV - 18 DE SETEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D34
Por: M. J. Belinfante
Holanda, 1916

Pr.: [6]: 7-8-9-19-30-37
Br.: [6]: 28-32-39-41-44-49



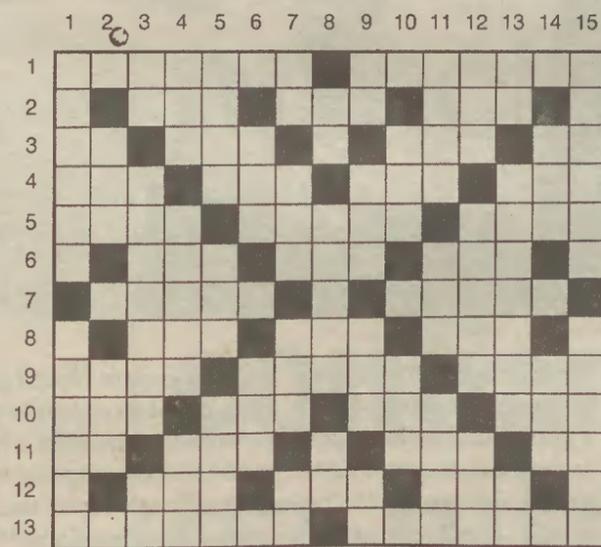
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997D34 [M. J. B.]

1. 44-40! (37-46-D); 2. 28-23, (46X35); 3. 23X1-D [1+] [8]; [Blonde/1798], 30-34; 4. 1X40, (35X44); 5. 49X40+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Arma que dispara granadas anticarro (pl.); trompeta de como ou metal usada especialmente na caça (pl.). 2 - Letra grega; carta ou documento escrito numa só folha; época. 3 - Basta; flanco; discursa; Arsénio (s.q.). 4 - Patrão; base área portuguesa; a barlavento (náut.); apelido de poeta português. 5 - Haste roliça de madeira com que se impelem as bolas do bilhar, companheira; proeminência lateral do corpo humano desde a cintura à coxa. 6 - Anel; agora; anel de cadeia. 7 - Lavrava; magnetiza. 8 - O m. q. eiró; traja; acrescentei. 9 - Boneca de trapos; engasta pedras preciosas; ombro (pref.) (pl.). 10 - Mau cheiro (bras.); leva à sirga; planta aromática, lenhosa na base, espontânea nos lugares secos; fileira. 11 - Gálio (s. q.); possuir; parte inferior do boné; atmosfera. 12 - Geme (pop.); satélite da Terra; curso natural de água. 13 - Relógio do sol usado pelos antigos romanos; pintaram com cal.

VERTICAIS: 1 - Tubérculo caulinar (subterrâneo) da batateira, muito usado na alimentação; a parte mais interior (pl.). 2 - Mulher que cria uma criança de outrem; palhoça de índios. 3 - Pateta (pop.); instrumento musical, de sopro, de forma ovóide e timbre semelhante ao da flauta; mil e cinquenta romanos. 4 - Joeira; discursara; solteirona (pop.). 5 - Experiência (fig.); germe (fig.); maquinismo para tecer. 6 - Fruto da ateira; o rubor das faces. 7 - Sozinho; patrão; larva que se cria nas feridas dos animais; espécie de escumilha. 8 - Lítio (s. q.); irritada; a tua pessoa. 9 - Bário (s. q.); nome de letra; ajustei (ant.); antes de Cristo (abrev.). 10 - Remoinho de água (prov.); nome de mulher. 11 - Coisa ou pessoa sem valor (fig.); ave corredora; destapei. 12 - Fúria incontinida; elevado; dama de companhia. 13 - Sódio (s. q.); aquela que não assina o que escreve; suf de agente. 14 - Apelido de heroína francesa; panela (prov.). 15 - Pessoa muito parecida com outra (pl.); proveram de asas.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Bazucas; buzinas. 2 - Eta; oia; era; 3 - Tá; ala; ora; 4 - Amo; 5 - Teco; amiga; anca. 6 - Ato; ora; oia. 7 - Atraz; imana. 8 - Ird; usá; adl. 9 - Mont; crava; omos. 10 - Aca; toa; iag; ala. 11 - Ga; ter; abe; ar. 12 - Mia; lua; no. 13 - Solito; calaram. VERTICAIS: 1 - Batata; amagos. 2 - Ama; oca. 3 - Ze; ocarina; ML. 4 - Ura; 5 - Calo; ovo; tear. 6 - Ala; cor. 7 - Sô; amo; ura; lo. 8 - Li; irosa; lu. 9 - Ba; agá; avi; ari. 10 - Ola; Ava. 11 - Zero; ema; abri. 12 - Ira; alado; ala. 13 - Na; anômia; or. 14 - Arc; oia. 15 - Sôstias; asaram.

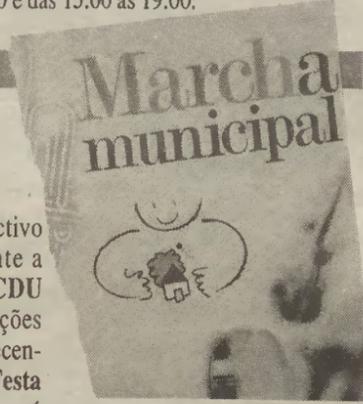
Escultura em Estremoz

Organizada pela Câmara Municipal de Estremoz e patente na Galeria de Desenho do Museu Municipal - no quadro de uma série de exposições relacionadas com vários temas - a decorrer este mês em outros locais e instituições da cidade - o destaque de hoje vai para a exposição de escultura de Noémia Cruz aberta ao público até 29 do corrente, das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

DISCO

«Obra Feita» também em disco

Produzido com o objectivo de animar musicalmente a campanha eleitoral da CDU relativa às próximas eleições autárquicas, foi lançado recentemente, por ocasião da Festa do «Avante!», um CD que está à venda pelo preço simbólico de 600 escudos. Este CD inclui a «Marcha Municipal» e o «Malhão Novo», dois belos temas com música e letra de Vitorino excelentemente cantados por Luísa Basto. Para além de acompanhamento coral, estes temas têm no acompanhamento musical os músicos Manuel Rocha, Ricardo Dias e Rui Alves e os arranjos estiveram a cargo dos dois primeiros e ainda de Vitorino. E, como se diz no refrão da «Marcha Municipal», «camarada desta luta vem nesta marcha, que vamos ganhar».



REVISTA

O PAPEL DO JAZZ

Uma nova revista

Dirigida pelo crítico José Duarte saiu recentemente o primeiro número de uma nova (e única) revista de Jazz portuguesa - com o interessante título «O Papel do Jazz» - um acontecimento a realçar pelo facto de ser esta a primeira publicação nacional exclusivamente dedicada a esta música. O tema central do primeiro número desta revista bilingue e aberta à participação de críticos portugueses e estrangeiros - o que pressupõe a sua distribuição internacional e não apenas caseira - é o «jazz antigo», com artigos da autoria de Raul Vaz Bernardo, José Trindade dos Santos, Raul Calado, Miguel Gaspar, Jorge Lima Barreto, Laurent Filipe e do próprio José Duarte, a par de outras afeças de conhecidos críticos internacionais, como James Lincoln Collier ou Mike Zwerin (EUA), uma oportuna entrevista com um nome histórico do Jazz (o trompetista Doc Cheatham, recentemente falecido com 91 anos!) conduzida por António Curvelo, uma banda desenhada de Carlos Barradas / José Duarte e um conto de Artur Queiroz. Publicada com frequência trimestral, o próximo número da revista corresponderá aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março e será dedicado ao piano no Jazz.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

O assalto

A privatização da Portugal Telecom já deu frutos. O primeiro, tem o tamanho de 116 milhões de contos em lucro líquido gerado nos últimos três anos. O segundo, configura-se num agravamento variável dos preços de utilização nos próximos dois anos, que pode chegar aos 40% de aumento nas chamadas locais. Há uns anos, impor-se-ia de imediato uma pergunta em todo o País: se houve lucros tão pronunciados - e 160 milhões de contos não são, propriamente, uns trocados -, porquê o aumento tão brutal num serviço de incontornável interesse público?

Isto perguntar-se-ia há uns anos, quando a gula das privatizações ainda aquecia motores e a argumentação dos poderes dominantes assentava na premissa de que o sector público era ruinoso e incompetente, em comparação com a eficácia da então virtuosa «iniciativa privada».

Nesse tempo (que foi um dia destes), as privatizações eram promovidas como a redenção da democracia e arredores, onde tudo seria mais barato, mais eficaz e competente - desde que privatizado, bem entendido. Hoje, nem os velhos e novos capitalistas que se apropriaram dos sectores estratégicos da economia nacional, nem os partidos e governos que lhes franquearam essa apropriação, se dignam, já, compor a máscara ou salvar as aparências.

Após privatizarem tudo e mais alguma coisa, os governos do PSD e do PS enterraram, sem funeral, o discurso da «competência» e da «eficácia» e substituíram-no pelo da «rentabilidade» e da «competitividade».

A troca de um discurso pelo outro é, aliás, emblemática: o primeiro, fingia defender o interesse público para melhor abrir caminho à ganância privada. O segundo, já faz dele tábuas rasa e impõe, sem contemplações, a brutalidade do novo dogma: a sujeição de tudo e todos à lógica do capitalismo.

Uma lógica cruamente exposta na privatização da Portugal Telecom: dum lado, 116 milhões de contos de lucros em três anos, para os capitalistas que se apropriaram da empresa; do outro, e nos mesmos três anos, aumentos para os utentes na ordem dos 26% nas assinaturas mensais de telefone e de 405% nas chamadas locais de 10 minutos, fazendo com que o custo do nosso cabaz de telecomunicações para os clientes residenciais seja o mais caro da Europa.

Mas, pelos vistos, ainda não chega.

Apesar destes lucros fabulosos, a Portugal Telecom prepara-se para agravar as chamadas telefónicas nos próximos dois anos, avançando com tarifas que, no caso das chamadas locais, poderão sofrer um aumento próximo dos 40% sobre os preços de hoje, o que terá um efeito devastador, quer na generalidade do público quer nos utilizadores mais específicos como, por exemplo, os utentes da Internet, por sinal a quem a Portugal Telecom / Telepac tem procurado cativar acenando com a «vantagem» de as ligações à Net se fazerem ao custo das chamadas locais...

Que atitude toma o Governo de António Guterres, perante um escândalo destes?

Pega nas estatísticas, cozinha com elas uma mixórdia onde borbulha a baixa de preços nas ligações telefónicas internacionais (que a maioria dos cidadãos não faz) e o aumento das chamadas locais (que a maioria dos cidadãos efectivamente faz) e retira a extraordinária conclusão de que os gastos com o telefone... vão baixar! Tudo isto dito no tom o mais dialogante possível.

Quanto à Portugal Telecom, está explicado o anúncio televisivo da terceira fase da sua privatização, onde se vê um jovem yuppi a saltar de um balcão com uma mala em punho.

É a imagem remissiva de um assalto à Al Capone.

■ HC

Governo agrava injustiça social na distribuição do rendimento

O aumento das tarifas telefónicas, a política de rendimentos e preços e as ameaças que pesam no acesso de Portugal aos Fundos de Coesão, foram alguns dos aspectos da actualidade política nacional analisados pela Comissão Política do PCP em reunião de 15 de Setembro, de que as conclusões foram divulgadas, em conferência de imprensa, por Luísa Araújo, membro da CP do PCP.

Um documento que aqui parcialmente reproduzimos.

Acaba de ser anunciada a assinatura da convenção de preços das telecomunicações relativa ao período de 1998/2000, entre a Portugal Telecom, o Instituto das Comunicações de Portugal e a Direcção Geral de Concorrência e Preços.

O PCP chama a atenção para que as notícias divulgadas sobre uma alegada baixa das tarifas são autêntica publicidade enganosa. Com efeito, o Governo afirma que as tarifas vão baixar, mas na realidade, como tem acontecido nos últimos anos, alguma redução em certo tipo de chamadas, principalmente nas internacionais, aquelas que mais são usadas pelas grandes empresas, é acompanhada por um brutal aumento das assinaturas e das chamadas locais que recaem sobre a maioria da população.

O truque estatístico de misturar a baixa das chamadas internacionais (que a maioria dos cidadãos não faz) com o aumento das chamadas locais (que a maioria dos cidadãos efectivamente faz) é uma pura desonestidade.

Segundo o anúncio agora feito, as assinaturas mensais seriam agravadas em 9% ao ano (27% nos três anos) e para as chamadas locais, anuncia-se um aumento superior a 6% para 1998.

O custo do cabaz de telecomunicações para os clientes residenciais, segundo um recente estudo, é o mais caro da Europa.

A Portugal Telecom gerou nos últimos três anos 116 milhões de contos de lucro.

O PCP considera inaceitável, face a esta situação, que o Governo venha a anunciar novos aumentos das assinaturas e das chamadas locais para 1998 e a sua continuação nos anos seguintes.

Os aumentos anunciados, nomeadamente os das chamadas locais, significam afinal novos agravamentos das contas telefónicas da maioria da população portuguesa, para baixarem as contas das grandes empresas e subirem ainda mais os lucros dos grupos económicos e das multinacionais que

vão dominar o sector das telecomunicações.

Não à política de «aperto do cinto» e aos baixos salários

Ao anunciar, no quadro da preparação do Orçamento de Estado para 1998, a restrição dos aumentos salariais para os trabalhadores da Administração Pública e indiciar tectos salariais para o sector empresarial alinhados pela evolução que prevê a inflação, o Governo não só incentiva o grande capital e as suas confederações a manter

alcançar justos aumentos salariais.

Luta por melhores salários que se apresenta inseparável da luta pela dignificação do trabalho, pela redução efectiva dos horários de trabalho e contra a destruição das carreiras profissionais e a organização arbitrária do horário de trabalho pelo patronato.

Neste contexto, a Comissão Política manifesta a inteira solidariedade do PCP à iniciativa promovida pela União dos Sindicatos de Braga em defesa das 40 horas, a realizar em Guimarães no próximo dia 20.

As ameaças que pesam no acesso de Portugal ao fundo de coesão

As declarações e afirmações de diversos membros do Governo PS sobre as ameaças que

meiro-ministro preferiu mostrar-se um incondicional da moeda única.

O Governo PS queixa-se de que querem fazer o alargamento à custa dos actuais «Estados-membros menos prósperos, como Portugal», mas os representantes do Governo português devem ter estado distraídos em sucessivas cimeiras intergovernamentais e, em particular, na de Amsterdão, em que se decidiu do processo de alargamento sem que se tivessem tomado, no plano financeiro, as medidas necessárias para que a adesão de novos países não viesse a traduzir-se numa redução dos compromissos comunitários para com países de economias mais frágeis. Mas pior, o ministro Sousa Franco, ao contrário dos seus homólogos de Espanha e da Grécia, não terá contestado a manutenção do tecto de 1,27% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Quinze, como limite orçamental inscrito na Agenda 2000 para as despesas comunitárias na perspectiva dos custos de adesão de novos países. Como não tem contestado os cortes e poupanças que foram ou vão ser impostos aos orçamentos comunitários de 1997 e 1998, e que afectam os fundos estruturais, incluindo as chamadas Iniciativas Comunitárias (Programas Leader, URBAN, INTERREG, por exemplo).

Mas o mais grave é que provavelmente

toda esta guerra sobre o Fundo de Coesão prepara a aceitação de uma efectiva e inaceitável redução global dos fundos estruturais de cerca de 13%, como aquela que está contida na Agenda 2000.

A Comissão Política do PCP reafirma a sua posição de defesa de uma estratégia nacional que, salvaguardando as legítimas opções dos povos dos países de Leste, não ponha em causa os direitos e necessidades do País. Que novas adesões à União Europeia, o que significa mais e novos problemas, exigem novos fundos. Que a reformulação dos fundos comunitários tenha como critério decisivo os objectivos da coesão económica e social e da convergência real das economias e dos níveis de vida dos povos da Europa.



pesam no acesso de Portugal ao Fundo de Coesão evidenciam a inconsistência e incoerência (e contradições) das suas posições, procurando agora tentar tapar com voz grossa as dificuldades a que as suas opções estratégicas em matéria comunitária - moeda única, alargamento, revisão do Tratado de Maastricht, etc., - conduzem o País.

O Primeiro-ministro queixa-se de que lhe querem dar um «castigo» e não um «prémio» pela sua completa submissão aos ditames monetaristas e neoliberais da UEM e da moeda única, mas nem sequer cuidou de reclamar ou defender nas instituições comunitárias que o processo da União Monetária fosse acompanhado de um aumento significativo do orçamento comunitário, para que se pudesse fazer face às inevitáveis consequências que tal processo vai ter sobre economias como a portuguesa, como era parecer económico fundamentado de especialistas das mais variadas correntes económicas, incluindo do próprio PS. O Pri-

